

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**A repercussão do suicídio de Getúlio Vargas e o processo de  
mitificação *post-mortem* no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre.**

Bibiana Soldera Dias

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História.

PROFESSOR DR. ANDERSON ZALEWSKI VARGAS  
Orientador

Porto Alegre  
Março de 2011.

**A repercussão do suicídio de Getúlio Vargas e o processo de mitificação *post-mortem* no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre.**

**Bibiana Soldera Dias**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do Grau de Mestre em História

Aprovada por:

---

PROFESSOR DR. ANDERSON ZALEWSKI VARGAS (UFRGS)

---

PROFESSOR DR. LUCIANO ARONNE DE ABREU (PUC/RS)

---

PROFESSOR DR. RENÉ GERTZ (UFRGS)

## **Dualismo**

Olavo Bilac

Não és bom, nem és mau: és triste e humano...  
Vives ansiando, em maldições e preces,  
Como se, a arder, no coração tivesses  
O tumulto e o clamor de um largo oceano.

Pobre, no bem como no mal, padeces;  
E, rolando num vórtice vesano,  
Oscilas entre a crença e o desengano,  
Entre esperanças e desinteresses.

Capaz de horrores e de ações sublimes,  
Não ficas das virtudes satisfeito,  
Nem te arrependes, infeliz, dos crimes:

E, no perpétuo ideal que te devora,  
Residem juntamente no teu peito  
Um demônio que ruga e um deus que chora.

## Agradecimentos

---

“Chamo esse estado existencial no qual faço companhia a mim mesmo de ‘estar só’, para distingui-lo da ‘solidão’, na qual também me encontro sozinho, mas abandonado não apenas de companhia humana, mas também de minha própria companhia”.<sup>1</sup> Este trabalho foi, para mim, uma experiência de “estar só”, e quero agradecer imensamente às pessoas que contribuíram para que não fosse uma experiência de “solidão”.

Começo pela minha família que incansavelmente esteve sempre ao meu lado, me apoiando nas minhas decisões e especialmente nas minhas indecisões, que são mais freqüentes. Meus pais, Luis Adolfo B. Dias e Vera Lucia Soldera Dias, representam para mim muito mais que carinho e dedicação, são exemplos de conduta, responsabilidade e respeito; por isso os agradecimentos não são sequer mensuráveis. Eu posso dizer com orgulho que me sinto um reflexo muito positivo de todo o investimento material e especialmente sentimental que depositaram em mim. Por isso serei eternamente grata.

Agradeço a companhia sempre muito agradável, dedicada e delicada da minha irmã, Bartira S. Dias, que mesmo impaciente com as minhas inconstâncias soube e sabe ser a melhor irmã e talvez até mesmo a melhor pessoa do mundo pra mim. Um amor fraterno que agregou a nossa vida a presença de alguém muito querido que também agradeço pela gratidão e dedicação, que é meu cunhado Cauê S. Silveira. Imensamente e de uma maneira especial, que para muitos pode ser ridícula, quero mencionar a companhia mais livre de interesses que pode existir, que quando estive em Floripa foi a minha amiga mais companheira e fiel, que é a nossa mascote, Petite.

Aos amigos de longa data e parentes, de Tupanciretã, Santa Maria, Florianópolis, que mesmo à distância contribuíram muito, especialmente enquanto morava nesta capital, para que eu não afundasse na experiência da solidão. Faço menção especial à minha tia que esteve e está sempre muito disponível para me ajudar e ouvir as minhas lamúrias, Margareth Dias, à minha amiga de infância, Betina Pretto e ao meu querido amigo Marcelo Cordeiro.

---

<sup>1</sup> ARENDT, Hannah. **A vida do espírito. O pensar. O querer. O julgar.** V.1 – O pensar. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume Dumará, 1992, p. 58-59.

Aos poucos, mas bom e fiéis amigos que fiz nesta universidade dedico um agradecimento bastante especial. Chegar neste ambiente novo e hostil com os estudantes “estrangeiros” não foi fácil, por isso a identificação entre nós foi instantânea: Francisco (Chico); Jaisson; Luis Fernando Telles e Ícaro sentiram na carne, junto comigo, o que é ser um peixe fora d’água dentro de uma instituição de ensino federal. Mas superamos essa experiência com êxito. A maior prova disso está na qualidade das nossas pesquisas e especialmente naquilo que para a academia não vale de muita coisa, mas que para as “pessoas normais” é uma das preciosidades da vida, que é a nossa amizade sincera. A esses baguais peledores, meus companheiros de luta, o agradecimento é pouco.

Agradeço às duas colegas queridas que fiz dentro desta instituição: Eliete e Daniela, que dentro das suas possibilidades tentaram tornar esta universidade mais agradável a mim e meus colegas. À Eliete agradeço pela amizade sincera que construímos. Foi para mim, neste tempo que aqui estive, como uma irmã.

Ao meu orientador, que além de me orientar nesta pesquisa, me ajudou a me orientar nesta cidade e até na minha vida, em alguns momentos que foi muito mais um psicólogo que um orientador. Quero agradecer também ao CNPq, financiador desta pesquisa, e aos funcionários do Arquivo Histórico Moysés Vellinho de Porto Alegre.

Aos que passaram pela minha vida neste período e que me marcaram de maneira positiva, que me ajudaram e me fizeram felizes, agradeço. Cada uma dessas pessoas sabe o papel especial que tem dentro do meu coração.

## Resumo

---

Este trabalho analisa como foi a repercussão do suicídio do presidente Getúlio Vargas no jornal Correio do Povo de Porto Alegre na semana subsequente ao fato acontecido na manhã do dia 24 de agosto de 1954. Este trabalho também estuda como se deu o processo de mitificação post-mortem de Getúlio Vargas, através da análise das reportagens, artigos, discursos e mensagens “*A pedido*” publicadas no periódico em questão. Buscou-se uma metodologia adequada pra se trabalhar com as fontes e, sobretudo, uma teoria que abarcasse temas como: processo de mitificação e mito político, especificamente sobre o mito político Getúlio Vargas consolidado nacionalmente durante o Estado Novo, de 1937 a 1945, como atesta a historiografia. Destaca-se o episódio da morte trágica como o elemento que distingue o processo de mitificação *post-mortem* dos demais momentos de mitificação de Vargas. Outro importante aspecto deste trabalho são os discursos fúnebres publicados pelo jornal porto-alegrense: as falas de Osvaldo Aranha e João Goulart proferidas em frente ao esquife no dia do enterro do ex-presidente e a fala do deputado Rui Ramos proferida na Capital Federal no mesmo dia fatídico que o são-borjense pôs termo a própria vida. Ao longo dessas falas destacamos também a do ilustre morto que ecoava de sua carta testamento, usada como recurso retórico nas manifestações fúnebres. Além dessas falas destacam-se também a posição da UDN e da Igreja Católica, como instituições que não sacralizavam a figura de Vargas morto.

**Palavras-Chave:** Getúlio Vargas – mito político – morte – Correio do Povo.

## Abstract

---

This work analyses the impact of President Getulio Vargas' suicide in the newspaper *Correio do Povo* from Porto Alegre during the succeeding week after the morning of August 24, 1954. Moreover, it examines through published reports, articles, speeches and "requested messages" how occurred the post-mortem mythification of Vargas. A suitable methodology and theory were used to address the sources on topics such as: process of mythification and political myth, specifically on the nationally consolidated Vargas' political myth during the Estado Novo period, from 1937 to 1945, as historiography attests. The tragic death episode is highlighted as the element that distinguishes the process of post-mortem mythification from other moments of Vargas' mythification. Another important aspect of this work are the published eulogies in the newspaper of Porto Alegre: the speeches of João Goulart and Osvaldo Aranha occurred in front of the coffin at the funeral day and the speech of deputy Rui Ramos in the federal capital in the very same fateful day that President Vargas ended his own life. Along these speeches is also highlighted the illustrious speech of Getúlio which echoed from his suicide note, used as a rhetorical asset in mournful demonstrations. Beyond these speeches, the UDN and the Catholic Church perspectives are highlighted, as institutions that did not canonize the figure of the dead Vargas.

**Keywords:** Getúlio Vargas – Political myth – death – *Correio do Povo*.

## Sumário

---

INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO 1 .....	22
“OS ACONTECIMENTOS E O ‘CORREIO DO POVO’” .....	22
1.1 Vargas no Correio do Povo: as faces de um morto-vivo .....	25
1.2 Manifestações e Depredações: textos e fotos .....	39
1.3 As matérias especiais e a sigla C. P. ....	52
CAPÍTULO 2 .....	60
VOZES ESCRITAS .....	60
2.1 Notas Oficiais e outras pró-Getúlio.....	62
2.2 Repúdio: .....	80
2.2.1 À atuação do governo do Estado.....	80
2.2.2 Aos inimigos de Vargas .....	84
2.3 A pedido de dois influentes políticos gaúchos: as candidaturas ao governo do Estado e o ocultamento do mito. ....	89
2.4 Homenagens ao presidente suicida: missas de sétimo dia e textos literários. ....	93
CAPÍTULO 3 .....	101
VOZES FALADAS.....	101
3.1 João Goulart, o herdeiro evidencia o mito .....	104
3.2 A Igreja e a UDN: nem todos que morrem transformam-se em santos.....	114
3.3 Rui Ramos, pelo Rio Grande e pelo Brasil .....	122
3.4 O discurso de Osvaldo Aranha: um diálogo entre mortos e vivos .....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
FONTES E REFERÊNCIAS .....	143

## Introdução

---

A idéia de estudar a repercussão do suicídio de Getúlio Vargas e o processo de mitificação *post-mortem* no jornal *Correio do Povo* de Porto Alegre surgiu num período de muitas reflexões sobre a profissão e sobre o “ofício do historiador”. Neste momento contei com ajuda daquele que mais instiga meu raciocínio de historiadora: meu pai. Getulista fervoroso, quase um devoto do ex-presidente, ele me levou a ponderações sobre aquilo que parecia ser uma adoração. Essa aparente veneração era uma admiração política ou havia se tornado uma espécie de mitificação da figura de Vargas? Que espécie de poder era (é) esse?

A divulgação do suicídio do presidente Getulio Vargas deu-se principal e inicialmente através da imprensa falada. Através do rádio a carta testamento deixada pelo são-borjense foi lida exaustivas vezes. O povo brasileiro encontrava-se consternado com o fato acontecido naquela manhã de 24 de agosto de 1954. Era o resultado da crise que se iniciara no começo daquele mês com o atentado da Rua Toneleros contra Carlos Lacerda, principal adversário político de Vargas.

A população manifestou-se. A multidão de grupos trabalhistas e populares saiu às ruas em várias cidades brasileiras. Manifestações, revoltas e motins, que pareciam não ter um objetivo político definido, assustaram os grupos conservadores. Prédios públicos e privados foram atacados e vários jornais depredados e empastelados, a população revoltosa saiu às ruas em protesto contra os inimigos de Vargas. “Ao expressarem sua amargura e demonstrarem que estavam realmente irados, os populares causaram grandes problemas às autoridades, obrigando a imprensa a registrar suas manifestações”.<sup>2</sup> Segundo Angela de Castro Gomes, foi devido ao caráter mitológico atribuído ao presidente que essa reação popular teve viabilidade.<sup>3</sup>

A historiografia brasileira apresenta dois momentos importantes para a construção deste caráter mitológico em torno da figura de Getúlio Vargas. O primeiro momento decisivo dá-se, conforme Luciano Aronne de Abreu, no contexto regional do Rio Grande do Sul, na década de 1920. O trabalho de Abreu destaca o momento

---

<sup>2</sup> FERREIRA, Jorge Luis. O Carnaval da Tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 63-64.

<sup>3</sup> GOMES, Ângela de Castro. **O mito Vargas**. Em < [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br) > acesso em 11/09/2007.

em que Vargas foi presidente do Estado, de 1928 a 1930, como o início da construção deste mito regionalmente. Segundo o autor, “é mister analisar o contexto sul-rio-grandense no período pré-revolução e preencher essa lacuna, no que diz respeito ao processo de construção do mito político de Vargas”.<sup>4</sup> Para entender como se deu a configuração do mito Vargas, conforme o autor, é necessário “resgatar dois importantes aspectos: a forma como se deu a ascensão política de Getúlio Vargas (e a da chamada geração de 1907) e o contexto histórico gaúcho durante a década de 1920”.<sup>5</sup> Nesse período as características do mito Vargas começam a despontar:

Nesse contexto perfilam-se as qualidades e as virtudes básicas do mito Vargas, tais como o pragmatismo político, com ênfase no perfil empreendedor e independente desta liderança, além do seu caráter conciliador, pressupostos estes que serão vinculados e difundidos pela imprensa local do período.<sup>6</sup>

Para entender e analisar o processo de construção do mito Vargas, suas venturas e desventuras, Luciano de Abreu utiliza como fonte referencial básica os jornais de ambas correntes político-ideológicas do Rio Grande do Sul durante a República Velha. Para ele, são dois aspectos importantes que permitem que Vargas torne-se um mito político: sua independência do líder do Partido Republicano Rio-grandense, Borges de Medeiros; e sua fama de político conciliador, que já se estendia a nível nacional desde 1923.<sup>7</sup> A projeção do nome de Vargas a nível nacional, entretanto, foi determinada pelo seu aceite em fazer parte do governo do presidente Washington Luís, em 1926.

Em 1928, todavia, acontece o ápice deste processo de construção do mito Vargas no Rio Grande do Sul, com a indicação para a presidência do Estado. “A perda do prestígio político de Borges de Medeiros após o Pacto das Pedras Altas impede-o de candidatar-se à Presidência do Estado, após seu quinto mandato, isso obriga Borges a indicar um sucessor para o próximo pleito”.<sup>8</sup> O jornal do partido republicano, *A Federação*, reforçava as qualidades políticas de Vargas, como sendo a melhor escolha de Borges.

---

<sup>4</sup> ABREU, Luciano Aronne de. **Getúlio Vargas: a construção de um mito**: 1928-1930. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 18.

<sup>5</sup> Idem, ibidem, p. 19.

<sup>6</sup> Idem, p. 22.

<sup>7</sup> Idem, p. 45.

<sup>8</sup> Idem, p. 55.

Enquanto esteve à frente do governo estadual, o mito Getúlio Vargas, ia se consolidando regionalmente. O incentivo à criação de sindicatos e associações, e principalmente a criação de um banco de crédito para as classes produtoras, o Banco do Rio Grande do Sul — atual BANRISUL — pode ser visto como importante fator no processo de construção do mito.<sup>9</sup> Importante salientar que neste momento algumas características do que mais tarde viria a ser o Estado Novo, já apareciam também no contexto regional, pois o incentivo à criação de sindicatos e associações não estava vinculado a uma independência com relação do governo: “há um controle sobre eles, exercido pelo governo do Estado, o que já denota uma tendência à centralização política e administrativa por parte de Vargas”.<sup>10</sup>

Foi a Revolução de 1930, entretanto, um momento crucial para a construção do mito Getúlio Vargas<sup>11</sup>, e a partir daí a sua ampliação do contexto regional para o nacional, de maneira mais enérgica. Luciano de Abreu, já na parte final de seu trabalho, destaca as três fases que a historiografia brasileira tem, tradicionalmente, estudado o mito Vargas:

- a) o período entre 1930 e 1937, quando Vargas buscou eliminar as oposições ao seu governo e consolidar sua liderança no nível nacional;
- b) o Estado Novo, quando o próprio Vargas passa a trabalhar de forma cuidadosa sua imagem pessoal, através dos aparelhos estatais de divulgação e propaganda;
- c) o segundo governo Vargas na Presidência da República, de 1951 – 1954, quando podemos perceber sua perda de prestígio político e, posteriormente, com seu suicídio, a consolidação definitiva de seu mito.<sup>12</sup>

Vê-se, a partir daí, que o estudo de Abreu vem, realmente, preencher uma lacuna no que tange a construção do mito antes da Revolução de 1930. Cabe, todavia, destacarmos que durante as duas primeiras fases citadas pelo autor, os elementos característicos do processo de mitificação tratam do mito Getúlio Vargas **vivo**. No final da terceira fase, contudo, outros elementos são agregados ao processo de mitificação: aqueles advindos da morte trágica.

A interpretação de Abreu é importante para o nosso trabalho, pois, destaca Vargas em seu contexto regional. Busca as origens do mito nacional, em sua atuação estadual.

---

<sup>9</sup> ABREU, L. A. **Op. Cit.**, p. 82.

<sup>10</sup> Idem, *ibidem*, p. 83.

<sup>11</sup> Idem, p. 111.

<sup>12</sup> Idem, p.119.

Ao contrário das análises tradicionais, buscamos construir esse mito do contexto regional para o nacional, privilegiando o fortalecimento de Getúlio Vargas, a partir do Rio Grande do Sul, como homem certo no lugar certo, capaz de resolver os problemas nacionais e trazer o progresso para o Brasil.<sup>13</sup>

O segundo momento fundamental para a construção do mito Vargas, agora em nível nacional, é o Estado Novo. Conforme a historiografia destaca, é neste período que os elementos característicos do mito político ganham força. As estratégias de construção de uma imagem de grande líder nacional, o “pai dos pobres”, que chega até o lar de todos os brasileiros através das ondas do rádio, torna Getúlio Vargas um “ser onipresente” na vida dos brasileiros. Conforme Angela de Castro Gomes

...pode-se dizer que, com a instauração do Estado Novo, em 1937, os esforços de Vargas ganhavam um grau de articulação, intensidade e sofisticação desconhecidos, constituindo uma política cultural para o regime. No bojo desta política, que abarcava com destaque o sistema educacional, incluindo uma série de outras iniciativas – promoção de comemorações cívicas; subsídios a publicações e instituições culturais; criação de jornais e revistas; uso de estações de rádio com finalidade de divulgar os feitos do regime -, é possível destacar uma diretriz-chave que deveria estar sempre presente. Ela apontava para o delineamento da figura de Getúlio Vargas, como o grande Chefe do novo Estado nacional.<sup>14</sup>

Com a utilização de eficazes métodos de propaganda, sob a supervisão do Departamento de Imprensa e Propaganda<sup>15</sup>, o presidente chegava a todos os cantos da nação. Não era mais preciso intermediários entre ele e o povo. Conforme Lúcia Lippi Oliveira, essa “pessoalização do mando certamente configura uma das dimensões do mito Vargas, representada pela figura do ‘pai’”.<sup>16</sup>

A natureza do regime, a partir de 1937, que se auto-intitulava uma “democracia autoritária”<sup>17</sup>, permitia que os elementos do mito do chefe da nação fossem periodicamente reforçados. As principais festas cívicas contavam com a

<sup>13</sup> ABREU, L. A. **Op. Cit.**, p. 119.

<sup>14</sup> GOMES, Angela de Castro. A construção de mitos e os usos do passado nacional: Vargas e Perón. **Revista de História** (UNESP), SP, v. 16, 1997, p.117

<sup>15</sup> “Criado em 1939, o DIP era um verdadeiro ministério da propaganda, com seus dirigentes diretamente escolhidos e subordinados ao Presidente. Este órgão agiu sobre o cinema, o rádio (inclusive na transmissão diária da *Hora do Brasil*), o teatro, a imprensa e a literatura social e política.” In: JARDIM, Paulo Sergio Fioravanti. **Vozes e notícias das ruas de Porto Alegre do início dos anos cinquenta**. Porto Alegre. Dissertação de mestrado, PUCRS, 2004, p.40.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, 46.

<sup>17</sup> GOMES, Angela de Castro. A construção de mitos e os usos do passado nacional: Vargas e Perón. **Revista de História** (UNESP), SP, v. 16, 1997, p. 111.

presença do presidente na capital federal que saudava os trabalhadores com a célebre frase: “Trabalhadores do Brasil”. Conforme Robert Levine, entretanto, a própria maneira como Vargas se dirigia aos seus subordinados sofreu transformações ao longo do Estado Novo:

Antes de 1938, ele dizia ‘meu governo’, ‘nossa organização’, ‘vossa vontade’; mas, no decorrer de 1938, sob a orientação atenta do Departamento de Propaganda, passou a usar a palavra ‘eu’. Tinha feito a transição para uma identificação de si próprio com as massas, a que se dirigia como ‘trabalhadores do Brasil’...<sup>18</sup>

As periódicas festas cívicas fortaleciam o sentimento de unidade nacional e serviam como um ritual fundamental para a consolidação do mito.<sup>19</sup> A personalidade carismática assumida por Vargas, neste momento, reforçava os laços entre ele e o “povo brasileiro”. Conforme Boris Fausto, é Vargas quem inaugura no Brasil as “presidências carismáticas” que são uma “forma peculiar de poder baseada na capacidade real ou imaginária de um líder, que cria uma relação direta, maior ou menor, com seus liderados”.<sup>20</sup>

Essa “capacidade real ou imaginária” é um dos elementos que o Estado Novo manipula para consolidar Vargas como um mito político nacional. Além dos elementos já apontados por Luciano de Abreu no contexto regional — como o de bom conciliador, estrategista político, “homem certo no lugar certo”<sup>21</sup> — outras características são agora acrescentadas à figura de Vargas, nacionalmente. Conforme Monica Pimenta Velloso:

O mito Vargas constrói-se à base de um múltiplo jogo de imagens que o mostram ora como homem comum, identificado com o povo, ora como político eficiente, realizador de inúmeras reformas na ordem social, ora como verdadeiro líder, investido de dotes especiais. Como homem, é ‘cordato’, ‘ponderado’, ‘sensível’, ‘pacificador’, sendo comparado com os grandes vultos históricos (Caxias e Anchieta); o seu sorriso chega a constituir assunto de uma obra. Como político é o “pai dos pobres”, “o reformador” por excelência no campo do direito (protegendo a família, “doando” a legislação trabalhista), na economia (favorecendo a industrialização), na saúde (efetuando obras de saneamento), nas artes (dando proteção aos intelectuais e artistas); enfim, são inúmeras as suas

<sup>18</sup> LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** O Brasil e a era Vargas. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 92.

<sup>19</sup> VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: CPDOC- FGV, 1987, p. 37.

<sup>20</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas:** o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 121.

<sup>21</sup> ABREU, L. A. **Op. Cit.**, p. 14-15.

realizações. Como líder, é o "estadista que prevê o futuro", o "homem providencial" que exerce efeito terapêutico sobre as massas. O chefe Vargas ainda é visto como exemplo a ser seguido pela nova geração. Enfim, este tipo de literatura ufanista alcança proporções surpreendentes na época.<sup>22</sup>

A figura de Vargas é central ao Estado Novo. Ele representa o herói e o grande líder nacional, "pai dos pobres" e dos trabalhadores. Assim o mito ganha contornos transcendentais e onipresentes. O líder deve estar em todos os lugares e com todos os brasileiros.

Num presente cheio de ameaças concretas, o futuro emerge como um refúgio onde reinam as idéias imortais. Reafirma-se, assim, o caráter 'atemporal' do mito, sua transcendência em relação ao presente, que é apenas momento, parte, contingência. E neste esforço para transcender o tempo, a matéria, o concreto, a espiritualidade ganha novas dimensões. Neste sentido, importa mais que o nome do líder fique na memória afetiva do que nos retratos, importa mais que fique nos lábios do povo do que no nome das ruas. Busca-se, portanto, espiritualizar e/ou imortalizar a sua memória, resgatando da materialidade 'indigna' dos fatos. Se o presente é crise, desordem, injustiça, constrói-se um futuro paradisíaco de ordem, em que o reconhecimento da obra do grande estadista será um 'dever moral'.<sup>23</sup>

Nesta etapa do processo de mitificação, todavia, é importante lembrar, que Getúlio Vargas, apesar de apresentar aspectos transcendentais, estava vivo, com cerca de 60 anos. Há uma diferença específica na abordagem do mito Vargas morto, já que os aspectos divinos são, nesta etapa, enfatizados. O principal é que a "transcendência da matéria" é configurada no episódio da morte trágica. Com o suicídio, o próprio Vargas realiza a tentativa de "imortalizar a sua memória". A carta testamento deixada por ele é um importante elemento neste processo, pois ela pode ser entendida como uma "auto-interferência" no processo de mitificação *post mortem*.

A utilização da definição de "processo de mitificação" foi baseada no estudo de Loiva Otero Félix dedicado a analisar o processo de mitificação de Julio Prates de Castilhos. A autora destaca três itens gerais que são predominantes em "qualquer processo de mitificação". Os três itens são "a) a conjunção de um momento histórico

---

<sup>22</sup> VELLOSO, Monica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982, p. 95- 96.

<sup>23</sup> Idem, *ibidem*, p. 97.

específico; b) o dom profético da palavra, o verbo como impulsionador da sacralização; e c) a questão da identidade”.<sup>24</sup>

É a partir desta caracterização que analisaremos a maneira como o jornal *Correio do Povo* divulgou o suicídio do presidente Getúlio Vargas e de que modo influenciou no processo de mitificação *post-mortem*. Os três itens apresentados por Félix podem ser assim definidos nessa abordagem: a) momento histórico específico: morte de Vargas; b) a palavra/verbo como impulsionador da mitificação: neste caso o *Correio do Povo* e suas variadas vozes — editoriais, reportagens, “A Pedidos”, discursos<sup>25</sup>; c) a identificação do destino coletivo ao destino individual, bem como a identificação de Vargas a outros vultos nacionais e principalmente a Cristo.

A importância da palavra/fala é corroborada pelo trabalho de Roland Barthes. No seu estudo sobre *Mitologias*, o autor caracteriza o mito como uma fala. Não compartilhamos das premissas semiológicas do trabalho de Barthes, mas o conceito de fala que ele apresenta é bastante pertinente a este estudo. Para ele o mito é uma fala que transmite uma idéia, é, então, uma mensagem que “pode, portanto, não ser oral; pode ser formada por escritas ou por representações: o discurso escrito, assim como a fotografia, o cinema, a reportagem, o esporte, os espetáculos, a publicidade, tudo isto pode servir de suporte à fala mítica”.<sup>26</sup> O *Correio do Povo*, como foi exposto, é considerado aqui não apenas o suporte dessas falas, mas também autor do discurso. Segundo Barthes:

Entender-se-á portanto, daqui para diante, por *linguagem, discurso, fala*, etc., toda a unidade ou toda a síntese significativa, quer seja verbal ou visual: uma fotografia será, por nós considerada fala exatamente como um

<sup>24</sup> FÉLIX, Loiva Otero. A Fabricação do Carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FELIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (org). **Mitos e Heróis: Construção de Imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998, p. 143.

<sup>25</sup> Loiva Félix deixa claro em seu estudo, apropriando-se de uma idéia de Raoul Girardet, que o dom profético da palavra, o verbo como impulsionador da sacralização, refere-se imediatamente à oratória: “Esta dimensão da oratória, socialmente lida como profecia, permite nos imaginários sociais a sacralização de seu possuidor, caso representado ao longo da história universal por vários líderes, e, conseqüentemente, realizada em Julio de Castilhos”. FÉLIX, Loiva Otero. A Fabricação do Carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FELIX, L. O.; ELMIR, C. P. **Op. Cit.**, p. 144. Vê-se que o processo de sacralização refere-se ao orador. No caso deste estudo, analisamos qual a interferência do *Correio do Povo* no processo de mitificação de Vargas morto. Em outros momentos a força do verbo como impulsionador da sacralização poderia ser imediatamente relacionada à Vargas, principalmente no Estado Novo, nos comícios e nos programas de rádio, onde a sua voz ecoava nos quatro cantos do Brasil. Agora, pois, o orador estava morto e era o seu silêncio e não o seu verbo que agia como impulsionador do processo. O jornal, entretanto, como suporte de variadas vozes, dentre elas a dele próprio, como órgão de divulgação e propagação que era, é entendido aqui como o lugar onde esses “oradores”/vozes falavam e desenhavam o processo de mitificação de Vargas morto.

<sup>26</sup> BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 8ª edição, 1989, p. 132.

artigo de jornal; os próprios objetos poderão transformar-se em fala se significarem alguma coisa.<sup>27</sup>

A posição ocupada pelo jornal *Correio do Povo* na década de 1950 no Rio Grande do Sul é fundamental para analisarmos o modo como a notícia do suicídio foi divulgada, bem como de que modo o periódico pode ter influenciado no processo de mitificação *post-mortem* do presidente Vargas. O jornal fundado por Caldas Júnior em 1895 declarava-se órgão imparcial e politicamente independente<sup>28</sup> e era, ao lado do *Diário de Notícias*, um dos principais jornais do Estado naquela época.

A pretensa idéia de neutralidade, entretanto, era impossível, e invariavelmente o *Correio* se envolvia com questões políticas do momento. “Assim como qualquer outro grande periódico, o *Correio do Povo* era — e é — uma empresa que se rege pela lógica do mercado, possuindo interesses próprios em defesa dos quais atua”.<sup>29</sup> Apesar do aprimoramento técnico, a administração do jornal seguia os moldes de uma empresa familiar, onde a palavra final era sempre do diretor-presidente, que na década de 1950, era Breno Caldas, filho do segundo casamento de Caldas Júnior.<sup>30</sup>

Os homens que chegavam ao poder no Estado e no País aprenderam logo a prática de Ernesto Dorneles e Getúlio Vargas. Para estar bem com o Rio Grande, era preciso estar bem com o *Correio do Povo*. Para estar bem com o *Correio*, era preciso estar bem com Breno Caldas. Para estar bem com Breno Caldas, era preciso reverenciá-lo nas ocasiões apropriadas e, de preferência, nunca dizer-lhe não.<sup>31</sup>

A divulgação da notícia do suicídio não pode ser desvinculada do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa<sup>32</sup> no Rio Grande do Sul. Por isso, no primeiro capítulo, intitulado “Os acontecimentos e o ‘*Correio do Povo*’”, daremos destaque à posição ocupada pelo periódico na imprensa gaúcha, bem como às relações da imprensa — enfatizando sempre o papel do *Correio* — com Getúlio Vargas. Nesta primeira parte do trabalho evidenciaremos a própria voz do *Correio do*

<sup>27</sup> BARTHES, R. **Op. Cit.**, p. 133.

<sup>28</sup> TRUSZ, Alice Dubina. **A publicidade nas revistas ilustradas**: o informativo cotidiano da modernidade. Porto Alegre – Anos 1920. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2002, p. 58-59.

<sup>29</sup> FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e Vermelho**: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal *Correio do Povo* (1936 – 1939). Dissertação de Mestrado, UFRGS: POA, 2004, p.16.

<sup>30</sup> GALVANI, Walter. **Um século de poder**: os bastidores da Caldas Júnior. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995, p. 145.

<sup>31</sup> Idem, *ibidem*, p. 380.

<sup>32</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 139.

*Povo*: seus editoriais, reportagens, matérias especiais e artigos assinados, bem como aqueles vindos das sucursais. As fotos publicadas pelo periódico, sobretudo das manifestações pesarasas dos populares, fazem parte do corpo do jornal e serão analisadas em uma seção que possibilitará um maior aprofundamento das suas particularidades.

A escolha em trabalhar usando a imprensa como fonte principal do nosso estudo traz algumas dificuldades metodológicas. Não é possível afirmar que há uma profusão de estudos que tratem da imprensa como fonte para a pesquisa histórica. Para isso, portanto, contamos com o apoio dos estudos de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado, Tania Regina de Luca, Claudio Pereira Elmir e Claudia Mauch.

É importante destacar que o jornal, neste caso, não é visto como um dado da realidade. O periódico é visto como um “receptáculo de textos”<sup>33</sup> que apresenta aspectos de uma determinada realidade e também a configura. Conforme Nilda Teves Ferreira, o substantivo *realidade* refere-se a uma forma de ser, “a uma manifestação do real”. A realidade “diz respeito não só ao ser-objetivado, mas também às suas representações reais e imaginárias, àquilo que se dá a conhecer e à base do qual se destaca o ser conhecido”.<sup>34</sup> A realidade é sempre vista sob um recorte e não em sua totalidade, é historicamente construída por sujeitos que a simbolizam como tal e compartilham entre si o sentimento dessa realidade.

A representação da realidade social se dá através de símbolos. A linguagem é o símbolo por excelência que representa os objetos e as idéias. Assim a realidade se dá a conhecer através de formas discursivas: “escrita, gestual, imagética, enfim, modos simbólicos de dizer o mundo”.<sup>35</sup> O jornal é um dos espaços onde a linguagem — escrita e imagética — se propaga.

O *Correio do Povo* era distribuído, na década de 1950, no interior e em vários os pontos da capital do Estado e era um dos melhores meios de divulgação de uma idéia para o público em geral. Para Lilia Schwarcz

O jornal é eficaz porque ‘trabalha com e cria consensos’, repetindo e reiterando idéias e imagens que acabam por se transformar em pressupostos de uma época. O jornal ao mesmo tempo lida com

<sup>33</sup> ELMIR, Claudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: **Cadernos do PPG em História da UFRGS**. Porto Alegre, n.13, dez. 1995, p. 19-29, p. 21.

<sup>34</sup> FERREIRA, Nilda Teves. O imaginário na configuração da realidade social. In: FERREIRA, N. T. (Org.). **Imaginário Social e Educação**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992, p. 5.

<sup>35</sup> Idem, *ibidem*, p. 14.

significados socialmente estabelecidos e manipula com símbolos e imagens que poderão ou não ser incorporadas como novos significados. Mas isso não autoriza dizer que *todos* os significados com que o jornal trabalha são comuns para *toda* sociedade.<sup>36</sup>

Ao longo do trabalho ressaltaremos também a importância e difusão do rádio na década de 1950. Esta mídia era muito mais popular que o jornal impresso, pois muitos brasileiros eram analfabetos e não tinham condições de comprar qualquer hebdomadário. Por isso deve-se perceber que o jornal não atingia as classes mais baixas da sociedade. Portanto, quem tinha acesso ao *Correio Povo* era uma parcela letrada, e de certo modo com melhores condições financeiras, da população do Estado do Rio Grande do Sul.

Mas, realizar uma pesquisa usando como fontes os jornais de determinada época requer métodos específicos para que esta leitura seja diferenciada daquela que fizemos dos nossos jornais diários, cotidianamente. Claudio Elmir diferencia estas duas leituras: leitura intensiva e leitura extensiva. “Ler intensivamente é o que acontece com leitores cujo tempo da experiência da leitura não corresponde ao tempo da formulação do jornal”.<sup>37</sup> Nós, pesquisadores, devemos ler os jornais intensivamente. Buscar nas entrelinhas, nas brechas e nos silêncios dos discursos, a posição de quem escrevia, chefiava ou publicava determinada idéia no periódico em questão. Devemos buscar entender quais eram os objetivos do jornal com determinada publicização ou ocultação de significados. Conforme Tania de Luca:

os discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir.<sup>38</sup>

Estes são, portanto, algum dos fundamentos metodológicos que embasarão este trabalho. Através destas leituras, que estão disseminadas ao longo dos capítulos, perceberemos que o que está publicado no jornal não está por acaso: “Historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de

<sup>36</sup> SCHWARCZ, Lilia. APUD: MAUCH, Cláudia. **Ordem Pública e Moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004, p. 61.

<sup>37</sup> ELMIR, Claudio Pereira. **Op. Cit.**, p. 22.

<sup>38</sup> LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. **Op. Cit.**, p. 140.

produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê.”<sup>39</sup>

A grande quantidade de material publicado pelo jornal porto-alegrense sobre o suicídio do presidente Getúlio Vargas restringiu determinantemente o recorte cronológico deste trabalho. Devido ao volume de matérias, optamos por analisar uma semana do *Correio do Povo*, do dia 25 de agosto ao dia 02 de setembro de 1954. Metodologicamente estamos cientes das armadilhas que uma pesquisa assim delimitada pode oferecer se os cuidados necessários não forem tomados. Para tanto, contamos com a pesquisa de Marcelo Steffens que, para entender quais eram as estratégias de utilização da imagem de Getúlio Vargas, estudou a posição do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias*, e utilizou como fonte os exemplares de 31 de janeiro de 1951 a 24 de agosto de 1954, exatamente o dia do suicídio de Getúlio Vargas. Nossa pesquisa vem na continuação deste recorte.

Percebermos o jornal *Correio do Povo* como o suporte através do qual as mais variadas vozes puderam se manifestar e contribuir ou não para a configuração do processo de mitificação de Getúlio Vargas morto. Optamos aqui por nomear essas “vozes” de dois modos: as “Vozes Escritas” que são os avisos, mensagens apelos e declarações “*A pedido*”; e as “Vozes Faladas” que são os discursos e pronunciamentos<sup>40</sup>, também publicados pelo jornal. Sabe-se que a publicação de um jornal exige que todas as “vozes” usem como ferramentas, para se tornarem “legíveis”, principalmente a escrita. Por isso os títulos do segundo e terceiro capítulos estão propositalmente carregados de ambigüidades e pleonasmos, num jogo de palavras, escritas, leituras e interpretações.

---

<sup>39</sup> LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. **Op. Cit.**, p. 132.

<sup>40</sup> Durval Muniz de Albuquerque Júnior apresenta uma importante contribuição para este debate. O autor diferencia os conceitos de discurso e pronunciamento. “Quando falar aqui de *discurso*, estarei me referindo a uma peça oratória proferida em público ou escrita como se fosse para ser lida para um dado público. Estarei me referindo a uma fala ou oração feita para dada audiência, podendo ser escrita previamente ou dita de improviso, tendo ficado registrada de alguma forma, seja através da memória daqueles que a ouviram ou presenciaram, seja através de sua versão original, quando por escrito, seja através de sua reprodução, veiculação e repercussão através dos distintos meios de comunicação social: o jornal, a revista, o rádio, a televisão, o cinema, a internet, a fotografia etc.” Ao passo que pronunciamento é entendido como “o ato ou efeito de publicamente expressar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses ou posições políticas, morais, religiosas, filosóficas, éticas, econômicas, jurídicas, estéticas etc. trata-se do ato de exprimir-se verbalmente, de proferir ou articular um discurso; de ler em voz alta e clara uma peça de oratória; de manifestar o que pensa ou sente, de emitir sua opinião, podendo ser feito também por meio da divulgação de uma peça escrita, dirigida a ou veiculada pelos diferentes meios de comunicação social”. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia Regina de (orgs). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 223-225.

“Vozes Escritas” e “Vozes Faladas” vêm mais uma vez confirmar os pressupostos, já apresentados por Félix, presentes nos processos de mitificação. No segundo capítulo daremos destaque àquelas vozes que se manifestaram sobre a morte de Getúlio Vargas nas páginas do periódico de Caldas Júnior. Apresentadas como “*A Pedidos*” ou não, essas vozes não são a voz do próprio jornal, mas também não deixam de fazer parte do mesmo. O objetivo deste capítulo é analisar essas mensagens dentro do contexto onde elas foram publicadas, o seu suporte; bem como perceber a sua contribuição no processo de mitificação de Getúlio Vargas *post-mortem*. Também é importante destacar quem eram os seus porta-vozes; a quem falavam; as razões destas publicações e quais objetivos queriam atingir com elas. Enfim, questionar a *pedido* de quem as mensagens foram publicadas e por qual razão. Conforme Tania de Luca, é importante também perceber o local onde estas mensagens foram publicadas, se estão em evidência na página, na capa ou contracapa do exemplar:

É importante estar alerta para os aspectos que envolvem a materialidade dos impressos e seus suportes, que nada têm de natural. Das letras miúdas comprimidas em muitas colunas às manchetes coloridas e imateriais nos vídeos dos computadores, há avanços tecnológicos, mas também práticas diversas de leituras.<sup>41</sup>

No último capítulo, “Vozes Faladas”, analisaremos a publicação dos pronunciamentos de três importantes companheiros políticos de Getúlio Vargas. Serão analisados os discursos proferidos no sepultamento do presidente em São Borja e outras manifestações publicadas no jornal *Correio do Povo* na semana do suicídio. Destaque especial às falas de João Goulart e Osvaldo Aranha em frente ao esquife; e ao discurso de Rui Ramos na Câmara Federal naquela mesma semana. Além disso, destacar-se-ão também algumas posições da igreja católica e da União Democrática Nacional, representada pelo deputado Afonso Arinos, publicadas no periódico porto-alegrense.

Finalizando esta etapa introdutória, é importante ainda destacar a utilização do conceito de “mito político”. Raoul Girardet (1987) em sua discussão sobre “*Mitos e Mitologias Políticas*” afirma que o conceito de mito não é definido, encerrado e cita com propriedade que:

---

<sup>41</sup> LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. **Op. Cit.**, p. 132.

O mito só pode ser compreendido se é intimamente vivido, mas vivê-lo impede dar-se conta dele objetivamente. Objeto de estudo, ele tende, inversamente, a imobilizar-se em uma sucessão de dados estáticos; tende igualmente a se esvaziar de seu conteúdo emocional, ou seja, do essencial de si mesmo.<sup>42</sup>

Perante essa afirmação avalio o papel que cabe ao historiador numa análise que abarque esses termos. A minha relação com esse tema de pesquisa é muito particular, como falei no início desta introdução, porém a objetividade que o autor cita é o que cabe ao *métier* do historiador nessas circunstâncias, que deve ser guiado não por sua personalidade ou por suas ideologias, mas sim pela prática do seu ofício.<sup>43</sup>

Como já citamos anteriormente, toda a representação da realidade social se dá através de símbolos, e o mito é, conforme Peter Burke,

uma história com significado simbólico (como o triunfo do bem sobre o mal), em que os personagens, quer sejam heróis ou vilões, ganham dimensões maiores que na vida. Cada história se situa no ponto de interseção entre o arquétipo e uma conjuntura, em outras palavras, entre imagens herdadas e acontecimentos específicos e individuais.<sup>44</sup>

O mito político é, segundo a sociologia, determinante e determinado pela realidade social, ele é criatura e criador dessa realidade.<sup>45</sup> Conforme Maria Helena Capelato, o *mito Vargas* “se configurou e ganhou força no episódio do suicídio”.<sup>46</sup> Veremos ao longo deste trabalho que a morte trágica acentuou os elementos do mito já consolidado durante os governos de Getúlio Vargas, e ainda acrescentou os aspectos divinos e sagrados à figura do são-borjense. Esta é a análise que segue.

<sup>42</sup> GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1987, p. 23.

<sup>43</sup> BECKER, Jean-Jaques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Tradução Dora Rocha. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 196.

<sup>44</sup> BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luis XIV. Tradução de Maria Luiza X. De A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 18.

<sup>45</sup> GIRARDET, R. **Op. Cit.**, p. 184.

<sup>46</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papirus, 1998, p. 307.

## Capítulo 1

### “Os acontecimentos e o ‘Correio do Povo’”

GETÚLIO VARGAS

*O vivo-morto imortal que a terra gloriosa  
dos Pampas guarda no seu seio eterno*

*Está de luto a Pátria estremecida  
Pela perda do filho inesquecido,  
Que travou longa luta, atroz, renhida  
Para ver seu país desenvolvido.*

*Resoluto e sereno deixa a vida  
Para ingressar na história, enaltecido,  
Porque provou, que toda a sua lida  
Foi para o bem do povo empobrecido...*

*No entrevero da longa caminhada  
Nunca deixou de ser um otimista  
Na direção da Pátria ameaçada!*

*Esta verdade o tempo não destrói:  
Se Ele soube viver como Estadista,  
Também soube morrer como um herói!*

30-8-54

Manoel Mac-Mahon Pontes<sup>47</sup>

A relação tumultuada entre Getúlio Vargas e a imprensa é peça fundamental para o entendimento da posição editorial do *Correio do Povo*. Além disso, a própria trajetória do jornal fundado por Caldas Júnior em 1895 — como uma inovação na imprensa da época, desvinculado de partidarismos<sup>48</sup> — direciona a leitura daquelas edições da semana seguinte ao suicídio do presidente.

O empreendimento de Caldas Júnior foi certamente uma inovação na imprensa gaúcha, pois foi o primeiro jornal a assumir a feição de empresa no Rio Grande do Sul.<sup>49</sup> Conforme Francisco Rüdiger há no jornalismo gaúcho duas fases

<sup>47</sup> PONTES, Manoel Mac-Mahon. Getúlio Vargas. **Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 59, nº 276, p. 1-16, 01 de set., 1954.

<sup>48</sup> “Tendo surgido em 01/10/1895, no contexto do final de uma guerra civil, o jornal declarava-se órgão politicamente independente e não-partidário, propondo-se crítico e imparcial. Foi fundado por Caldas Júnior, após este ter deixado a chefia da redação do *Jornal do Comércio*. Segundo Alcides Gonzaga, o *Correio do Povo* procurou manter-se atualizado tecnicamente, para o que substituiu sucessivas vezes o seu maquinário gráfico. Ao longo deste processo de modernização, aumentou seu formato e ampliou a sua tiragem. Em 1906, por exemplo, ganharia as dimensões das principais folhas cariocas. O aperfeiçoamento técnico da impressão competia com o oferecimento de novas seções e a inserção de ilustrações, reproduzindo acontecimentos de dentro e de fora do país”. In: TRUSZ, A. D. **Op. Cit.**, p. 58-59.

<sup>49</sup> RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. 3ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 72.

distintas: a primeira caracterizada pelo jornalismo político-partidário (meados do século XIX até a década de 1930) e a segunda pelo jornalismo informativo e indústria cultural que é quando surgem as primeiras empresas jornalísticas.<sup>50</sup> A modernização das relações sociais, segundo o autor, possibilitou a desvinculação da imprensa com as práticas políticas. Já na década de 1920, o jornalismo da capital passa a ser hegemônico em todo estado e o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias* (dos *Diários e Emissoras Associadas* de Assis Chateaubriand) eram os principais destaques desse novo jornalismo.<sup>51</sup>

Conforme Rüdiger o desenvolvimento do jornalismo moderno no Rio Grande do Sul estava diretamente vinculado ao nome do jornal de Caldas Júnior, às suas inovações técnicas e, sobretudo, à postura empresarial:

Na verdade, a novidade do jornal e o principal fator do seu sucesso não se encontram na magia de seu texto ou conteúdo editorial, mas sim na postura empresarial assumida por seu proprietário e diretor diante do negócio. Caldas percebeu as transformações sociais e culturais em curso, respondendo aos estímulos do mercado de jornais com sucessivos investimentos na estrutura tecnológica e administrativa de sua folha.<sup>52</sup>

A ligação entre Vargas e o *Correio* foi sempre muito próspera, antes mesmo da revolução de 30. Em 1929 o jornal apoiava a chapa Getúlio - João Pessoa<sup>53</sup> e na instauração do Estado Novo, em 1937, apesar das práticas de censura, saiu beneficiado pois

A ditadura varguista proibiu os partidos políticos e suspendeu a publicação de seus órgãos de imprensa, forçando a transformação em periódicos noticiosos daqueles interessados em manter sua sobrevivência. Em consequência, houve a consolidação do novo regime jornalístico, mas também a consagração da hegemonia do *Correio do Povo* e do *Diário de Notícias* na imprensa do Rio Grande do Sul.<sup>54</sup>

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), os desentendimentos e desgostos da imprensa com relação ao presidente da república eram latentes e estavam a ponto de explodir. A antipatia já vinha desde o Estado Novo (1937-1945)

---

<sup>50</sup> RÜDIGER, F. **Op. Cit.**, p. 13 – 14.

<sup>51</sup> Idem, *ibidem*, p. 75.

<sup>52</sup> Idem, p. 78.

<sup>53</sup> Idem, p. 85.

<sup>54</sup> Idem, p. 89.

devido às restrições e censuras feitas aos órgãos noticiosos<sup>55</sup>, principalmente pelo Departamento de Imprensa e Propaganda.

É sabido que a constituição de 1937 liquidou com a quase inexistente liberdade de imprensa que existia no Brasil. As ações do DIP impediam qualquer liberdade de expressão. Porém foi em 1940 que a imprensa passou sofrer seu golpe mais forte quando a importação de papel passou a ser controlada pelo DIP.<sup>56</sup>

No segundo governo, entretanto, o apoio incondicional de Getúlio Vargas à criação do jornal *Última Hora*, de Samuel Wainer, foi a gota d'água para que a imprensa carioca se voltasse definitivamente contra o governo. Em 1951, ao dar subsídios à criação do jornal *Última Hora*, Vargas interviu no mercado editorial e no campo jornalístico, “não apenas privilegiando a ação de um jornalista particularmente bem-dotado, como subvertendo as regras de acesso ao fechado clube dos proprietários de jornal, dos fazedores de notícia”.<sup>57</sup> Assim o presidente havia fornecido também um novo alvo para acertá-lo. Com a criação do jornal, Getúlio Vargas, atingia o meio jornalístico tanto como veículo de comunicação quanto como oposição. A grande imprensa logo daria um jeito de reagir ao incômodo do concorrente no intuito de aniquilá-lo e através dele atingir o governo.

Além disso, desde 1949, com a criação do jornal *Tribuna da Imprensa* — de propriedade de Carlos Lacerda, político da União Democrática Nacional<sup>58</sup> —, Getúlio havia se tornado o alvo preferido de ataques e críticas da imprensa adversária. O jornal representava as principais propostas da UDN, e servia de base para a oposição às forças políticas vinculadas ao getulismo.

A partir de 1953, vários órgãos de imprensa do país desencadearam uma intensa campanha contra o *Última Hora*. Alguns jornalistas e empresários do ramo questionavam os benefícios e a forma de financiamento dada pelo governo a

<sup>55</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997, p. 39.

<sup>56</sup> PEREIRA, Rodney de Souza. **Mitologia política**: Getúlio Vargas; carisma, poder e imaginário social. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFMG, 1996, p. 208.

<sup>57</sup> ABREU, Alzira Alves; WELTMAN-LATTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 29.

<sup>58</sup> “Partido político fundado em 7 de abril de 1945, em meio ao processo de redemocratização que marcou o fim da ditadura varguista do Estado Novo (1937-1945). Caracterizou-se por agrupar líderes antivarguistas, ainda que de tendências políticas diversas. Lançou as candidaturas à presidência da República de Eduardo Gomes (1945 e 1950), Juarez Távora (1955) e Jânio Quadros, este último eleito em 1960. Foi extinta em 27 de outubro de 1965, juntamente com os demais partidos políticos, pelo Ato Institucional no 2.” Disponível em [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/uniao\\_democratica\\_nacional](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/uniao_democratica_nacional) (19/05/2010).

Wainer. Carlos Lacerda e Assis Chateaubriand, juntamente com outros jornalistas descontentes, moveram uma campanha contra o jornal governista (o ainda incipiente *Globo* também entrara na campanha). Para ajudar na empreitada contra o “jornalista estrangeiro”, Chatô cedeu a Lacerda espaço em seus canais de rádio e televisão. A estratégia dos inimigos de Wainer - obviamente setores de oposição a Vargas - era menos destruir seu jornal do que provar as vinculações diretas de Getúlio e membros de sua família com o *Última Hora*.<sup>59</sup>

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada em 3 de junho daquele 1953. Os aliados de Wainer requisitaram outra CPI que investigasse o financiamento de todas as empresas jornalísticas naqueles últimos dez anos.<sup>60</sup> As duas CPIs tramitaram simultaneamente, “revelando escândalo atrás de escândalo”.<sup>61</sup> As conclusões da CPI contra Wainer, publicadas pelo *Diário do Congresso Nacional* de 18 de novembro de 1953, atestaram ter havido concessão de empréstimo à *Última Hora* pelo Banco do Brasil e certo favoritismo e privilégio das empresas de Wainer junto ao banco. Para surpresa de Wainer, Getúlio dera ordens para executar a dívida, igualmente para todos os jornais devedores.

O escândalo do financiamento oficial favorecido à *Última Hora*, a implacável campanha, de denúncias e raiva, liderada por Carlos Lacerda, o tiro da Toneleros que matou o major Rubem Vaz insuflaram a conspiração golpista, articulada às escâncaras, com maciço apoio da imprensa e da televisão Tupi, a pioneira, engatinhando, abreviaram o desfecho, encurralando Vargas contra as paredes do Catete.<sup>62</sup>

### 1.1 Vargas no *Correio do Povo*: as faces de um morto-vivo

Todos esses percalços entre Vargas e a imprensa carioca acabaram influenciando as linhas editoriais dos jornais em todo o Brasil. O trabalho de Marcelo Steffens, de 1998, apresenta alguns desses aspectos na imprensa do Rio Grande do

<sup>59</sup> WAINBERG, Jacques Alkalai. **Império das palavras**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997, p. 49.

<sup>60</sup> LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 196.

<sup>61</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf. **Cobras criadas**: David Nasser e O Cruzeiro. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 277.

<sup>62</sup> CORRÊA, Villas-Bôas. Eu vi. In: GOMES, A. C.(Org.), **Op. Cit.**, 1994, p. 19.

Sul. O autor dá destaque especial aos dois maiores jornais da capital gaúcha da década de 1950, *Diário de Notícias* e o *Correio do Povo*.<sup>63</sup>

Um dos objetivos do trabalho de Steffens é entender quais eram as estratégias de utilização da imagem de Getúlio Vargas nos jornais durante o segundo governo, bem como a transformação dessa imagem ao longo dos anos. Cada um dos jornais construía a imagem de Vargas que mais lhe interessava explorar. “O Correio acompanhou com seriedade, e clara simpatia, pelo presidente Vargas, toda a crise que já fervilhava e prosseguiu um ano inteiro agitando o País para desembocar nos terríveis dias de agosto de 1954”.<sup>64</sup> Enquanto o *Diário de Notícias*, assim como todos os jornais de Chateaubriand, defendia vantagens para certos segmentos sociais que eram contrários ao presidente da República, construía, portanto, uma imagem negativa de Vargas. “Em ambas as tentativas percebem-se fragmentos de um Getúlio Vargas ‘real’. A desagregação do próprio personagem em imagens que construídas, revelam, em certa forma, uma sombra, que cria dúvidas no imaginário da sociedade brasileira”.<sup>65</sup>

As múltiplas facetas de Vargas foram muito bem exploradas pelos jornais da maneira que mais lhes convinha. Exemplo disso está na edição do dia 1º de setembro do *Correio do Povo*. Já havia se passado mais de uma semana da morte do presidente Vargas e as opiniões emitidas pelo jornal sobre o ocorrido estavam ficando cada vez mais esparsas. Havia cessado de publicar editoriais que abordavam o assunto há dois dias, desde o dia 29 o *Correio*, enquanto instituição, não se manifestava.

Na décima página do exemplar de 1º de setembro, um artigo de Benjamin C. Camozato, que trazia a denominação “especial para o *Correio do Povo*”, fazia uma reconstituição da trajetória política de Vargas através dos selos. Com o título de “O presidente Getúlio Vargas na Filatelia”, o texto fazia apologia dos “grandes feitos” protagonizados pelo ex-presidente. O pequeno artigo, ilustrado por muitas imagens,

---

<sup>63</sup> O trabalho de Steffens analisa os jornais supramencionados do período de 31/01/1951 a 24/08/1954, exatamente o dia do suicídio de Getúlio Vargas. É importante, portanto, diferenciá-lo temporalmente da pesquisa que aqui desenvolvo. As edições dos jornais analisados neste trabalho iniciam no dia 25 de agosto de 1954 e seguem até o dia 2 de setembro do mesmo ano. A utilização, porém, do trabalho de Steffens, é fundamental para entendermos como se deu a divulgação do suicídio no *Correio do Povo*, bem como a configuração de um momento específico de mitificação de Vargas morto.

<sup>64</sup> GALVANI, W. *Op. Cit.*, p. 392.

<sup>65</sup> STEFFENS, Marcelo Hornos. **O Correio do Povo e o Diário de Notícias e as estratégias de utilização das imagens de Getúlio Vargas (1950 – 1954)**. Porto Alegre, 1998. Diss. (Mestrado em História) - PUCRS, Inst. de Filosofia e Ciências Humanas, p. 40.

começava pela Revolução de 1930, pois no dia 29 de outubro daquele mesmo ano havia sido emitida “uma série de 14 selos” em que era publicada a efígie de Vargas “e a dos seus companheiros de luta Osvaldo Aranha, João Pessoa e Antônio Carlos.”

A partir daí o artigo ocupa-se das várias edições de selos que foram publicadas ao longo dos dois governos de Vargas. Em 1938, por exemplo, foi emitido um selo em comemoração ao primeiro aniversário do Estado Novo, conforme a figura que segue.

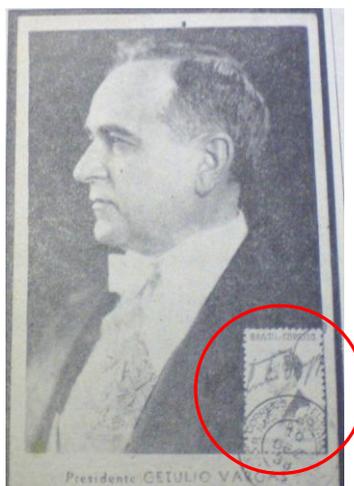


Foto que serviu de modelo para o selo, no detalhe, publicado em 1938.<sup>66</sup>

No cinqüentenário da proclamação da República foram emitidos três selos comemorativos, sendo um deles da figura de Vargas ao lado do primeiro Presidente Marechal Deodoro da Fonseca, conforme a figura.



Selo emitido em 15 de novembro de 1939.<sup>67</sup>

<sup>66</sup> CAMOZATO, Benjamin C. O presidente Getúlio Vargas na Filatelia. **Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 59, nº 276, p. 1-16, 01 de set., 1954.

<sup>67</sup> CAMOZATO, B. **Op. Cit.**

Em várias datas comemorativas emitiam-se selos com a imagem do presidente. Em 1940, no cinquentenário da União Panamericana, um selo dos presidentes Getúlio Vargas e Franklin D. Roosevelt; e ainda no mesmo ano, outra série de três selos foi emitida em comemoração a participação do Brasil na Feira Mundial de Nova York. E assim segue o artigo, sublinhando a importância dos feitos de Vargas, destacados naquela filatelia. No ano de comemoração ao centenário dos selos no Brasil, 1943, foi emitido um selo com a figura de Vargas ao lado de Dom Pedro II, conforme a figura.



Selo comemorativo aos 100 anos de filatelia no Brasil.<sup>68</sup>

Estas associações da figura de Vargas com outras personalidades marcantes na história brasileira evidenciam um aspecto importante no que chamamos aqui de processo de mitificação *post-mortem*. É importante notar que quando Vargas não aparecia sozinho na ilustração dos selos, ele sempre estava acompanhado por figuras importantes e influentes na política nacional e internacional, configurando elemento relevante — a questão da identidade — no processo de mitificação. Em 1946, por ocasião da inauguração da ponte que liga Uruguaiana a Libres na Argentina, um selo com a figura dos dois presidentes, general Justo e Getúlio Vargas, foi posto em circulação. Além disso, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai o presidente Vargas também havia sido homenageado em edições de selos.

O objetivo do *Correio do Povo* com a publicação deste artigo era, certamente, homenagear Getúlio Vargas. A faceta que o jornal desejava explorar naquele momento era a do supremo chefe da nação, que no seu “glorioso passado” tanto havia realizado pelo país e por isso fora imortalizado nas estampas dos selos do Brasil e do mundo, ao lado de figuras importantes. O *Correio* utiliza-se, portanto, das

<sup>68</sup> Idem, ibidem.

três características que configuram o processo de mitificação de Vargas morto: utilizando-se de um momento específico, através da palavra escrita, o artigo faz importantes articulações da figura de Vargas a outros líderes, através filatelia no Brasil.

Conforme Steffens, as estratégias de utilização da imagem de Getúlio Vargas pelo *Correio do Povo*, parecem sugerir, desde 1950, uma afinidade entre ambos. Já em agosto de 1954, enquanto os jornais da oposição (como o *Diário de Notícias*) criticavam o governo no plano econômico, o *Correio do Povo* continuava enumerando “as medidas tomadas pelo governo e, vez por outra, retoma o ataque ao grande inimigo da nação, o comunismo, (...). Responde, também, a qualquer acusação que coloque em dúvida o espírito democrático de Getúlio Vargas”.<sup>69</sup>

Uma relativa calma com relação às críticas ao governo deveu-se ao fato que aquele ano de 1954 era eleitoral. Os jornais estavam preocupados em divulgar as diretrizes e propostas dos candidatos ao governo do estado, especialmente.

Uma sensação que se tem na leitura das notícias do ano de 1954, é a de que havia outras questões mais importantes para serem atacadas que a própria imagem de Getúlio Vargas, entre as quais as sucessões estaduais e as eleições para deputado federal, estadual e senadores. Essa situação, por inúmeros fatores, direciona o foco da imprensa para a política regional.<sup>70</sup>

Steffens refere-se ao período imediatamente anterior a crise de agosto de 1954, que iniciou com o atentado a Carlos Lacerda no dia 5 daquele mesmo mês. Pode-se, entretanto, estender essa interpretação para os dias posteriores à crise. Exemplo disso são os escassos editoriais dedicados especificamente ao suicídio de Getúlio Vargas. Nas oito edições do *Correio do Povo* que servem de fonte para este trabalho constam apenas dois editoriais, ou apenas um, já que o outro é um artigo “especial para o *Correio do Povo*”, assinado por Naio Lopes de Almeida. Conforme Fraga, os editoriais são:

Local por excelência para uma análise das inclinações político-ideológicas de um jornal, os editoriais costumam receber, por parte do historiador que se dedica a este tipo de fonte, uma atenção especial. Com efeito, é através deste espaço que podemos não apenas verificar a posição de um periódico diante de tal ou qual questão, mas também as alterações de rumo tomadas pelo mesmo ao longo do tempo. Assim, é aqui que o discurso de classe tende a ser mais evidenciado, sendo seu texto a materialização mais

<sup>69</sup> STEFFENS, M. H. **Op. Cit.**, p. 105.

<sup>70</sup> Idem, *ibidem*, p. 106.

próxima daquilo que pode ser entendido como a opinião dos responsáveis pelas empresas jornalísticas.<sup>71</sup>

O editorial supramencionado está na edição do dia 25 de agosto, na quarta página, coberta de texto. As opiniões daqueles que estavam produzindo, dirigindo, chefiando, administrando o periódico são evidenciadas nos editoriais, assim como a de alguns leitores, na sessão do Correio do Leitor. Logo no início da página, na margem superior direita, local onde habitualmente encontrava-se o editorial, há um artigo sem assinatura — o que faz com que este possa assumir o papel de editorial —, que leva o título de: “O desfecho da crise política.” O texto trata dos vários acontecimentos da crise daquele mês de agosto, a começar pelo atentado da Rua Toneleros, dia 5, até a “ascensão do vice-presidente Café Filho”, passando pela possível renúncia do presidente Vargas. Seguem alguns trechos:

Quando já se ultimavam, nesse sentido, as providências cabíveis, eis que o problema se transmudava pelo desfecho mais imprevisto, devido ao gesto desesperado do Sr. Getúlio Vargas, que punha termo à própria vida. O trágico epílogo que, ao cabo de longos dias de ansiedade nacional, teve a crise política do Brasil, abriu ensejo à perplexidade e às confusões do momento, que incumbe às autoridades desvanecer, instaurando e difundindo uma ambiente de crescente e segura tranqüilidade. Infelizmente, assim não aconteceu, nesta capital...

Percebe-se assim que os proprietários e os dirigentes do *Correio* estavam insatisfeitos com as atitudes tomadas pelo estado quanto à manutenção da ordem. Sintomaticamente esse apelo à ordem era “o clamor de todos os círculos antigetulistas nos dois dias que se seguiram à morte de Vargas”.<sup>72</sup> Não se pode afirmar com isso que o *Correio do Povo* era um órgão antigetulista, esta manifestação editorial apenas ia ao encontro dessas idéias naquele momento. A opinião que o jornal tinha sobre a atitude de Getúlio Vargas também é aqui apresentada: “gesto de desespero”, que “abriu ensejo à perplexidade e às confusões do momento”, “trágico”. O texto, em suma, dizia que o principal resultado dos acontecimentos do dia 24 havia sido a ascensão de Café Filho como novo presidente da república e não a morte de Vargas. Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman citam que depois do suicídio do presidente “diante da perplexidade que tomou conta de todos os jornais, houve a tentativa, por parte de

<sup>71</sup> FRAGA, G. W. *Op. Cit.*, p. 35-36.

<sup>72</sup> FERREIRA, Jorge. O Carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, A. C.(Org.), *Op. Cit.*, 1994, p. 95.

alguns, de minimizar o acontecimento, dando destaque não ao suicídio mas à posse de Café Filho [...]”<sup>73</sup> Os autores falam sobre o contexto da capital da república, o Rio de Janeiro, mas essa posição adotada pelos jornais cariocas também é corrente nos jornais de Porto Alegre, a atenção dada à posse de Café Filho e à procura dos criminosos que praticaram o atentado da Rua Toneleros muitas vezes sobrepõe em importância as publicações sobre o suicídio de Getúlio Vargas.

Não se pode esquecer, entretanto, que este editorial fora publicado dia 25 de agosto. Isso quer dizer que foi escrito no dia 24, no calor dos acontecimentos, onde os ânimos estavam exaltados, quer seja pela tristeza da notícia do suicídio, quer seja pela indignação frente às manifestações, ou ainda qualquer outro motivo. O *Correio* era impresso durante a madrugada, para ser colocado nas ruas nas primeiras horas da manhã, na capital, e para que o carregamento com destino ao interior fosse realizado o mais cedo possível. A poeira não havia assentado no chão e este editorial já estava sendo divulgado. Tratava-se da divulgação de uma opinião de momento, o que não impede que esta opinião mais tarde fosse corrigida ou corroborada, conforme desejassem os editorialistas do periódico.

Roland Barthes ao escrever sobre os acontecimentos de maio de 1968 na França oferece meios para analisar essa opinião de momento, como chamamos aqui. Ele também evidencia a importância do rádio para a configuração do próprio acontecimento. A leitura de Barthes pode ser útil neste contexto que aqui analisamos, já que o rádio foi certamente o primeiro e talvez o principal meio através do qual a população teve acesso ao acontecimento. A palavra informativa passou a fazer parte do próprio acontecimento:

A palavra radiofônica (...) ficou colada ao acontecimento à medida que ia se produzindo, de maneira ofegante, dramática, a impor a idéia de que o conhecimento da atualidade passa a não estar mais a cargo do impresso, mas sim da palavra oral. A história ‘quente’, que está a se fazer, é uma história auditiva (há que lembrar aquelas ruas repletas de homens imóveis, nada vendo, não olhando para nada, olhos no chão, mas o ouvido colado ao transistor erguido à altura do rosto, figurando assim uma nova anatomia), o ouvido volta a ser o que era na Idade Média: não apenas o primeiro dos sentidos (antes do tato e da vista), mas o sentido que fundamenta o conhecimento (como para Lutero ele fundamentava a fé do cristão). Isso não é tudo. A palavra informativa (do repórter) foi tão estreitamente misturada com o acontecimento, com a opacidade mesma do seu presente (...), que ela era o seu sentido imediato e consubstancial, a sua maneira de aceder a um inteligível instantâneo; isso que dizer que, nos

---

<sup>73</sup> ABREU, A. A.; WELTMAN-LATTMAN, F. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, A. C.(Org.). **Op. Cit.**, 1994, p. 39.

termos da cultura ocidental, em que nada privado de sentido pode ser captado, ela era o próprio acontecimento. A distância milenar entre o ato e o discurso, o acontecimento e o testemunho, atenuou-se: uma nova dimensão da história, doravante ligada imediatamente ao discurso, apareceu, ao passo que toda a 'ciência' histórica, ao contrário, tinha por tarefa reconhecer essa distância a fim de controlá-la.<sup>74</sup>

Abreu e Lattman-Weltman entendem a imprensa como o órgão que alterou a percepção do real e fez com que o acontecimento mudasse de dimensão no século XX.<sup>75</sup> “Neste século, em que as tecnologias da comunicação alteraram profundamente os modos de percepção do real, o acontecimento mudou de dimensão”.<sup>76</sup> Os repórteres, e outros funcionários das rádios nacionais, foram os que primeiro tornaram o acontecimento do suicídio real para todo o país. Os jornalistas da mídia impressa de Porto Alegre só puderam se manifestar no dia seguinte, e mesmo assim, a percepção do acontecimento do suicídio só foi reconhecida por eles como uma interpretação, através da leitura de terceiros. As depredações na capital gaúcha, entretanto, tornaram-se acontecimentos, também, através do rádio e dos jornais.

O outro artigo havia sido escrito no dia 25 de agosto no Rio de Janeiro, mas só fora divulgado dia 29. Publicado na mesma quarta página, normalmente dedicada aos editoriais, o artigo está na parte central da folha e ocupa um lugar de destaque. O editorial está ao lado deste artigo e fala sobre outro assunto referente à economia e tarifas, nada relativo à morte de Vargas. Com o título em letras garrafais, “Reflexões à passagem de um morto”, o texto escrito por Naio Lopes de Almeida vinha discriminado “especial para o ‘Correio do Povo’”. Essas matérias especiais indicam que esses textos seriam exclusivos ao *Correio do Povo*, encomendados pelo jornal porto-alegrense. Não se trata de um enviado do *Correio* ao Rio, trata-se sim daquilo que hoje podemos chamar de *freelancer*.

---

<sup>74</sup> BARTHES, Roland. A escrita do acontecimento. In: BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. Tradução de Mário Laranjeira. Editora brasiliense: 1988, p. 166-167.

<sup>75</sup> ABREU, A. A.; WELTMAN-LATTMAN, F. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, A. C.(Org.). **Op. Cit.**, 1994, p. 25.

<sup>76</sup> Idem, ibidem.

DOMINGO, 29 DE AGOSTO DE 1954

## REFLEXÕES A PASSAGEM DE UM MORTO

(Especial para o "Correio do Povo")

NÃO LOPES DE ALMEIDA

RIA, agosto, 22.

Estou assistindo, de alto de meu hotel, através da janela de meu apartamento solitário, a passagem de um féretro. Desfilam diante de mim, nesta clara manhã cheia de sol, a maior massa humana que meus olhos já viram. E vejo que este leve e branco óndular que se perpassa sobre as cabeças da multidão, são milhares e milhares de lençóis, acendados por mãos tremulas, no sentido desesperado de uma adeus de eternidade. E' ouço, pois chegam até mim em toda sua amargura, como um rumor que cresce, estua e se expande, os soluços não contidos, os gritos não sufocados, e os lamentos, a angústia, a dor que não se cala.

E' o corpo de Getúlio Vargas que vai sendo conduzido ao aeroporto, de onde o levarão à terra natal para o repouso derradeiro de seu sono. E' o féretro prossegue, imenso, lento, com essa grave lentidão das coisas majestosas.

x X x

F. ia quem acompanha ou viveu a tensão nervosa dos últimos dias e, sobretudo, dessas últimas horas, para quem sentiu a urdidura de todo esse aparato de estupor psicológico com que a imprensa, falada e escrita, desta Capital, envolve os espíritos e conturba os ânimos, para quem não foram estranhas as cenechas da ira e da paixão, que emolduraram o triste quadro dessa crise político-militar, em que mais se poluiu a democracia do que se a reanuçou; em que mais se desvirtuou a legalidade do que se a manteve; pai, quem sentiu toda uma efervescência de ódios sem limite, de injúrias sem medida, de licenciosidade sem pena, por certo que o desfecho brutal e trágico da manhã de ontem aponta um sentido duplamente marcado. Há um sentimento de culpa. E há uma chamada à responsabilidade.

Quem de nós poderia — cidadãos deste país — atirar a primeira pedra, no sentido bíblico, inocentando-se da culpa de haver arrastado esse homem que aí passa, inanimado e frio, ao gesto supremo do desespero e da renúncia extrema? E' que fomos todos, uns e outros, demasiadamente intolerantes, ou demasiado omisso, silenciando o que não podíamos calar, ou expressando o que não devíamos sentir. Adivinho quase que o pesar maior que envolve esta cidade — que já a esta hora envolve todo o país — é mais que tudo, mais que um sentimento de dor, um sentimento de culpa. Acusaram-no por um crime que agentes subalternos seus cometeram. E como foi impedida essa acusação? Ontem, foi ele próprio que tombou, vacando e coraçao por um tiro de suicida, mas a imputação da autoria recai agora, inteira, sobre a nação, que foi por demais agressiva ao condená-lo sem deixar de

ter sido por demais endosa em defendê-lo, não culpados os que lhe eram próximos e sua família, a dentro e lhe falharam ao dever, os que lhe seguiram a palavra e não lhe trouxeram o estímulo, os que o combatiram pelo odio e o malaram pela injúria. Hoje, entre lágrimas e desespero — já aqui e ali — manifesta, também, a revolta — lamenta o povo a sua morte, lamenta desamparadamente o trágico de sua morte. Mas é demasiado tarde. Restam apenas o seu nome, e sua obra e o seu acólito.

— o —

Falei de um sentimento de culpa e de responsabilidade. Sentio que se encerrou, às primeiras horas da manhã de ontem, uma fase intensa da vida brasileira, inicia-se, em consequência, um novo ciclo de nossa história.

Getúlio Vargas encheu com o seu nome, sua malícia política e seu inenarrável prestígio popular, quase trinta anos de vida republicana. Ele foi, sem dúvida, um astro solar na cosmografia política do Brasil, em torno do qual gravitaram, em movimentos contraditórios e contínuos e apenas satélites. Em face de sua morte, trágica e inesperada, produziu-se a revolução sideral, pois o astro central de um sistema foge à sua própria órbita e se joga ao espaço infinito. Nivela-se, assim, todas as possibilidades, equilibram-se as forças, igualam-se os contendedores.

Durante um quarto de século esteve a política brasileira em função de Getúlio Vargas. Seu nome era o divisor de águas. Tudo quanto de bom ou mau se fazia neste país a ele se imputava, como glória ou como crime. Tudo girava em torno de seu nome, do que ele pensaria, do que ele faria do que ele diria. Foi a esperança dos humildes e o terror dos lógicos. Foi, sobretudo, um enigma constante, indecifrável aos olhos da Nação. Sendo um homem frio, foi, contudo, quem primeiro lançou no Brasil as bases de uma política emocional. Foi sempre, contraditoriamente, entre o pensamento e a ação. Não deixou nunca, porém, de ser uma figura central por excelência. Ninguém foi apolado ou combatido, nestes últimos vinte e cinco anos, a não ser por estar contra ou a favor de Vargas, por ser dos seus ou ser contra os seus. Contra ele se dirigiram os maiores ódios, contra ele se voltaram os maiores rancores. Nunca, entretanto, um homem público foi tão amado pelo povo. Abre-se, assim, um lanceo vazio. E' o que é mais grave, que não poderá jamais ser preenchido por um homem, pois as circunstâncias que o fizeram tão grande, correspondem à um período da história que não se repete. E' um ciclo político emocional, e que ainda agora à minha frente se manifesta, como triste e comovido espetáculo de dor. Por isto se faz preciso uma chamada à responsabilidade.

Se quem não tiver sensibilidade histórica, poderá supor que a vida política brasileira, nos momentos em que se a praticava até aqui, até hoje, continue tendo qualquer sentido, tão vasto era a atuação de um homem e a se exercia. Sim, assim, nos esses critérios, a vida que me vos entregando, levandome à convicção de que salmos de uma fase emocional para entrar numa fase racional da política. Solo o domínio não político, não governamental, mas sociológico, sob, pois, o domínio sociológico de Vargas fomos arrastados, inequivocamente, à prática de uma política de emoção. Cumpre, pois, prepararmos-nos, anteveendo a pressão histórica que nos será imposta, para o exercício de uma política social menos romântica e mais realista, menos sentimental e mais ideológica, menos tumultuária e mais objetiva, enfim, que não seja emocional, mas racional.

Até aqui para o povo mais humilde e esse é o que constitui as grandes massas, somente Vargas era o amigo. Quanto, ainda que movidos pelo melhor e mais humano dos sentimentos, pretendessem resolver com o povo a dramática realidade de seus problemas, do povo não teriam jamais a confiança. Só Vargas era o depositário fiel de suas esperanças, pouco importando, mesmo, que elas malograssem, no longo suceder dos anos. A fidelidade que lhe deviam era uma fidelidade mítica, feita de coraçao e de sonhos.

Qual o quadro político-social que se apresenta, agora, aos olhos da Nação? Um país sem líderes e um povo sem guia. Estou por dizer que isto é o mais trágico em meio a toda essa imensa tragédia, pois isto é o que fica, isto é o futuro.

Os partidos políticos nacionais constituem todos, no seu conjunto, desceidos de substância e conteúdo, nada mais do que uma dramática soma de vazio espiritual. Não forças que conduzam os acontecimentos — mas conglomerados ideológicos heterogêneos, sem um ideal que os inflame e uma linha moral que os nortee. Tem apenas uma vida formal, porque não sentem e não vivem a vida histórica. Difícilmente, assim, estarão eles capacitados a cumprir a sua missão no tempo.

E' possível que tendo chegado à hora de uma revisão definitiva não hexitem os mais responsáveis não hexitem que um país não em compreender que um país não pode gravitar em torno de uma política de paixões e de intriga política, mas sim em função de uma solidariedade humana, de espírito solidário e da razão moral. Se

**O PARTIDO TRABALHISTA MANTERÁ INDE-**

Correio do Povo, Porto Alegre, ano 59, nº 274, 29 de ago., 1954, p. 04.

O texto, que mais parece um relato ou uma crônica, inicia narrando a percepção do autor que naquela clara manhã de sol, da janela do seu quarto de hotel, via a multidão que seguia, do Palácio do Catete ao aeroporto, carregando o corpo inerte de Vargas. “É o corpo de Getúlio Vargas que vai sendo conduzido ao aeroporto, de onde o levarão à terra natal para o repouso derradeiro de seu sono. E o féretro prossegue, imenso, lento, com essa grave lentidão das coisas majestosas”.

Ao longo do texto o autor culpa os brasileiros pelo suicídio do presidente:

Adivinho quase que o pesar maior que envolve esta cidade — que já a está hora envolve todo o país — é, mais que tudo, mais que um sentimento de dor, um sentimento de culpa.

A nação era, conforme descrito no texto, “co-autora” daquele suicídio, pois havia sido agressiva em condenar as atitudes de Vargas e demasiadamente omissa

na tarefa de defendê-lo. Não se pode esquecer que durante o primeiro governo Vargas a construção da idéia de nação estava intimamente ligada a figura do presidente e durante o Estado Novo se fortaleceu a identificação entre Estado e Nação, personificado na figura de Getúlio Vargas.<sup>77</sup> Aqui a nação é entendida como assassina e Vargas como vítima, mas como houve um suicídio, assassino e vítima se personificam na mesma figura.

A partir da metade do texto o autor cita que na manhã do fatídico dia encerrou-se um ciclo da história nacional. Conforme o artigo, Vargas era o

astro solar na cosmografia política do Brasil, em torno do qual gravitaram, em movimentos contraditórios e constantes, centenas de satélites, submissos e indiferentes alguns, outros revoltosos e inquietos, mas sempre e apenas satélites. Em face de sua morte, trágica e inesperada, produz-se a revolução sideral, pois o astro central de um sistema foge à sua própria órbita e se joga ao espaço infinito.

Vargas é aqui identificado com o sol. Alguma espécie de Deus-Sol que orientava a órbita da vida política no Brasil, e cujo desaparecimento desorientaria o movimento dos demais satélites, fazendo o cosmos entrar em colapso. Essa alegoria com o sistema solar é um importante componente para a configuração do processo de mitificação de Getúlio Vargas *post-mortem*, já que confirma este momento específico como aquele em que o sistema ficara sem a sua principal estrela.

O nome de Vargas era, conforme o autor, um divisor de água na política brasileira do século XX: “Tudo quanto de bom ou mau se fazia neste país a ele se imputava, como glória ou como crime.” Conforme o texto, Getúlio era um enigma indecifrável para a nação. Mesmo sendo um homem tido como frio, lançara “no Brasil as bases de uma política emocional.” Conforme Angela de Castro Gomes, essa “política emocional” a qual o autor refere-se no jornal, embasou a construção do mito Getúlio Vargas durante o Estado Novo.

Como política não é um jogo de soma zero, público e privado, moderno e tradicional podiam emergir juntos de forma vigorosa. Portanto — é fundamental lembrar —, a ‘tradição’ do poder pessoal, orientada por diretivas ‘racionais’ e também ‘irracionais’ (crenças, valores, emoções), era

---

<sup>77</sup> GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org. do volume). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, vol. 4, 1998, p. 498 – 558, p. 516.

o cerne do modelo, sendo tão necessária quanto 'moderna'. Como Francisco Campos e Azevedo Amaral remararam, os tempos de crise, como os que se vivam, eram os do mito da personalidade. Eram os tempos dos grandes estadistas.<sup>78</sup>

Essa política de “bases emocionais” era guiada pelo presidente, especificamente pelo seu “coração”. O coração tem uma simbologia especial em toda a construção e consolidação do mito Vargas no primeiro governo. A política do Estado Novo trabalhou arduamente na construção do “equilíbrio perfeito entre razão e emoção, que levava ‘as leis de Vargas’ a serem ditadas pela ‘sabedoria’ mas nasceram do ‘coração’”.<sup>79</sup> E acentuando a importância do órgão, o tiro disparado pelo presidente direcionara-se exatamente a ele. O coração, símbolo caro ao conservadorismo católico, é aqui amplamente utilizada para referir-se à ligação da nação com o presidente, que com o tiro disparado no dia 24 desfizera este laço. Toda a simbologia ligada ao coração aparece “de forma vasta e difusa em vários textos que trabalham em prol do mito Vargas, podendo ser interpretada como um dos símbolos do laço político — do contrato — que estava sendo firmado entre Estado-presidente e povo-nação”.<sup>80</sup>

O texto de Naio Lopes de Almeida afirma que Vargas havia sido a figura central da política brasileira durante 25 anos:

Ninguém foi apoiado ou combatido, nestes últimos vinte e cinco anos, a não ser por estar contra ou a favor de Vargas, por ser dos seus ou ser contra os seus. Contra ele se dirigiram os maiores ódios, contra ele se voltaram os maiores rancores. Nunca, entretanto, um homem público foi tão amado pelo povo.

Conforme o texto, o vazio produzido pelo suicídio de Getúlio Vargas, não teria como ser preenchido, jamais. Através da afirmação de que o momento histórico específico fizera Vargas ser grande, o processo de mitificação *post-mortem* é, mais uma vez, confirmado. “É um ciclo que se encerrou, é o ciclo da política emocional, e que ainda agora à minha frente se manifesta, nesse triste e comovido espetáculo de dor.” Para o autor aquele era o ponto final da política emocional no Brasil e que a partir daquele momento entraríamos em um período de política racional.

<sup>78</sup> GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org. do volume). **Op. Cit.**, p. 526.

<sup>79</sup> Idem, ibidem, p. 528.

<sup>80</sup> GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org. do volume). **Op. Cit.**, p. 528.

Sob o domínio não político, não governamental, mas, sociológico, sob, pois, o domínio sociológico de Vargas fomos arrastados inequivocamente, à prática de uma política de emoção. Cumpre, pois, prepararmos-nos, antevendo a pressão histórica que nos será imposta, para o exercício de uma política social menos romântica e mais realista, menos sentimental e mais ideológica, menos tumultuária e mais objetiva, enfim, que não seja **emocional**, mas **racional**.

A construção da “política emocional” foi calcada na idéia de muitos intelectuais influentes no Estado Novo, principalmente Francisco Campos. Para Campos a construção do mito Getúlio Vargas estaria intimamente vinculada à utilização dos apelos emocionais pelos meios de comunicação, especialmente pelo DIP. A obra de Campos

guardaria lugar de destaque ao ‘mito’ mobilizador das massas — papel desempenhado pelo Chefe de Estado — e aos meios de comunicação não só na mobilização dessas massas, mas na importante tarefa de controlar e arrefecer seus ímpetos irracionais, próprios das grandes coletividades.<sup>81</sup>

Para o teórico do Estado Novo, “as coletividades humanas ostentam elementos de irracionalidade, aos quais só se pode alcançar pela via da emotividade”.<sup>82</sup> Pode-se afirmar, portanto, que durante os governos de Getúlio Vargas a política “torna-se o campo das sensações, das emoções e do inexato. Para Campos, tratava-se de despojar a política de suas características racionais, tornando-a teológica...”<sup>83</sup>

Voltando ao texto do *Correio do Povo*, o autor fala da fidelidade das massas, do povo humilde, para com Getúlio Vargas: “A fidelidade que lhe deviam era uma fidelidade mística, feita de coração e de sonhos”. Aqui o autor cita claramente o coração como o elo de fidelidade entre as partes.

O ‘coração’, como um canal orgânico, era o centro da própria vida e do contrato político, que, se desfeito, podia ocasionar a morte. O ‘coração’ era poderoso e generoso a um só tempo, e o laço que produzia estava muito além de regras orientadas exclusivamente por critérios utilitários e maximizadores de ganhos materiais.<sup>84</sup>

<sup>81</sup> SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Francisco Campos; um ideólogo para o Estado Novo. In: **Lócus**: revista de História, Juiz de Fora: UFJF, vol. 3, n.2, 2007, p. 39.

<sup>82</sup> Idem, ibidem, p. 42.

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org. do volume). **Op. Cit.**, p. 528.

A imagem de Getúlio Vargas, arquitetada durante o Estado Novo, através dos laços emocionais entre Presidente-Nação, consolidou-se no segundo governo e recriou-se sucessivamente após sua morte.<sup>85</sup> A morte, porém, apresentava a sua face obscura e misteriosa. O autor do texto mostra-se preocupado ao questionar-se sobre qual seria, a partir daquele momento, o futuro político da nação: “um país sem líderes e um povo sem guia. Estou por dizer que isto é o mais trágico em meio a toda essa imensa tragédia, pois isto é o que fica, isto é o futuro”. Getúlio era, pois, o guia/coração que havia deixado a nação/organismo órfã e sem perspectivas de futuro.

Conforme o artigo, os partidos políticos não tinham bases nem “direcionamentos morais” para dar continuidade ao trabalho de Vargas e não poderiam garantir um futuro promissor à nação, já que “têm apenas uma vida formal, porque não sentem e não vivem a vida histórica. Dificilmente, assim, estarão eles capacitados a cumprir a sua missão no tempo.” A sugestão que Naio de Almeida apresenta no final do texto é que o país adote então uma “política social em bases racionais”, pois senão o seu destino seria “um trágico remate de lágrimas e de sangue”.

As palavras “lágrimas” e “sangue” foram usadas num sentido diferente daquele que habitualmente encontramos nos artigos do *Correio do Povo* daquela semana. Elas não caracterizavam a expressão de dor e pesar da população, ou de uma parte dela, naquele momento. Elas se referiam ao futuro, não ao presente. Isto evidencia que para o autor poderia, sim, haver um sentimento de dor e sofrimento maior do que aquele que naquele momento estava passando uma grande parcela dos adeptos do varguismo. E ainda demonstra que o “sangue derramado” de Vargas não necessariamente era a expressão máxima de dor que o país poderia sentir.

No último parágrafo, Naio de Almeida retoma a proposta da introdução do artigo. “São estas as reflexões que me dominam, nesta clara manhã cheia de sol, á passagem do féretro de um homem que tendo sido tão indiferente às emoções da vida, mostrou-se tão grande na presença da morte.” A morte trágica configurava o fim épico que Vargas anunciou na carta testamento e por isso foi a alavanca que sua imagem precisava naquele momento para figurar como herói nacional. “Da

---

<sup>85</sup> Idem, ibidem, p. 535.

execração pública à adoração eterna coloca-se apenas um ato: o suicídio, o ato que virou a opinião pública e que reatificou a figura de Vargas”.<sup>86</sup>

O artigo assinado por Naio Lopes de Almeida na página dos editoriais pode evidenciar a própria opinião do *Correio do Povo*. Por ser um artigo “especial” pode ter sido feito sob encomenda, mas a escolha em publicá-lo partia, certamente, dos editorialistas do periódico que se intitulava apartidário, e que apesar disso, mostrou-se muitas vezes favorável a Getúlio Vargas. Conforme Fraga, logo no primeiro editorial o *Correio* sustentava o anseio pela neutralidade política, assumindo mesmo assim sua posição a favor da República como a melhor forma de governo.<sup>87</sup> Neutralidade não significa ausência de opiniões, mas no caso específico da República o jornal parecia um feroz defensor.

Na década de 1950 o *Correio* apoiou a candidatura de Vargas, antes mesmo da definição do seu nome como candidato. Conforme a estratégia utilizada pelo jornal, a indefinição quanto à candidatura preservaria a imagem de Vargas perante a opinião pública. O seu nome, porém, não poderia desaparecer das páginas do periódico e deveria estar vinculado “a idéia de um homem que não quer concorrer e que somente está em busca de um futuro melhor para o país”.<sup>88</sup>

Em 1954, depois do atentado da Rua Toneleros que matou o major Ruben Vaz, o *Correio* lançou a hipótese que o disparo poderia ter partido da arma do próprio Carlos Lacerda. Logo, porém, abandonou essa tese e passou a noticiar que o país se encontrava numa situação de normalidade. O jornal publicou notícias sobre o atentado, sobretudo na última página das edições, misturado a outras notícias diversas.<sup>89</sup> Conforme os artigos, o *Correio* acreditava na inocência do presidente Vargas. Além disso, propunha que para a normalização da situação do país e o bom rumo das investigações as Forças Armadas deveriam seguir a Constituição da República.<sup>90</sup>

---

<sup>86</sup> PEREIRA, R. S. **Op. Cit.**, p. 214.

<sup>87</sup> FRAGA, G. W. **Op. Cit.**, p. 15.

<sup>88</sup> STEFFENS, M. H. **Op. Cit.**, p. 80.

<sup>89</sup> Idem, *ibidem*, p. 114 – 117.

<sup>90</sup> Idem, p.130.

## 1.2 Manifestações e Depredações: textos e fotos

A posição editorial que o *Correio do Povo* vinha adotando era, pois, mais afeita à Vargas que às forças de oposição. Isso não quer dizer que não pudesse haver uma ou outra notícia ou manifestação que fosse de encontro àquelas opiniões, como no caso do primeiro editorial aqui analisado. Neste caso, o *Correio* parecia estar dividido. Posicionar-se politicamente a favor de Getúlio Vargas era uma prática que vinha pelo menos desde 1950, por isso essa continuidade pareceria vantajosa. Porém, frente às manifestações e destruições do dia 24 o jornal posicionou-se a favor dos atingidos, dizendo que as destruições deram-se devido às falhas do governo. Não é difícil encontrarmos nas edições pesquisadas notícias que criticam a atuação do governo do estado frente às manifestações; assim como também não é difícil encontrarmos textos que apresentam elementos característicos para a configuração do processo de mitificação de Vargas morto. Uma coisa não se opõe à outra.

Importantes representantes das elites econômicas e políticas do estado foram atingidas pelas manifestações, como o banco americano National City Bank, e as sedes dos partidos de oposição. Mas aos que o *Correio do Povo* mais se solidarizava, certamente, eram os órgãos da imprensa, escrita e falada, como a *Rádio Farroupilha* e o *Diário de Notícias*, ambos propriedade da *Diários e Emissoras Associadas*: “Atingido em cheio, o *Diário de Notícias* foi impresso nos dias seguintes nas máquinas do *Correio do Povo*, num gesto de generosidade do Dr. Breno Caldas, com papel emprestado pela Cia. Caldas Júnior”.<sup>91</sup>

As depredações foram certamente o assunto sobre o qual o *Correio* mais se manifestou naquela semana. Na segunda página da edição do dia 25 sete fotos cobrem a folha. São imagens de depredações, incêndios e tumultos ocorridos em Porto Alegre no dia anterior àquela publicação e remetem às cenas de guerra. A manchete que introduzia as fotos era “Os incidentes que agitaram a cidade durante o dia de ontem”, em letras garrafais, conforme a figura que segue.

---

<sup>91</sup> GALVANI, W. **Op. Cit.**, p. 393.



**Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 59, nº 270, 25 de ago., 1954, p. 02.

Fechando a mesma edição, outra página completa de fotos dos tumultos e depredações ocorridos no mesmo dia e local que as publicadas na segunda página do exemplar. Conforme Galvani, no dia 25 de agosto,

A segunda e a última página o jornal reservou para cobertura fotográfica dos estragos produzidos pela multidão indignada que saiu às ruas para destruir tudo o que significasse “antigetulismo” ou “reação contra seus propósitos de bem governar a nação”.<sup>92</sup>

<sup>92</sup> GALVANI, W. **Op. Cit.**, p. 393.

Segue a imagem da página:



**Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 59, nº 270, 25 de ago., 1954, p. 16.

Mais uma vez as fotos fazem referência à “guerra”, inclusive mostrando o exército em pleno exercício de suas funções de patrulhamento. Aqui atentamos para a interpretação do acontecimento usando como ferramentas as fotos. Associam-se todas as imagens das manifestações pela morte de Vargas com imagens de guerra, de desvio à ordem, à tranqüilidade, e a boa condução cívica da nação. Nas legendas das fotos, em nenhum momento foi citada qualquer referência a um possível movimento legítimo de revolta e indignação dirigido pelos populares contra

instituições que elegeram representativas dos “inimigos” de Getúlio Vargas. Conforme Alzira Alves de Abreu e Fernando Lattman-Weltman:

A responsabilidade pelos atos de revolta e protesto, que tomaram conta do país, foi jogada sobre os comunistas ‘agitadores’ e sobre os ‘pelegos’. As manifestações populares não podiam ser vistas como uma reação espontânea do povo diante do forte impacto causado pelo suicídio de seu líder.<sup>93</sup>

Não por acaso, as fotos estavam publicadas na contracapa do jornal. Como local que chama atenção facilmente, os textos ou imagens que eram publicados na contracapa estavam ali para serem “lidos” e tinham relação íntima com a opinião que o jornal desejava transmitir aos leitores. Conforme Fraga,

Em tais estratégias, os grandes jornais valem-se também de recursos gráficos e de diagramação, a fim de melhor assegurar a transmissão daquilo que se encontra sublimado na mensagem. Assim, toda a hierarquia conferida às informações, o destaque dado às manchetes e aquilo que elas exaltam, bem como o próprio material ilustrativo, constituem-se em mecanismos que objetivam não somente auxiliar a captação da informação, mas também da carga ideológica que se encontra a ela atrelada.<sup>94</sup>

No exame dos jornais cariocas dos dias 24 e 25, Abreu e Lattman-Weltman perceberam que as formas de divulgar a notícia do suicídio eram distintas: os jornais populares traziam enormes manchetes e grande número de fotografias, mostrando a emoção do povo e atitudes de protesto contra os opositores de Vargas. “Há pouquíssimo texto, a imagem fotográfica é usada como recurso para transmitir o sentimento da população”.<sup>95</sup> Enquanto que nos jornais voltados para as camadas médias não há preocupação com o despertar da emotividade. “Os textos procuram relatar os acontecimentos que levaram àquele desfecho com análises e opiniões sobre a conjuntura política”.<sup>96</sup>

A estratégia utilizada pelo *Correio do Povo*, nessa perspectiva, se encaixa dentro do perfil dos jornais populares. Mas este nem sempre foi considerado um órgão afeito a essas classes, nem sequer pretendia atingi-las. No trabalho de Paulo

<sup>93</sup> ABREU, A. A.; WELTMAN-LATTMAN, F. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, A. C.(Org.). **Op. Cit.**, 1994, p. 39.

<sup>94</sup> FRAGA, G. W. **Op. Cit.**, p. 29.

<sup>95</sup> ABREU, A. A.; WELTMAN-LATTMAN, F. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, A. C.(Org.). **Op. Cit.**, 1994, p. 40.

<sup>96</sup> ABREU, A. A.; WELTMAN-LATTMAN, F. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, A. C.(Org.). **Op. Cit.**, 1994, p. 40.

Sérgio Jardim sobre o impacto do suicídio de Vargas em determinados indivíduos que moravam em Porto Alegre na época, o autor pode perceber, utilizando-se de entrevistas, que os jornais não atingiam uma boa parcela da população. Conforme o depoimento de uma das entrevistadas, Dalva Pacheco, o acesso ao jornal não era para todos: “Não dava prá comprar jornal na época. A gente tinha um rádio tipo uma igreja. Era um rádio potente, dava gosto. E o rádio não era todo mundo que tinha...”<sup>97</sup>

Apesar disso, o rádio ainda era o principal meio de comunicação. Foi através dele que a população soube do suicídio do presidente Vargas, naquela manhã de 24 de agosto.

Os jornais matutinos ainda traziam informações do pedido de licença do presidente, e a televisão era um artigo caro. Por se destacar pela capacidade de informar com rapidez, o rádio participou ativamente da crise política que teve como desfecho o suicídio de Getúlio.<sup>98</sup>

Mesmo assim, o *Correio do Povo* desejava mostrar sua ampla difusão nas ruas de Porto Alegre. Para isso publicava na sétima página do exemplar do dia 26, fotos que faziam alusão ao sucesso da edição do dia anterior. No alto da página, na extrema direita superior, quatro fotos de pequenos grupos se aglomerando na rua, lendo o exemplar do *Correio*. A curta descrição da legenda citava:

Os acontecimentos e o ‘*Correio do Povo*’ – A edição de ontem do ‘*Correio do Povo*’ foi aguardada com ansiedade pelo público, ávido de informações em torno dos dramáticos acontecimentos da véspera: a trágica morte do presidente Vargas e as manifestações populares que a ela se sucederam. Desta forma, às primeiras horas da manhã de ontem, registrava-se uma verdadeira disputa em torno dos jornaleiros porto-alegrenses. A edição do ‘*Correio do Povo*’ resultou insuficiente para satisfazer a enorme procura dos leitores. E assim, esgotavam-se em poucos instantes todos os exemplares reservados à distribuição em Porto Alegre.

---

<sup>97</sup> JARDIM, P. S. F. **Op. Cit.** p. 109.

<sup>98</sup> BAUMWORCEL, Ana. Introdução. In: BAUM, Ana (org). **Vargas, agosto de 54: a história contada pelas ondas do rádio.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 15.



Correio do Povo, Porto Alegre, ano 59, nº 271, 26 de ago., 1954, p. 7.

Voltando à publicação do dia 25, além das fotos já referidas, encontramos uma reprodução da carta testamento deixada por Vargas — através dela o próprio presidente interferiu no próprio processo de mitificação —; manifestações de políticos e da igreja; uma biografia do novo presidente Café Filho e uma biografia do presidente morto, dentre outras mensagens e declarações. Em um texto de Elizabeth Rondelli e Micael Herschmann, sobre a morte e a mídia, os autores esclarecem que há no Brasil uma tendência de cristianizar os heróis nacionais, simbolizando-os, como ocorreu com Tiradentes, como Jesus Cristo. Os autores ainda citam a atuação da mídia nos contextos de morte de ícones nacionais. Relatam que muitas vezes a morte aciona nos jornais uma construção da biografia do morto realizada em tempo real, “por isso, a narrativa biográfica que aqui emerge é tosca em seu acabamento e, na maioria das vezes, efêmera e acidentada”.<sup>99</sup>

<sup>99</sup> RONDELLI, Elizabeth; HERSCHMANN, M. Os *mídia* e a construção do biográfico: a morte em cena. In: SCHMIDT, Benito. (Org.). **O biográfico**: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000, p. 287.

Na oitava página do exemplar, com continuação na décima quinta, uma reportagem não assinada, com o título de “Graves Ocorrências se Registraram na Capital do Estado Durante Quase Todo o Dia de Ontem” é a manchete principal. Logo no início do texto são feitas associações das manifestações pela morte de Vargas com “o triste ‘quebra-quebra’ ocorrido no início da última guerra”. As imagens que ilustram a reportagem fazem apelo a esse tipo de comparação. As fotos da cidade remetem a um campo de batalha:

As ruas apresentavam aspecto impressionante, com labaredas e fumaça por todos os lados, consumindo sedes partidárias, jornais e emissoras de rádio. Os manifestantes, empunhando grandes retratos do presidente Vargas, bandeiras nacionais e alto-falantes, clamavam contra os partidos de oposição, responsabilizando-os pela morte do chefe da nação.

Os manifestantes indignados com a morte do presidente dirigiam seu rancor contra todo e qualquer material de propaganda política da oposição. “Os símbolos políticos mais visados e destruídos com certa fúria aludiam aos candidatos da UDN”.<sup>100</sup> O que chama a atenção foi a exceção feita ao retrato de Flores da Cunha na sede da UDN em Porto Alegre.<sup>101</sup>

Só foi poupado um grande retrato a óleo do Sr. Flores da Cunha, que, como se sabe, tomou atitude contrária ao movimento hostil ao Sr. Getúlio Vargas. O interessante é que o retrato do líder udenista foi transportado para o comitê trabalhista fronteiro, sendo ali colocado ao lado do retrato do presidente desaparecido.

Conforme Jorge Ferreira, a multidão não vinculou a imagem de Flores àquele político que fez oposição a Vargas ao longo de sua carreira, ele representava sim o velho companheiro da Revolução de 30.

Para os revoltosos, a atitude de Flores da Cunha foi lida, entendida e apropriada como uma tomada de posição, digna e honesta, a favor de Vargas. Ao ser levado simbolicamente para território trabalhista, passava-se também uma mensagem ao líder gaúcho.<sup>102</sup>

---

<sup>100</sup> FERREIRA, Jorge. O Carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, A. C.(Org.), **Op. Cit.**, 1994, p. 72.

<sup>101</sup> No próximo capítulo a relação entre Flores e Vargas será mais bem analisada.

<sup>102</sup> FERREIRA, Jorge. O Carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, A. C.(Org.), **Op. Cit.**, 1994, p. 84.

As depredações e empastelamentos ocorridos em alguns órgãos da imprensa são novamente apresentados, assim como as manifestações contra as sedes de alguns partidos políticos. E ainda: “completamente fora de controle, a massa seguiu repetindo façanhas desta ordem, mesmo contra firmas particulares...” Todas essas instituições de imprensa, partidárias, bancos e outras instituições privadas que foram destruídas e empasteladas, principalmente no Rio de Janeiro, são o objeto de estudo do livro organizado por Angela de Castro Gomes, *Vargas e a Crise dos anos 50*. Conforme o texto de Jorge Ferreira

Para os “trabalhadores”, o trauma sentido com a morte de Vargas implicou a desestruturação do mundo, mas permitiu a leitura da realidade social vivida a partir de outros ângulos. Eles perceberam, naquela manhã, sua própria identidade social como o “nós” que se contrapunha a “eles”. Para confirmarem sua existência e seus sentimentos, para serem ouvidos e criarem uma imagem negativa do rival, eles se revoltaram e partiram para a destruição simbólica da oposição.<sup>103</sup>

Na parte final, o texto faz um apanhado geral da situação: “no total, nove agremiações políticas, onze firmas diversas, o consulado americano e cinco órgãos da imprensa escrita e falada foram seriamente atingidos.” E depois de todos esses dados do desastre das manifestações, o texto aponta como uma de suas causas a “ausência de ação preventiva e repressiva das autoridades”.

Essa tônica aparece constantemente nos números analisados: a falta de posicionamento repressivo do governo do estado frente às manifestações, bem como a importância da manutenção da ordem para a “pacificação dos espíritos”. Gerson Fraga cita que

...além de seu papel de agente informativo, os periódicos operam a construção de verdadeiras ‘emoções sociais’, tais como o medo, a necessidade, o patriotismo ou mesmo a alienação. Se seu peso político não pode ser considerado como permanentemente decisivo nas discussões que participa, por outro lado está longe de possuir uma força desprezível. Tal força transparece de forma mais efetiva a partir do momento em que se percebe que a ação destes órgãos se dá, geralmente, de forma conjunta, divulgando não apenas um sistema unívoco de idéias, mas também um mesmo rol de notícias, ou seja, a realidade construída por um veículo, é por outro reforçada e, assim, sucessivamente.<sup>104</sup>

<sup>103</sup> FERREIRA, Jorge. O Carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, A. C.(Org.), *Op. Cit.*, 1994, p. 75.

<sup>104</sup> FRAGA, G. W. *Op. Cit.*, p. 31.

A assertiva de Fraga confirma-se, no período aqui estudado, através de outros trabalhos já publicados sobre o tema. O livro organizado pela professora Angela de Castro Gomes, já citado anteriormente, contém vários textos dedicados ao estudo da imprensa carioca na crise de agosto de 1954 e dá sustentação à idéia de que a opinião do *Correio do Povo*, quanto à manutenção das instituições e da ordem, é uma constante também nos jornais da capital federal.

Dando continuidade às publicações sobre as manifestações e depredações do dia 24, o jornal divulga, na página sete da edição do dia 26 de agosto, dois quadros de fotos. Os títulos dos quadros são: “Apinhadas de gente as ruas de Porto Alegre” e “Procede a municipalidade à remoção dos destroços”, respectivamente. O primeiro quadro apresentava uma foto de um grupo de pessoas nas ruas de Porto Alegre, que aguardavam por notícias da capital da República, especialmente sobre o traslado do corpo de Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro para São Borja. Abaixo da foto uma pequena nota sobre o fim das manifestações de agosto que eram, segundo a legenda, lamentáveis e haviam culminado com algumas mortes. Mesmo assim vários grupos permaneciam nas ruas da cidade ainda no dia 25, em frente aos locais atingidos ou “procurando com avidez informações sobre os acontecimentos”. Conforme o texto a vida normal da capital esteve paralisada já que o comércio, a indústria e as repartições públicas não haviam funcionado.

Na outra extremidade da página, outro quadro com quatro fotos pequenas a respeito da remoção dos destroços na capital gaúcha. Todas as fotos são dos “possantes” caminhões de lixo recolhendo os entulhos, restos de móveis, papéis e materiais de escritório jogados para fora dos prédios pelos manifestantes.



**Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 59, nº 271, 26 de ago., 1954, p. 7.

Conforme o texto, algumas ruas do centro da capital e dos arrabaldes ficaram praticamente intransitáveis devidos aos entulhos. Durante à tarde do dia 24 a municipalidade “determinou que seus veículos procedessem à retirada dos verdadeiros monturos queimados nas vias públicas” o que teria restaurado a tranqüilidade na capital.

Toda essa disseminação de fotografias no periódico levanta alguns questionamentos sobre a utilização da técnica. O uso indiscriminado de ilustrações fotográficas pode até passar despercebido pelo jornalista, mas não pode jamais passar pelo historiador/a. A falaciosa idéia de veracidade e a suposta crença na autenticidade dessas imagens captadas no cotidiano pode propiciar “a ilusão de que o registro fotográfico captava o real como ele se apresentava”.<sup>105</sup>

Alice Trusz, em seu trabalho sobre a publicidade nas revistas ilustradas de Porto Alegre nos anos 20, destaca a utilização da técnica fotográfica na imprensa:

<sup>105</sup> KORNIS, Mônica Almeida. Agosto e agostos: a história na mídia. In: GOMES, A. C.(Org.). **Op. Cit.**, 1994, p. 100.

Por ser uma técnica que permite gerar uma imagem do mundo visível de alta capacidade analógica, a fotografia concentra um forte atributo de verossimilhança. Em função deste atributo, as imagens fotográficas adquiriram status de credibilidade, o que determinou por longo período uma leitura acrítica dos registros produzidos dentro desta linguagem visual. Durante os anos 1920, foi este o sentido que orientou o emprego das fotografias pela imprensa, o qual acabou se salientando com o surgimento das fotografias de caráter jornalístico e a proliferação das reportagens ilustradas.<sup>106</sup>

As técnicas utilizadas na elaboração de fotografias permitem a construção de imagens ideais para a corroboração de determinada idéia ou prática. Além de construir essa imagem ideal a fotografia ainda pode ser reproduzida e publicada para simples divulgação, propaganda, ou doutrinação. O que através da fala pode facilmente ser considerado inadmissível, com a certa utilização das técnicas de fotografia pode passar a ser crível, em um clique. Essas considerações servem para que percebamos que as fotografias publicadas no *Correio do Povo*, ou em qualquer outro meio, são também construções e opções de editoração. As fotos publicadas na semana posterior ao suicídio de Getúlio Vargas, portanto, são partes constitutivas do próprio acontecimento e são peças importantes na configuração do processo de mitificação *post-mortem*, já que evidenciam aquele momento como importante nacionalmente, e dão através da sua leitura/interpretação chance para que mais vozes falem desta mitificação. As fotografias mostram o desespero das pessoas frente à situação da perda do guia, costurando o momento específico com a veiculação das imagens certas, se configuram como elementos que agregam valor ao processo de mitificação.

As fotos eram mais um elemento da opinião editorial do periódico da Caldas Júnior. A denúncia da falta de ação do governo do estado face às manifestações e a divulgação dessas imagens, configuram importante elemento no processo de mitificação de Vargas morto, como já salientamos. Inconscientemente ou não, as fotos que pareciam desagrar o acontecimento do suicídio, acabaram por sobrelevar em importância o acontecimento das depredações e com isso o jornal contribui de maneira tenaz no processo de mitificação de Vargas. Como? Publicando fotos dos manifestantes que realizavam naquele momento uma espécie de processo de identificação com o presidente morto.

---

<sup>106</sup> TRUSZ, A. D. **Op. Cit.**, p. 90-91.

Como último exemplo das posições do *Correio* sobre as manifestações e depredações, apresentaremos um artigo publicado no dia 2 de setembro, na página sete. Esta página, de diagramação tão recortada que chega a prejudicar o nosso entendimento das informações, traz um artigo transcrito do jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro de 27/08/54. O texto sem assinatura, com o título de “Os acontecimentos de P. Alegre” versa, mais uma vez, sobre a falta de posicionamento do governo do estado do Rio Grande do Sul frente às atitudes dos manifestantes. Na verdade a interpretação da diagramação dessa página é bastante particular, já que não é possível compreender se esses dois textos, transcritos de periódicos cariocas que logo serão analisados, são manifestações do *Correio do Povo*, ou se são publicações “*A pedido*”. Segue a foto.



*Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 59, nº 277, 02 de set., 1954, p. 7.

Conforme o texto “o governo do Sr. Ernesto Dornelles primou pela omissão, abstendo-se de cumprir o dever de proteger a propriedade privada e de reprimir abusos”. Segundo a opinião do diário da capital federal, corroborada pelo periódico de Porto Alegre, foi somente com a entrada das forças do exército que a ordem

pública pôde ser restaurada. Conforme Jorge Ferreira, Ernesto Dornelles, por ser parente de Vargas, não poderia utilizar os mesmos métodos repressivos usados no Rio de Janeiro. “Com sua atitude, Dornelles talvez procurasse dar um recado às elites políticas conservadoras: este território é nosso, aqui é diferente”.<sup>107</sup>

O principal alvo das críticas dos jornais, tanto o carioca quanto o gaúcho, era certamente alimentado pelas destruições dos órgãos noticiosos, seus colegas de imprensa.

A inércia do governo identificou-o com os inspiradores dos assaltos, isto é, deixou a impressão de que o Sr. Ernesto Dornelles foi quem exerceu a vindicta contra seus adversários e aproveitou a ocasião para tentar silenciar vozes livres e tradicionais do Rio Grande do Sul, como são os jornais que lhe faziam oposição.

As manifestações direcionadas aos órgãos da imprensa oponente pareciam ser uma vingança da multidão. Os grupos populares, indignados com a morte do presidente, dirigiam seu rancor contra todo e qualquer material de propaganda política da oposição, inclusive a imprensa. Os revoltosos associaram os veículos dos *Diários e Emissoras Associados*, por exemplo, aos imperialistas norte americanos; enquanto que os jornais aproximavam os manifestantes aos comunistas.<sup>108</sup>

Nesta mesma página, outro artigo transcrito do *Diário Carioca*<sup>109</sup> de 27/08/1954, faz duras críticas à atitude de Getúlio Vargas e à carta-testamento. O título “A nossa Opinião” oferece dificuldade para sua interpretação, além da dificuldade imposta pela diagramação da página: a opinião seria do diário carioca ou do *Correio do Povo*? Essa resposta depende da maneira de encarar o texto e a própria página. Se encararmos esse texto como uma manifestação de opiniões que foram corroboradas pelo *Correio*, ele obviamente é também uma opinião deste. Caso entendamos que é uma publicação “*A pedido*”, ele deve ser entendido como

<sup>107</sup> FERREIRA, Jorge. O Carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, A. C.(Org.), *Op. Cit.*, 1994, p. 86.

<sup>108</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>109</sup> “Fundado em 17 de julho de 1928 por José Eduardo de Macedo Soares, o Diário Carioca foi um dos mais influentes jornais do País e o responsável pela modernização técnica da imprensa brasileira. (...) A reforma do estilo da imprensa brasileira começou na década de 1950 no Diário Carioca, de forte tradição política e orientação conservadora. Lá, dois professores do curso pioneiro de jornalismo que funcionava na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Brasil - Danton Jobim, o catedrático, e Pompeu de Souza, seu assistente - arregimentaram um grupo de jovens, vindos quase todos de diferentes cursos universitários, para introduzir no Brasil as técnicas de redação originalmente desenvolvidas nos Estados Unidos e que já se haviam generalizado nos países desenvolvidos.” Disponível em <<http://www.diariocarioca.com.br/>> (28/06/2010)

manifestações de terceiros, sem necessariamente, comprometer a opinião o periódico.

Segundo o artigo:

A mensagem de desespero deixada pelo Sr. Getúlio Vargas, cuja autenticidade não está ainda demonstrada, poderá no máximo servir de documento para análise histórica, comprovante que é de uma maneira defeituosa e facciosa de encarar os problemas nacionais. Não será nenhum desrespeito à memória de um morto criticar suas idéias, tanto mais quanto elas, expressas num papel destinado a atuar sobre a posteridade, vêm revestidas de caráter polêmico, visando a substituir, no cenário nacional, a atuação do seu autor desaparecido.

Neste artigo elementos negativos são vinculados a figura de Vargas morto. Os elementos aqui citados contribuem para a construção de um processo contrário ao da mitificação *post-mortem* do presidente. O autor desconhecido cita que Getúlio Vargas desejava com a carta testamento “continuar uma figura presente”, mas “os homens conscientes deverão se fazer no sentido de retirar o lastro emocional que se liga ao documento para impedir que ele se transforme numa fonte geradora de novos erros e intranqüilidades”. Em tom áspero o texto acusa os políticos do PTB de usarem a figura de Vargas para fins políticos e votos. “Querem eles manter à tona um cadáver lancinante, com objetivo de lucros pessoais.” Segundo o texto os “falsos amigos” trabalhistas queriam usurpar a honra do presidente morto, utilizando-se de sua imagem para angariar votos.

As opiniões do *Correio do Povo* que foram publicadas até aquele momento podem não contribuir para a afirmação de que este seja um texto subscrito pelo periódico de Porto Alegre. Sua diagramação, em contrapartida, não permite que essas afirmações sejam confirmadas. O que se pode apreender a partir disso é que este texto é uma crítica ao processo de mitificação que se configurava.

### **1.3 As matérias especiais e a sigla C. P.**

Além das notícias e textos sobre as manifestações, encontramos também, nas edições pesquisadas do *Correio do Povo*, dois textos do enviado especial a São Borja, Antonio Carlos Ribeiro. Os textos foram publicados nos dias 26 e 27 de agosto, respectivamente, e oferecem um olhar distinto daqueles a respeito das

manifestações. As duas reportagens encontram-se publicadas na última página e apresentam as seguintes manchetes: “Na terra natal, descera hoje à sepultura o corpo de Getúlio Vargas” (com continuação na página nove) e “A maior multidão jamais concentrada em S. Borja acompanhou o corpo de Getúlio à última morada”, ambos escritos em letras garrafais.

O primeiro deles havia sido escrito em São Borja, no dia 25, mas a sua publicação dera-se somente no dia 26. Gerson Fraga chama a atenção para as agências de notícias, nacionais e internacionais, e para as reportagens publicadas sob a sigla do *Correio do Povo*. No que tange aos enviados especiais, o autor destaca principalmente os que cobriam o conflito na Espanha na década de 1930, mas sua pertinência cabe também a este estudo:

Se tal fato, por um lado, pode ser entendido como um esforço adicional no sentido de oferecer uma melhor cobertura dos acontecimentos, devemos também levar em conta que mesmo tais relatos são frutos de uma produção intelectual, sujeitas aos mesmos desvios e preconceitos que qualquer outra. Mais do que isto, a presumida presença de um observador/narrador diretamente no palco do conflito certamente era um fator que já então serviria para reforçar o sentimento de credibilidade das notícias emitidas por tais empresas.<sup>110</sup>

A presença, portanto, de um enviado especial a São Borja para cobrir o velório e o enterro do presidente Vargas dava credibilidade às informações publicadas pelo periódico de Caldas Júnior e revelava a valorização do fato pelo jornal. O enviado não precisava ser necessariamente um empregado do jornal, o vínculo entre ele e o *Correio* pode ter sido estabelecido somente na condição de colaborador.

O texto inicia narrando sobre a descida do caixão do avião da empresa Cruzeiro do Sul em que fora transportado o corpo do Rio de Janeiro até ali. O primeiro subtítulo da reportagem é: “Carregado o esquife nos ombros do povo”, pois, conforme o texto, a família Vargas havia dispensado a carreta militar, assim como já havia dispensado o avião da FAB para o traslado. A foto que ilustra a reportagem é do presidente morto, dentro do caixão, sendo velado por populares. Em tom pesaroso, o texto refere-se às pessoas que ali se encontravam consternadas frente ao trágico acontecido e menciona ainda a tristeza e a dor dos populares e dos ilustres: “É grande o estado emocional de todos, não só dos familiares, como

---

<sup>110</sup> FRAGA, G. W. **Op. Cit.**, p. 63.

também dos antigos ministros e colaboradores de Vargas. O Sr. Osvaldo Aranha chora copiosamente, o mesmo ocorrendo com a maioria dos presentes”.

A demora para que o texto chegasse até a redação do jornal dá uma idéia da dificuldade do envio das informações. Fraga, através de entrevistas realizadas com antigos empregados e colaboradores do *Correio do Povo*, pôde concluir que as informações sobre a Guerra Civil Espanhola publicadas no jornal “eram remetidas, via telégrafo, da sucursal do jornal, localizada na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal”.<sup>111</sup> Na década de 1950, entretanto, os jornalistas já contavam com o telefone, mas o telégrafo era ainda o mais importante meio de comunicação.

O outro texto publicado no dia 27 de agosto havia sido escrito em São Borja no dia 26. O enviado especial do *Correio* inicia o texto com as seguintes frases:

Tudo nesta pequena cidade da fronteira é diferente: inclusive a emoção popular. A notícia da morte de Getúlio Vargas não foi recebida como o trespasse de um estadista e líder de massas. Quem morria era, acima de tudo, um filho de São Borja, sempre fiel à sua terra natal.

O autor dizia que o sentimento de dor dos são-borjenses tinha outras tonalidades, diferentes dos sentimentos das pessoas das capitais ou centros maiores, pois ali era a terra natal do presidente suicida. Esse elemento agrega importância ao processo de mitificação *post-mortem*, pois em sua cidade natal a identificação do povo com seu chefe/conterrâneo era singular. Conforme teorização de Raoul Girardet, é através do verbo que se dá a comunhão entre o orador e os ouvintes, mas no caso da configuração do processo de mitificação de Vargas morto, o verbo não poderia mais ser dito. Estava morto o chefe político. Parece, entretanto, que neste caso o verbo transformou-se em silêncio no processo de identificação. Não era mais possível dizer que fora através das palavras de Vargas que o povo se identificou com ele, transformando-se numa totalidade. As palavras de Vargas neste momento ecoavam da sua carta testamento deixada como legado aos trabalhadores e o seu funesto silêncio se fazia mais forte que qualquer palavra.<sup>112</sup>

A simplicidade das cerimônias fúnebres naquela cidade da fronteira e a dispensa das honrarias militares por parte da família Vargas atestavam singeleza e ao mesmo tempo proximidade da população com a família enlutada. Conforme o

---

<sup>111</sup> FRAGA, G. W. **Op. Cit.**, p. 68.

<sup>112</sup> No último capítulo abordaremos a importância das palavras de João Goulart, Riu Ramos e Osvaldo Aranha neste processo de identificação.

texto, as pessoas da cidade vestiam luto “nas lapelas, nas mangas, nas gravatas, como se todos fossem parentes do morto”. Ao lado da matéria uma foto da multidão levando o caixão do presidente nos braços, no cortejo fúnebre, ilustrava o escrito. Conforme o relato de Antonio Carlos Ribeiro, a fisionomia de Vargas dentro do esquife parecia tão serena e tranqüila como jamais havia se apresentado aos olhos do público.

Na página sete, da mesma edição, uma seção de fotos do enterro do presidente Vargas ocorrido no dia anterior cobre todo o espaço da folha. A legenda das fotos segue logo abaixo das imagens com o título: “Toda a cidade de São Borja reverenciou, comovida, a memória de seu filho ilustre” em letras garrafais. As fotos são de anônimos, amigos do meio político e familiares do falecido presidente: “Na seqüência de fotografias acima, publicamos uma série de aspectos dos funerais do presidente Getúlio Vargas, ontem realizados em meio de grande simplicidade e emoção, na cidade de São Borja”. Aparecem nas imagens personalidades como Osvaldo Aranha, João Caruso, João Goulart, Batista Luzardo, Ernesto Dorneles e Alberto Pasqualini, dentre outros. A foto que reproduzimos a seguir é do ex-ministro Osvaldo Aranha fazendo sua homenagem póstuma em frente à lápide de Getúlio Vargas.



**Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 59, nº 272, 27 de ago., 1954, p. 7.

O estilo dos dois textos do enviado especial a São Borja atesta uma disparidade daqueles descritos anteriormente sobre as manifestações populares em Porto Alegre. É claro que o assunto abordado é diverso, mas a tônica do texto é completamente distinta. Conforme Fraga, é importante atentar para a publicação de notícias díspares entre si no *Correio do Povo*, pois

...poderia servir como um elemento de legitimação de sua pretensa imparcialidade política. Assim, para além do caráter informativo, tais notícias poderiam também desempenhar um papel verdadeiramente estratégico para o *Correio do Povo*, auxiliando na constituição da imagem do mesmo diante de seu público leitor.<sup>113</sup>

Para corroborar essa idéia de disparidade o jornal também publica uma série de reportagens vindas da sucursal do Rio de Janeiro, que vinham com a seguinte denominação: Rio, data (C.P.). Aqui daremos destaque, em especial, a duas

<sup>113</sup> FRAGA, G. W. **Op. Cit.**, p. 69.

reportagens publicadas nas edições dos dias 25 e 26, respectivamente. A primeira delas, publicada na capa do exemplar do dia 25 tinha o título de: “Impressionante Consagração Popular Ao Presidente Morto”, escrito com letras garrafais.

A reportagem não está assinada e vem do Rio de Janeiro, como atesta o início do texto: “Rio, 24 (C.P)”. Conforme o escrito a capital da república se encontrava “vivendo horas dramáticas” naquele dia 24 na “mais completa comoção”. Descrevia a consagração popular do presidente morto como algo nunca visto e que envolvia todas as classes sociais, especialmente os operários. O texto está dividido em seções e a primeira delas versa sobre a “visitação pública” e sobre os encaminhamentos do velório. Conforme o texto milhares de pessoas se deslocavam de caminhões e ocupavam quadras inteiras aos arredores do palácio do Catete, onde o corpo fora velado.

O espetáculo é sumamente comovedor e atesta que o ilustre rio-grandense extinto ainda era a personalidade política de mais prestígio do país. Mulheres e homens, inconformados com o trágico desenlace chegam à beira do esquife debaixo de lágrimas e têm copioso pranto.

O texto segue na página doze e faz menção às “palavras do Cardeal Câmara” e às “dificuldades na colheita de notícias” por parte dos jornalistas. Segundo o jornal o cardeal teria se expressado a respeito do suicídio do presidente Vargas com as seguintes palavras:

Sumamente terrível é isto que aconteceu. Torna-se necessário um supremo esforço de concentração espiritual para refletir sobre esse fato que abala e choca a Nação inteira. Deus venha em auxílio de todos nós e de nossa Pátria. Deus é infinito em sua misericórdia. Rezemos no intimo dos nossos corações por quem tão tragicamente terminou seus dias de autoridade sobre o povo brasileiro.

A importância da manifestação da Igreja é confirmada na própria reportagem que lhe dá destaque especial. Nos capítulos posteriores, destacaremos como era importante para o *Correio do Povo* “a defesa da propriedade, da ordem social e da religião cristã”.<sup>114</sup>

A outra reportagem da sucursal do Rio de Janeiro foi publicada na contracapa da edição do dia 26. O texto com o título “A maior massa humana já vista no Rio de Janeiro acompanhou o cortejo fúnebre do Catete ao aeroporto”, em letras garrafais

<sup>114</sup> FRAGA, G. W. **Op. Cit.**, p. 20.

não estava assinado, apenas pode-se ler que fora escrito no Rio, no dia 25. Tinha o mesmo estilo<sup>115</sup> do publicado no dia 25, o que pode sugerir que tenha sido escrito pela mesma pessoa:

A capital da República jamais viu em toda sua história quadros tão dramáticos. Não eram apenas mulheres que lançavam gritos de dor. Homens que não conseguiam conter lágrimas, mas estava ali unida pelo mesmo sentimento de pesar a maior concentração humana jamais vista no Rio de Janeiro.

Com continuação na página nove, o texto cita que o povo empurrou a carreta fúnebre com o corpo inerte de Getúlio Vargas do palácio do Catete ao aeroporto Santos Dumont, onde houve confusões de todos os tipos. “Na dispersão dos populares, após a partida do avião, registraram-se algumas correrias, sendo a polícia obrigada a intervir para serenar os ânimos”. Essa miscelânea de informação dos mais variados tipos e fins pareciam legitimar a posição de neutralidade que o *Correio* deseja transmitir. Conforme Fraga essa era uma estratégia do jornal que

... constituído nos moldes capitalistas desde o início de sua história — muito embora seu forte acento na gestão familiar — disputava um mercado regional com competidores que, da mesma forma, buscavam a preferência de leitores e anunciantes, responsáveis diretos pela sua manutenção e existência. Desta forma, a credibilidade e a imparcialidade conferidas à marca *Correio do Povo*, era um verdadeiro patrimônio a ser administrado com zelo, afinal, a comunidade imaginária composta pelos leitores do jornal, que diariamente recorriam a suas páginas a fim de tomarem ciência dos últimos acontecimentos era, certamente, suficientemente ampla para agrupar pessoas das mais diversas opiniões e tendências políticas.<sup>116</sup>

Por isso as notícias das manifestações coabitavam as mesmas páginas das reportagens que diziam que a comoção popular que o suicídio de Vargas acarretou era a maior da história. Os textos sobre as depredações e a falta de atitude do governo do estado estavam impressos nas mesmas páginas em que se publicava sobre a dor e abalo nacional que a morte do ilustre brasileiro havia desencadeado na população.

Pensar a interferência do *Correio do Povo* no desenho do processo de mitificação de Getúlio Vargas morto, só é possível através de uma análise sistemática das edições do jornal. Conforme Tania Regina de Luca:

<sup>115</sup> O estilo da escrita, a formação das frases e o estilo da narrativa são similares nos dois textos. Inclusive a ordenação das palavras é semelhante.

<sup>116</sup> FRAGA, G. W. *Op. Cit.*, p. 126.

O pesquisador dos jornais e revistas trabalha com o que se tornou notícia, o que por si só já abarca um espectro de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a algumas coisas. Entretanto, ter sido publicado implica atentar para o destaque conferido ao acontecimento, assim como para o local em que se deu a publicação: é muito diverso o peso do que figura na capa de uma revista semanal ou na principal manchete de um grande matutino e o que fica relegado às páginas internas.<sup>117</sup>

A importância desta análise e da contextualização das falas publicadas pelo *Correio* ao longo deste trabalho indica que alguns elementos característicos deste processo apareciam nas páginas das edições pesquisadas algumas vezes de maneira discreta e outras vezes estampadas nas capas ou contracapas de forma bastante espetacular. O próprio modo como se deu a publicação das manifestações pode ser entendido como um desses elementos que, redimensionando o acontecimento através da publicação das fotos, deram densidade ao processo de identificação da população com o presidente suicida.

Os três itens citados por Loiva Félix que aqui nos apropriamos são, pois, encontrados nas posições editoriais e reportagens do *Correio do Povo*. O momento histórico específico, claramente vinculado ao suicídio, foi também interpretado como um acontecimento que também se tornou crível a partir da interferência da mídia no processo de construção do real. A força impulsionadora do verbo no processo de mitificação refere-se ao *Correio do Povo*, o suporte utilizado pelas variadas vozes que analisaremos ao longo deste trabalho. Também vimos, dentro deste item, como a força impulsionadora do silêncio e os ecos da carta testamento, como um verbo ainda ressonante, puderam ser pensados como integrantes do processo de identificação da coletividade com o morto. Ainda no tocante a identificação, pudemos perceber que a criteriosa utilização das imagens de Vargas associadas à de outros importantes vultos da história nacional se constituíram como importante ponto na configuração deste processo de mitificação. Cabe agora atentarmos para outras vozes publicadas nas páginas do *Correio do Povo*.

---

<sup>117</sup> LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Op. Cit.**, p. 140.

## Capítulo 2

### Vozes escritas

---

As mensagens que o jornal *Correio do Povo* trouxe na semana do dia 25 de agosto ao dia 2 de setembro de 1954, intituladas “*A pedido*”, são aqui entendidas como parte desse grande objeto de pesquisa que é a imprensa e neste caso o próprio jornal. Essas mensagens, porém, expressam a opinião de terceiros, quer dizer, não refletem, muitas vezes, a opinião do jornal, ou de seus editores. Elas aparecem como anúncios, pagos ou não, que algumas instituições ou particulares publicaram por determinada razão.

Esses anúncios eram, em sua maioria, avisos, apelos, recados e manifestações de pesar pela morte de Getúlio Vargas. Percebe-se que a intenção da publicação dessas mensagens era obviamente a divulgação e a publicização de uma idéia e por isso a escolha pelo *Correio do Povo*, jornal de maior circulação e tiragem do Rio Grande do Sul naquela época.

O conceito de imprensa proposto por Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado ajuda a embasar essa análise. As autoras afirmam que

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.<sup>118</sup>

Por isso as mensagens que aqui serão apresentadas são entendidas como parte constituinte de seu suporte. Elas não estão ali por acaso, ou sem uma intenção proposital também por parte do jornal. Elas são uma das ferramentas que o jornal utiliza para a ‘manipulação de interesses’ da maneira que melhor lhe convém. Conforme Chartier:

Em contraste com a representação do texto ideal e abstrato — que é estável por ser desvinculado de toda materialidade, uma representação elaborada pela própria literatura — é fundamental lembrar que nenhum texto existe fora do suporte que lhe confere legibilidade; qualquer

---

<sup>118</sup> CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa - Omega, 1980, p. XIX.

compreensão de um texto, não importa de que tipo, depende das formas com as quais ele chega até seu leitor. Assim, é necessário fazer uma distinção entre dois tipos de aparato: aqueles impostos pela colocação em forma de texto, pelas estratégias da escrita e intenções do 'autor', e aqueles que resultam da manufatura do livro ou da publicação, produzidos por decisão editorial ou através de processos industriais, e dirigidos aos leitores ou a leituras que podem não ter absolutamente nada em comum com as expectativas do autor.<sup>119</sup>

Entre as intenções do autor e a editoração localiza-se o espaço em que se dá o significado da leitura. Cada leitor tem autonomia para interpretar os textos, as mensagens do jornal, mas o autor e a editoração com certeza podem influenciá-lo. Para não cairmos em simplificação incorreta sobre processo através do qual os textos adquirem significado é importante pensar que "o restabelecimento de sua verdadeira complexidade exige um exame da relação muito estreita entre três pólos: o próprio texto, o objeto que comunica o texto e o ato que o apreende".<sup>120</sup> Neste trabalho trataremos, especificamente, do texto em si e de seu suporte, fazendo suposições de como estes puderam ser lidos. Conforme Claudio Pereira Elmir:

É claro que as práticas de leitura ou de apropriação não correspondem exatamente às intenções dos autores contidas nos textos lidos. Muitas vezes, a recepção pode não realizar o desejo daqueles que emitiram determinado juízo sobre alguma questão. Devemos levar em conta este tipo de diferenciação para evitarmos concluir através de nossa leitura intensiva relações que o leitor empírico na sua leitura extensiva não estabeleceu com o texto, ou com as idéias.<sup>121</sup>

Para tanto faremos uma leitura intensiva destas fontes, já que o tempo da experiência da nossa leitura não corresponde ao tempo da formulação do jornal<sup>122</sup>, tentando contextualizá-las no seu suporte, bem como com o momento e a intenção de seus veiculadores.

---

<sup>119</sup> CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. São Paulo. Martins Fontes, 1995, p. 220.

<sup>120</sup> Idem, ibidem, p. 220 -221.

<sup>121</sup> ELMIR, C. P. **Op. Cit.**, p. 23.

<sup>122</sup> Idem, ibidem, p. 22.

## 2.1 Notas Oficiais e outras pró-Getúlio

Começaremos esta etapa do trabalho analisando a capa da edição de 25 de agosto, que trazia uma mensagem do Partido Trabalhista Brasileiro, assinada pelo presidente do partido no Rio Grande do Sul, Annibal Di Primio Beck, sem a denominação “*A Pedido*”. Ela foi selecionada para estar nessa seção do trabalho por se tratar de um apelo institucional. A ausência da denominação supra-referida permite questionar se o jornal estaria de acordo com a opinião ali expressa, ou não. Esse questionamento deve ser cauteloso, já que em outras circunstâncias ele não é necessário, pois se presume que as mensagens da categoria “*A Pedido*” sejam de inteira responsabilidade daqueles que a proferem. Parece que neste caso, em contrapartida, o jornal, por ocultar essa informação, está de acordo com o seu texto.

O texto localiza-se numa parte estratégica da capa desta edição: na extrema direita inferior, local onde grande parte dos leitores vira a página do periódico, folheando o jornal. O texto está destacado em um quadro com as margens traçadas que leva o título, em letras garrafais: “Ao povo Brasileiro”. O próprio texto, ao longo da sua curta extensão, enquadra-se na categoria de apelo.

Numa primeira leitura já é possível perceber que são muitos os elementos que dão destaque ao mito Getúlio Vargas, e que contribuem, portanto, ao que chamamos aqui de processo de mitificação *post-mortem*. Essa contribuição ocorre através da utilização de termos mitificantes e do redimensionamento do acontecimento do suicídio. O texto inicia com uma saudação de pesar à população pela “perda irreparável do maior de todos os brasileiros”. É no segundo parágrafo, porém, que os aspectos mais marcantes para a configuração do processo de mitificação de Vargas morto são apresentados:

O sacrifício espontâneo do Presidente Getúlio Vargas é o testemunho maior do seu idealismo sincero e de sua dedicação às grandes causas da nacionalidade. Viveu sempre a causa dos humildes e desprotegidos. Sua morte agora selou a vocação de toda sua vida.

Mesmo o leitor desatento poderá perceber que este pequeno trecho está carregado de elementos que configuram este processo de mitificação. A escolha em usar o termo “sacrifício espontâneo” é uma possível alusão a Cristo. Na idéia de sacrifício está imbuído outro termo que alude à morte: sangue. Morte, sacrifício e

sangue formam então uma tríade de imediata comparação de Vargas-morto com Cristo:

O seu sangue, tal como fora o sangue de Cristo é doado em sacrifício, em dor e crueldade para afastar o inimigo externo, contra o qual o sangue uno e indivisível do povo brasileiro deveria se unir. A união é feita em torno do sangue, do sangue derramado do grande líder.<sup>123</sup>

Além desta tríade, outros elementos aproximam, neste apelo, Vargas a Cristo. A vida dedicada aos humildes e a morte como aquela que vem corroborar a dedicação da vida inteira, há muito vem sendo usada nos meios mais tradicionais da Igreja para reforçar as virtudes de Jesus Cristo como aquele que se sacrificou pela humanidade.

Na continuação do texto, o apelante pede que “as demonstrações de pesar não traduzam atos de desespero e de violência.” Vê-se com isso que as autoridades do PTB perceberam que as reações e manifestações populares poderiam se transformar num grande problema. Apesar de o jornal estar em circulação desde as primeiras horas da manhã do dia 25, o que se supõe que as impressões começaram na noite anterior, os estragos e as depredações, que o povo pesaroso e enfurecido depreendeu contra prédios públicos e privados em Porto Alegre, eram significativos e preocupantes. Era, portanto, um apelo para que a ordem fosse mantida, ou restabelecida.

Além de todos esses aspectos já citados, na finalização da mensagem há outro elemento apontado: “O exemplo do Presidente Vargas é o de um mártir”. A linha que separa mártir e herói é bastante tênue e muitas vezes são usados como sinônimos um do outro. Maria Eunice Maciel dá uma importante contribuição para o entendimento desses conceitos:

Numa primeira perspectiva, heróis são aqueles cujo ato heróico relaciona-se com a morte. Dito de outra maneira, refere-se àqueles que acedem a uma dimensão acima dos demais em virtude de terem sido mortos no cumprimento de alguma ação considerada relevante. Assim, para serem legitimados como heróis, é necessário uma ação cujo sentido é considerado excepcional, implicando um ‘sacrifício’ e aproximando-se da categoria de ‘mártir’.<sup>124</sup>

<sup>123</sup> PEREIRA, R. S. **Op. Cit.**, p. 219.

<sup>124</sup> MACIEL, Maria Eunice. Procurando o Imaginário Social: apontamentos para uma discussão. In: FELIX, L. O.; ELMIR, C. P. **Op. Cit.**, p. 81.

Ao longo dessa análise será possível perceber que os dois termos são usados freqüentemente sem nenhuma distinção. O texto de Rodney Pereira mostra, porém, assim como Maciel, que há certa distinção entre os termos onde a categoria de mártir é superior a de herói:

A morte de Vargas une a todos, os órfãos do pai que comete suicídio transferem seu ódio para os seus opositores, que se transformaram em algozes. Vargas transforma-se em ponto central da história da nacionalidade e do patriotismo, está criada uma figura que se situa além do bem e do mal. Vargas além de protetor, além de herói, de construtor do futuro é um mártir, aquele que abrirá o caminho para as conquistas e o desenvolvimento nacional.<sup>125</sup>

A mensagem do PTB, assinada pelo seu presidente no Rio Grande do Sul, fala, portanto, diretamente àquelas pessoas que se sentiam “órfãos” com a morte de seu líder. Fala diretamente às pessoas que, trabalhistas ou não, apoiavam Vargas e que, em razão disso, poderiam manifestar sua dor e seu pesar nas ruas da capital. Assim como consta no corpo textual, o apelo é dirigido aos humildes que agora, mais do que antes, estavam “desprotegidos” e “vulneráveis”.

As razões da publicação deste apelo são bastante claras. Primeiro, o PTB precisava amparar aqueles “desamparados” que, numa hora tão delicada para a nação, careciam de uma palavra de conforto e da orientação daquele partido. Segundo, era preciso reforçar Vargas como um mito — desenhado pelo processo de mitificação do presidente morto — cada vez mais forte, agora “sacrificado”. Terceiro, precisavam manter a ordem, manter as coisas em seus devidos lugares para não dar razões para a oposição utilizar aquele momento como oportunidade para ultrajar a imagem de Vargas morto.

Nesta mesma edição, na página 8, num local sem destaque, aparece um “Apelo do Governo do Estado”. São muitas as fotografias nesta página e aquele pequeno retângulo quase passa despercebido, conforme a imagem:

---

<sup>125</sup> PEREIRA, R. S. **Op. Cit.**, p. 223.



Correio do Povo, Porto Alegre, ano 59, nº 270, 25 de ago., 1954, p. 08.

Esta mensagem assim como a outra já citada não traz em seu título a nomenclatura “A pedido”, mas também se trata de um apelo. Esta mensagem tem um objetivo bastante claro: zelar pela “ordem social e segurança pública”. Quem assina o apelo é o Secretário do Interior e Justiça do estado, Ney Brito, e segundo ele as manifestações e depredações eram uma “forma de desagravar a morte do Presidente Getúlio Vargas”. Portanto aqueles atos de manifestação e as depredações daí decorridas tiravam a gravidade do ato do presidente, transformavam esses novos episódios e ações em acontecimentos mais graves que o suicídio de Vargas. A partir disso é possível medir o tamanho do descontentamento do Estado frente aos ocorridos do dia anterior.

O texto segue pedindo que os rio-grandenses “guardem serenidade pessoal” e que com seu exemplo ajudem a manter a ordem. Esta seria, segundo a mensagem, a melhor maneira de “respeitar a memória do grande mártir”. Novamente o termo mártir é utilizado para se referir a Vargas morto, agora com um intuito diverso daquele utilizado na mensagem anterior: a ordem é apresentada como a condição para que a memória do mártir seja lembrada de maneira honrosa e respeitosa. Portanto, aqueles atos, manifestações e depredações não podiam ser admitidos, já que desrespeitavam essa memória.

A última parte do apelo dizia que qualquer outra maneira para a manutenção da ordem, diferente daquela que partisse de cada um com seus “exemplos” e com sua “serenidade pessoal”, seria um processo “profundamente doloroso para o Governo do Estado”. Parecia, portanto, que o governo dava um ultimato à população: ou cada um fazia a sua parte na reconstrução da ordem social e segurança pública ou o Estado teria que fazer de uma forma mais incisiva, forte e eficaz. O Estado utilizava-se do argumento da “memória do grande mártir” para tentar tranquilizar as pessoas.

Como esta mensagem também não está categorizada como “*A pedido*” ela faz parte do *corpus* do jornal. Pode, portanto, sugerir também a opinião do jornal, o que não seria nenhum espanto já que, conforme Fraga:

... os grandes jornais têm na conservação das estruturas nas quais se inserem um limite bem demarcado, o qual não ultrapassam sob pena de entrar em contradição com sua condição de agentes de representação de interesses e intervenção na vida social. Assim, eventuais demandas populares encontrarão espaço em tal meio desde que não representem ameaça para a ordem social instituída.<sup>126</sup>

Os interesses do jornal estão de acordo com os do governo do Estado nesse sentido. Muitos prédios públicos e privados foram depredados e jornais empastelados, como o principal concorrente do *Correio do Povo*, o *Diário de Notícias*, de propriedade dos *Diários Associados*. Interessava ao *Correio* a manutenção da ordem. Talvez por isso a mensagem não seja denominada “*A Pedido*” já que ela pode ser lida também como uma posição editorial do jornal naquele momento.

---

<sup>126</sup> FRAGA, G. W. *Op. Cit.*, p. 24.

A edição seguinte, 26 de agosto, também apresenta poucas mensagens “*A pedido*”. Como poderemos perceber, é somente três dias depois que essas mensagens começam a ter maior espaço no jornal. O anúncio/ aviso, publicado na quinta página não portava a denominação “*A pedido*”. O aviso do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre é bastante objetivo e tem a finalidade de informar sobre a transferência de uma solenidade devido ao ocorrido dia 24, “pois não é nem sequer admissível que nesta hora em que todos os trabalhadores lamentam o desaparecimento de seu maior amigo e protetor, pudessem ser efetivadas qualquer festividades”.

Este aviso, assinado por Vitor Pedro de Oliveira, presidente do Sindicato, trazia em sua última frase as saudações de pesar ao povo brasileiro “nesta hora em que sofreu o transe mais doloroso de sua história”. Aqui a importância dada à morte de Vargas por essa parcela sindicalizada da população é um ponto bastante importante para esta análise, já que as políticas públicas dirigidas aos trabalhadores, bem como a sindicalização oficial, exerceram um papel central na construção do “mito Getúlio Vargas” em seu primeiro governo. Conforme Angela de Castro Gomes:

É trivial, em vista do que já se escreveu sobre a construção do mito Vargas e em vista do que ele, até hoje, significa na memória nacional, ressaltar o sucesso do empreendimento desenvolvido especialmente no Estado Novo. Nesse período, o autoritarismo facilitava a divulgação e consolidação de mensagens oficiais, tanto via propaganda como via censura. É igualmente trivial destacar que tal sucesso não dependeu apenas da sofisticada campanha ideológica promovida, que recorreu a imagens e idéias com largo trânsito entre a população, servindo-se dos mais modernos meios de comunicação de massas. Seu impacto e duração devem-se à articulação estabelecida com um amplo e diversificado conjunto de políticas públicas, com destaque pra as sociais, entre as quais aquelas desenvolvidas pelos novos ministérios da Educação e Saúde e do Trabalho, Indústria e Comércio. Grandes hospitais, escolas secundárias e profissionais, pensões e aposentadorias, carteira de trabalho e estabilidade no emprego, e uma Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) atestavam o vínculo entre a pessoa do presidente e ‘as experiências imediatas das massas’.<sup>127</sup>

Na edição do dia 27, na página 08, um quadro grande, destacado pelas margens, traz um “Apelo à população”. Esta é uma mensagem do Comitê Central “João Goulart” e quem a assina é Lisboa Carrion, presidente. Mais uma vez a denominação “*A pedido*” não aparece. E, sintomático ou não, novamente trata-se de uma mensagem de petebistas ou apoiadores de Vargas.

<sup>127</sup> GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org. do volume). **Op. Cit.**, p. 525.

Este apelo tem como objetivo central pedir à população para que “a calma” e “a normalidade” sejam prontamente restabelecidas na capital e no interior do estado. Verifica-se aqui a utilização da carta testamento como aquela que afirma e corrobora os desejos de Vargas. O texto usa a referida carta como apelo para que a ordem seja restabelecida “como desejou em sua derradeira mensagem o Presidente Vargas. O supremo mártir da nacionalidade”.

É importante destacar o uso do termo “mártir da nacionalidade”. Getúlio, principalmente em seu primeiro governo, pensou a construção da nacionalidade e por isso

passa a ser identificado como o primeiro portador da ‘idéia nacional’: o defensor do primado do bem público expresso na atuação de um Estado forte, que rompe com a ‘inadequação’ liberal. Mas ele não era, certamente, o primeiro herói de nossa nacionalidade.<sup>128</sup>

A professora Claudia Wassermam apresenta uma importante contribuição historiográfica a respeito da construção da nacionalidade no México, Argentina e no Brasil. Ao trabalhar com o governo de Francisco Madero, Hipólito Yrigoyen e Getúlio Vargas ela argumenta que foi a capacidade de cada um em “incorporar ao seu discurso político aspirações e desejos específicos de setores populares e movimentos de oposição ao sistema oligárquico, que transformou-os em símbolos da integração nacional em seus respectivos países”<sup>129</sup> O livro organizado por Lyman L. Johnson aponta questões importantes sobre como os corpos dos heróis nacionais são tratados na América Latina. Segundo ele, desde Túpac Amaru I, o indígena rebelde executado pelas autoridades espanholas coloniais em 1572, até Che Guevara, um revolucionário do século XX executado por um agente do governo boliviano em 1967, os latino-americanos têm freqüentemente descoberto significados políticos e expressado suas aspirações políticas por meio do filtro histórico de vida heróica e mortes.<sup>130</sup> A construção de uma história nacional e a eleição dos heróis da pátria já vinha sendo pensada no Brasil desde a instauração da República em 1889. Angela de Castro Gomes aponta que

<sup>128</sup> GOMES, Angela de Castro. A construção de mitos e os usos do passado nacional: Vargas e Perón. **Revista de História** (UNESP), SP, v. 16, 1997, p. 127.

<sup>129</sup> WASSERMAM, Claudia. **Palavra de presidente**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002, p. 88.

<sup>130</sup> JOHNSON, Lyman L. Why Dead Bodies Talk: An Introduction. In: JOHNSON, Lyman L. (ed.). **Death, Dismemberment and Memory: Body Politics in Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004, p. 8.

estava em jogo tanto escolher quem eram os grandes homens da República recém-proclamada, como quais eram os seus eventos e heróis do passado. Um dado complicador era o próprio passado imperial [...] a figura que maior consenso alcançou, foi a de Tiradentes, justamente por se ligar a um passado pré-monárquico, associando a luta pela independência com os ideais republicanos, tendo culminado sua trajetória com o sacrifício da própria vida. Misto de herói cívico e religioso, imagetivamente identificado com Cristo, Tiradentes fora lembrado pelos republicanos desde o Manifesto de 1870, que localiza seus antecedentes históricos na Inconfidência Mineira.<sup>131</sup>

As analogias entre Vargas e Tiradentes, nas publicações que são objeto de estudo neste trabalho, não são poucas. Outra tríade importante foi, portanto, construída: Cristo, Tiradentes e Getúlio Vargas. Conforme José Murilo de Carvalho “após a proclamação da República, intensificou-se o culto cívico a Tiradentes” e já em 1890 as passeatas do 21 de abril faziam uma analogia entre a morte de Tiradentes e a morte de Cristo, na sexta-feira santa.<sup>132</sup> E, para completar a tríade, Vargas, com seu suicídio, “deixou de ser um simples mortal para entrar na galeria dos heróis-imortalizados, herói da revolução, herói dos pobres, profeta visionário, guia da nação, unificador do Brasil, protetor dos desamparados, arquiteto de uma nova ordem social mais justa, defensor dos interesses nacionais e engenheiro das reformas sociais”<sup>133</sup>.

Conforme a leitura do apelo do Comitê Central indicava, o pronto estabelecimento da ordem era “a melhor maneira de cultuar a memória do grande brasileiro e fazer com que não tenha sido inútil o generoso sacrifício de uma vida inteira consagrada ao país...” Aqui o sacrifício está especificado como “generoso” e, portanto, é dupla a analogia a Cristo: aquele que derramou seu “sangue generoso” pela humanidade. O sacrifício está relacionado, neste caso, não somente à morte, mas com toda a sua vida. A vida toda de Vargas foi, portanto, de sacrifício “pelos brasileiros”.

A mensagem era dirigida a todos os brasileiros, especialmente “os brasileiros que seguem Getúlio Vargas [que] têm o dever de retornar às suas atividades normais” deixando para expressar a “inabalável confiança” em Vargas, nas urnas, no dia 3 de outubro que se aproximava. É relevante compreender a temporalidade do

<sup>131</sup> GOMES, A. C. **Op. Cit.** (1997), p. 122.

<sup>132</sup> CARVALHO, José Murilo de. Tiradentes: um Herói para a República. In: **A formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 p. 64.

<sup>133</sup> PEREIRA, R.S. **Op. Cit.**, p. 99-100.

verbo *seguir*, na frase acima. Perceber que está escrito aos “brasileiros que seguem Getúlio Vargas”, não aos brasileiros que seguiam, indica que a representação que esta instituição faz de Vargas é como um ser ainda vivo, senão na realidade cotidiana, ao menos no imaginário de seus companheiros. Esta mensagem utiliza, ainda, uma citação do discurso proferido por João Goulart, também publicado nas edições aqui estudadas, que será analisado em outra parte deste trabalho.

Muitos são os elementos que tornam clara a contribuição desta mensagem na configuração do processo de mitificação de Getúlio Vargas morto, especialmente os que dão destaque à imortalidade de sua figura e à importância de sua lembrança para o destino da nação. A razão desta publicação parece ser de conter os ânimos exaltados e tranquilizar os manifestantes de que a melhor maneira de expressarem sua insatisfação seria nas urnas, apoiando os candidatos do presidente Vargas.

Na última página da edição do dia 28, uma mensagem no centro com as margens traçadas chama a atenção. O texto intitulado “Ao Povo do Rio Grande do Sul”, era novamente assinado por Ney Brito, Secretário do Interior. Nota-se, mais uma vez, que aqui não há a denominação “*A pedido*” abrindo o texto. Esta declaração era um esclarecimento que a Secretaria do Interior e Justiça vinha fazer frente à “opinião pública rio-grandense” sobre os acontecimentos dos dias anteriores. O foco principal desta mensagem era relatar qual fora a posição adotada pelo governo do estado para enfrentar as manifestações. Devido à anormalidade da situação, conforme o texto, “a Polícia Civil e a Brigada Militar foram logo mobilizadas, com os recursos disponíveis naquele momento de surpresa, enquanto se procedia à convocação dos efetivos restantes”. Avisos que partiam do governo e do Comando Militar solicitavam a “cooperação geral do povo”. Segundo a mensagem, os efetivos da Brigada, num trabalho conjunto com o Exército, conseguiram o “apaziguamento da população” sem que houvesse derramamento de sangue.

Já no final, o texto parece responder às acusações da oposição.

Se todos lamentamos os fatos ocorridos, não é lógico e não é justo que se aprecie agora a ação das autoridades e a atitude do povo com a frieza e a insensibilidade de quem porventura não tivesse sentido de perto, em toda a sua extensão e gravidade, os dramáticos acontecimentos.

O governo do estado vinha a público, portanto, dar uma resposta aos manifestos de repúdio às atitudes tomadas pelo poder público estadual, publicados

pela oposição. O Secretário do Interior, neste caso, falava em nome do governo estadual e tinha como objetivo esclarecer a população de quais teriam sido as providências cabíveis adotadas pelo governo que visavam o pronto restabelecimento da ordem. Por não portar a denominação “*A pedido*” é possível entender que se tratava também de uma mensagem que tinha o aval do corpo editorial do jornal. Além disso, estava publicada em um lugar de destaque da última página do exemplar.

Na terceira página da edição seguinte, outra mensagem sem a designação “*A pedido*”, assinada por Harry Rotermund, presidente do Comitê Popular Getúlio Vargas, fazia sua homenagem ao presidente suicida. Conforme indicações, Harry Rotermund nasceu em 21 de setembro de 1908, era jornalista, escritor<sup>134</sup> e, possivelmente, maçom<sup>135</sup>; conforme evidenciam as sutilezas no corpo do próprio texto. Essas informações podem dar alguma contribuição para pensarmos o porquê da mensagem não carregar a denominação “*A pedido*”.

A mensagem começa com uma citação da carta testamento deixada por Vargas. O trecho escolhido foi a parte final, que a meu ver é o mais carregado de alegorias: “... E saio da vida para entrar na História”. O texto de Rotermund tem o tom de oração e de profecia e inicia com palavras fortes: “GETULIO VARGAS não morreu. Ele vive mais do que nunca, pois se reuniu ao Todo Poderoso Criador dos mundos e dos seres”.

Algumas noções usadas ao longo do texto podem sugerir indícios sobre quem era o autor. Verifica-se que o uso da expressão, na frase que abre o segundo parágrafo, — “Lá no Céu, no *Grande Oriente*<sup>136</sup> da Paz e da Ventura, Ele vela por nós” — é uma ligação direta com a maçonaria. O autor não chega a usar de fato a

<sup>134</sup> Disponível em <<http://pessoal.netwizard.com.br/museu/GENEALOGIA.htm>> (26/11/2009).

<sup>135</sup> “A maçonaria é uma instituição internacional com quase três séculos de história e que foi participante direta e indireta dos principais acontecimentos políticos, sociais e culturais sobretudo nos séculos XVIII e XIX. O seu caráter sigiloso, o mito em torno do seu segredo, a obscuridade de seus propósitos e a relação polêmica e conflituosa com a Igreja Católica foram garantindo à instituição muitas referências, inclusive reveladoras da forte presença de um imaginário de obscuridade para o público em geral.” In: COLUSSI, Eliane Lucia. **Plantando Ramas de Acácia**: a maçonaria gaúcha no século XIX. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 1998, p. 13.

<sup>136</sup> Grifo meu. Conforme o Dicionário de Maçonaria, Grande Oriente é: “1— Estado-Maior ou Corporação Superior do governo maçônico circunscrito a um só país ou Rito. 2 — Uma federação agrupando diversos Ritos”.

Ainda conforme o dicionário é importante citar a definição do conceito de Oriente: “1 — Lugar onde o Sol aparentemente nasce e inicia as atividades do dia. 2 — Na Loja, lugar do Venerável e símbolo da Luz e da Divindade, e no Templo de Salomão, o lugar onde se achava o Santuário. 3 — Com este nome se designa o lugar onde se situa uma Loja Maçônica.” FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de (33°). **Dicionário de Maçonaria**: Seus Mistérios, Ritos, Filosofia, História. 4ª edição. São Paulo: Editora Pensamento, 1988/1989, p. 173 e 314.

expressão “Arquiteto do Universo” ao referir-se a Deus, mas em muitas passagens está subentendido. O fato da mensagem não portar a denominação “*A pedido*” pode advir da própria história do jornal, já que, conforme Walter Galvani, o *Correio do Povo*, foi fundado por Caldas Júnior em 1895 com o apoio dos “irmãos da Maçonaria”.<sup>137</sup> Além disso, a mensagem assinada por Rotermund podia expressar também a opinião da maçonaria enquanto instituição.

No decorrer do texto o tom de profecia se acentua, bem como as aproximações de Vargas com Cristo:

O seu corpo cansado, descansa na terra abençoada, na qual nasceu, mas o seu espírito ressuscitou como Santo. E todos os anos imensas legiões de almas que lutam e sofrem, dirigir-se-ão ao túmulo em São Borja, para prestar as suas homenagens Àquele que, na vida terrestre, foi um verdadeiro ídolo e, na Região Espiritual, transformou-se em nosso Padroeiro.

Neste trecho aparece, pela primeira vez nessa análise, o termo “ressuscitou” e ainda “como Santo”. Esse uso ressalta a importância dos aspectos sacros para o autor da mensagem, carregada de simbolismo. O autor, com seu estilo de escrita, parecia fazer uma previsão de como seriam as homenagens a Vargas dali em diante; pois, enquanto esteve vivo, Vargas representava, segundo Rotermund, “um verdadeiro ídolo” e que depois de morto “transformou-se em nosso Padroeiro”. Aqueles que desejassem prestar suas homenagens iriam se dirigir a São Borja, o “leito eterno” do ex-presidente, sua terra natal.

Essa passagem das “legiões de almas que lutam e sofrem” que se dirigiram a São Borja, também tem ligações com a história de Cristo. A cada ano, principalmente na sexta-feira santa e no domingo de páscoa, os fiéis fazem peregrinações a Jerusalém para “encenar” o sofrimento de Cristo. Aqueles que não podem ir a Jerusalém fazem as encenações da crucificação em suas próprias comunidades, para representar aquele momento de morte e ressurreição. Ao fazer uma menção direta, mas não explícita, da morte de Vargas com a morte de Cristo, o autor destaca o caráter divino do primeiro.

No último parágrafo o autor convocava todos os leitores a fazerem uma oração na segunda, dia 30, no exato horário que Getúlio se baleou. Naquele momento, conforme a mensagem,

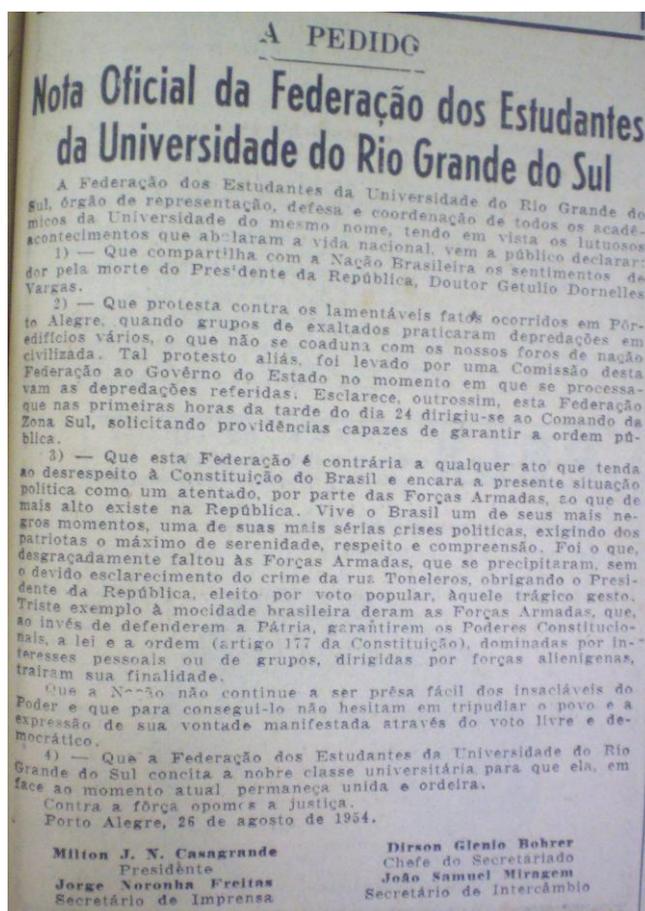
---

<sup>137</sup> GALVANI, W. **Op. Cit.**, p. 12.

Getúlio Vargas, espiritualmente, estará ao nosso lado. Com o seu sorriso mágico e leal, Ele nos contemplará, intercedendo junto à Deus pelo bem-estar e felicidade do nosso valoroso povo e pela Ordem e Progresso da Pátria bem-amada, nosso adorado Brasil.

Resta apenas saber o que era o “Comitê Popular Getúlio Vargas”. Era ligado a algum partido? Era uma instituição ligada à maçonaria? Quem eram seus membros? Questões em aberto que podem sugerir que o comitê fosse realmente algum tipo de instituição filantrópica apartidária.<sup>138</sup>

Na página sete do mesmo exemplar, uma “Nota Oficial da Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul”, cujo texto está dividido em quatro pontos, numericamente listados, está discriminada como “A Pedido”.



Correio do Povo, Porto Alegre, ano 59, nº 274, 29 de ago., 1954, p. 07.

<sup>138</sup> “Em termos genéricos, podemos definir *maçonaria* como uma associação fraternal, possuidora de uma organização baseada em rituais e símbolos na qual o *segredo* ocupa papel fundamental. É uma instituição que foi e permanece sendo acessível principalmente ao sexo masculino e que tem por objetivos o aperfeiçoamento intelectual da sociedade, de seus filiados, e a promoção da ação filantrópica interna e externa; caracteriza-se por não orientar política e religiosamente seus membros.” In: COLUSSI, E. L. *Op. Cit.*, p. 25.

Conforme a nota, a Federação vinha a público declarar que compartilhava com a “Nação Brasileira os sentimentos pela morte” de Getúlio Vargas; protestar contra as depredações ocorridas na capital do estado por “grupos exaltados” e pedir que a classe universitária “permaneça unida e ordeira”.

Além disso, e principalmente, o terceiro ponto da nota dos estudantes era dedicado a criticar a posição adotada pelas Forças Armadas. Segundo a nota, os estudantes entenderam a posição da instituição como um “desrespeito à Constituição do Brasil”. Seguindo a leitura, a federação dos estudantes culpava as Forças Armadas pela precipitação com a qual procedera para esclarecer o atentado da Rua Toneleros, o que acabou “obrigando o Presidente da República, eleito por voto popular, àquele trágico gesto. Triste exemplo à mocidade brasileira deram as Forças Armadas...”

Nesta declaração dos estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul, não há nenhuma menção a Vargas como um ser sagrado ou divino. Mas a instituição coaduna-se com os simpatizantes do ex-presidente, sem sombra de dúvida. Quem assina a nota é o alto escalão da federação: Milton J. N. Casagrande (presidente); Jorge Noronha Freitas (secretário de imprensa); Dirson Glenio Bohrer (chefe do secretariado) e João Samuel Miragem (secretário de intercâmbio).

O objetivo desta mensagem “*A pedido*” parecia ser, especialmente, manifestar sua insatisfação frente aos posicionamentos adotados pelas Forças Armadas quando do atentado da Rua Toneleros. Além disso, outro objetivo era também publicar seus pêsames pela morte de Vargas e mostrar com isso também o seu pesar e a posição política que estariam adotando naquele momento. Outra razão dessa publicação pode advir do fato que muitos estudantes da universidade podem ter participado das depredações e manifestações daquele dia 24. Agora, porém, a federação vinha a público manifestar seu repúdio àqueles atos e pedir que os estudantes permanecessem unidos e ordeiros.

Na terça-feira, 31 de agosto de 1954, uma “Nota Oficial do Diretório da Mocidade Trabalhista”, com a denominação “*A pedido*”, está assinada pelo presidente do diretório, Afonso J. Revoredo Ribeiro; e pelo secretário geral, Ney Moura. Está nota tem uma composição bastante semelhante àquela da federação dos estudantes da URGS. A própria estética da mensagem é semelhante à outra, que também está dividida em itens, porém aqui são usadas letras ao invés de números. Os termos que enaltecem a figura de Vargas-morto são aqui mais

enfáticos e emblemáticos, já que a nota parte do Diretório da Mocidade Trabalhista do PTB. O texto cita que este pronunciamento era devido ao fato de várias “entidades de moços, estudantis e partidárias” já terem se manifestado frente aos acontecimentos dos dias anteriores. Por isso o diretório sentiu-se na obrigação de também publicar sua mensagem no “tradicional ‘*Correio do Povo*’”.



*Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 59, nº 275, 31 de ago., 1954, p. 07.

A nota inicia com uma menção de pesar à população pela perda do “nosso perpétuo chefe e guia”. O primeiro item do que eles resolveram chamar de “proclamação” é: “Ao lamentar o desaparecimento do inesquecível Presidente Getúlio Vargas, considera-o como o Mártir da Constituição e da Democracia Brasileira”. A leitura desse primeiro item já mostra que os apelos simbólicos que enobrecem a figura de Vargas diferem da nota publicada pelos alunos da URGS. Mais uma vez o termo “Mártir” é usado para se referir a Vargas, mas agora com outra especificidade: “o Mártir da Constituição e da Democracia Brasileira”. Aliás, o uso do artigo “o” antes da palavra mártir indica que além dele não havia nenhum

outro. Os demais “mártires” brasileiros, como Tiradentes, podiam ser mártir de qualquer outra coisa, como por exemplo, da República.

Os pontos seguintes da nota são muito similares àqueles da nota do dia 29. A começar pelos apelos para que “os companheiros não participem de qualquer movimento de subversão da ordem e tranqüilidade públicas”, porque qualquer agitação poderia ser usada como pretexto pelas oposições. O item seguinte afirma a confiança no novo governo da república e na certeza de seu procedimento correto nas eleições que se aproximavam. Os últimos dois pontos se restringiam a declarar quais foram os procedimentos da instituição frente as manifestação do dia 24, bem como confiar nos métodos adotados pelo governo do estado, “na pessoa do General Ernesto Dorneles”. Além disso, a Mocidade Trabalhista vinha a público declarar seu “irrestrito apoio” a Leonel Brizola que havia se envolvido numa contenda com o deputado federal Hermes Pereira de Souza.

As razões da publicação dessa nota estão no próprio corpo da mensagem. Já que várias entidades haviam se manifestado nos jornais, era hora da Mocidade Trabalhista também mostrar sua posição de pesar pela morte de Vargas. Bem como manifestar sua confiança no governo do estado que teria tomado todas as medidas cabíveis para “evitar as deploráveis, mas compreensivas depredações, fruto do desespero e da revolta do povo diante da perda de seu maior protetor e amigo”; e publicar seu apoio a Brizola. E escolheram exatamente o *Correio do Povo* porque se tratava do jornal mais “tradicional”, nas próprias palavras do texto, e de maior vendagem do Rio Grande do Sul. Além de manifestar seu pesar, os outros objetivos parecem ser os mesmos da publicação da nota da federação dos estudantes da URGs: atingir aquela população jovem que poderia ter se envolvido nas depredações dos dias anteriores e pedir que permanecessem em “ordem e tranqüilidade” para o bem geral de todos.

A publicação de 31 de agosto apresenta um texto “*A Pedido*” diferente dos demais. Trata-se da reprodução do discurso do deputado Unírio Machado, na Assembléia Legislativa do estado na sexta-feira, dia 27. Esse texto encontra-se nesta seção do trabalho, pois aparece como “*A pedido*”, não como matéria do próprio jornal. Não há informações sobre quem o publicou, se foi o próprio deputado, algum eleitor, ou nenhum deles. Portanto a partir daqui este texto será tratado como um pronunciamento do líder trabalhista na Câmara dos deputados em Porto Alegre. A única diferença entre este texto e os que estarão na seção “Vozes Faldas” deste

trabalho está na denominação “*A pedido*”. Conforme Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Os *pronunciamentos* interessam ao historiador, tanto quanto os *discursos*, por implicarem uma intervenção pública de alguém, uma saída à cena de um personagem que, com suas palavras, pretende causar algum tipo de efeito, algum tipo de acontecimento <sup>139</sup>

O título da mensagem é uma parte recortada da fala do deputado: “Seu martírio de sangue será, para sempre, um veemente libelo contra os processos inflamatórios”. O texto ocupa quase toda a décima página e está, conforme o jornal, na íntegra. O deputado começa sua fala saudando pesarosamente os membros da casa em nome da bancada trabalhista. Cita, em seguida, que Vargas havia sido vítima de um golpe e que para não haver derramamento de sangue de terceiros “o inolvidável Getúlio Vargas viu-se compelido ao supremo sacrifício de sua própria vida”. A seguir destaca os procedimentos adotados para desvendar o atentado da Rua Toneleros, o qual “todos nós profligamos, como um pretexto para envolver o supremo magistrado da Nação”. Unírio Machado faz ainda uma longa citação da fala de Osvaldo Aranha que havia sido publicada pelo *Correio do Povo*.

Conforme o deputado, Vargas teria apenas algumas alternativas frente aquela situação: “renunciar, resistir à força ou sacrificar-se num gesto supremo de heroísmo”. Para que “sangue de vítimas inocentes” não fosse derramado, Vargas optou pelo auto-sacrifício:

Daí porque, aquele que em vida sempre fora o inimigo da violência e que sempre pregara ‘que só o amor constrói para a eternidade’ preferiu o supremo sacrifício da sua própria vida. Sua morte, portanto, constitui o preço da sua dignidade, a resposta eloqüente aos processos inflamatórios, o resgate de sangue da dignidade da própria Pátria. Não praticou, por isso, um suicídio de desespero, num instante de irreflexão. Serenamente, com aquele equilíbrio que foi uma constante de sua vida pública, com esse gesto de heroísmo, saiu da vida para efetivamente ‘entrar na história’.

Aqui a posição do deputado frente ao suicídio é bastante clara: para ele, aquele não havia sido um suicídio de desespero, havia sido sim, um suicídio altruísta e heróico, onde matar-se não era um direito, mas um dever social do presidente.<sup>140</sup> Conforme Durkheim “Chama-se suicídio todo caso de morte que resulte, direta ou indiretamente, de um ato, positivo ou negativo, executado pela própria vítima e que

<sup>139</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. **Op. Cit.**, p. 225.

<sup>140</sup> DURKHEIM, Émile. **O suicídio**. Livro II, cap. V. São Paulo, Martin Claret, 2008, p. 114.

ela sabia que deveria produzir este resultado”.<sup>141</sup> E ele pode ser classificado em três tipos: suicídio egoísta, altruísta e anômico. “Todos eles seriam frutos de uma situação social específica, o que equivale a dizer que todos eles devem ser entendidos como fatos sociais, embora sejam essencialmente fenômenos individuais”.<sup>142</sup>

Unírio Machado enquadra Vargas na categoria de suicidas altruístas, pois, conforme o texto, o suicídio foi executado por amor ao próximo, abnegação e renúncia. Conforme Durkheim, esse tipo de suicídio ocorre quando o indivíduo está fortemente ligado ao grupo a tal ponto de se confundir com ele, desprezando sua individualidade e o direito a sua própria vida em função do grupo.<sup>143</sup>

O discurso cita que a carta deixada pelo presidente Vargas “constitui uma sublime mensagem de perdão”. No curso do texto publicado no jornal abrem-se parênteses para dizer que naquele momento o deputado lera a carta testamento que fora “escrita em caracteres de sangue”. Depois disso retoma o discurso:

Getúlio Vargas morreu como um herói. Soube morrer com dignidade como soube viver. Serena e tranqüilamente num gesto supremo de renúncia, passou a figurar na história dos grandes vultos da Pátria, na história dos grandes vultos da civilização.

O suicídio de Vargas está classificado aqui como um ato heróico. A ação violenta do suicídio confirma este uso da definição de herói. Conforme o pensador Roger Caillois o jogo dialético que explica o herói está intimamente ligado com situações míticas:

É tempo, pois, de atribuir sentido à noção de herói: no fundo, ela decorre da própria existência das situações míticas. O herói é, por definição, aquele que fornece a estas uma solução, uma saída feliz ou infeliz. O indivíduo sofre, antes de mais, por não sair do conflito de que é vítima. Qualquer solução, violenta ou mesmo perigosa, lhe parece desejável: mas as proibições sociais tornam-na impossível, mais psicológica do que materialmente. Ele põe então o herói no seu lugar: e este, por natureza, é aquele que viola as proibições. Humano, seria culpado, e mítico, não deixa de o ser: fica sujo pelo seu ato e a purificação, se necessária, nunca é completa. Mas à luz especial do mito, a grandeza, ele surge incondicionalmente justificado. O herói é, pois, aquele que resolve o conflito em que o indivíduo se debate: daí o seu direito superior, não tanto ao crime como à culpabilidade, sendo a função dessa

<sup>141</sup> DURKHEIM, E. **Op. Cit.**, p. 103.

<sup>142</sup> AGUIAR, Ronaldo Conde. **Vitória na derrota**: a morte de Getúlio Vargas: quem levou Getúlio ao suicídio? Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004, p. 179.

<sup>143</sup> DURKHEIM, E. **Op. Cit.**

culpabilidade a de agradar ao indivíduo que a deseja mas não a pode assumir.<sup>144</sup>

Essa simbologia de colocar o herói no lugar do indivíduo, que justifica a ação violenta, no caso de Vargas o suicídio, é uma maneira de interpretar como e porque a palavra herói é amplamente utilizada nas mensagens aqui analisadas. O herói “viola as proibições”, “mas à luz especial do mito, a grandeza, ele surge incondicionalmente justificado”, o que justificaria, conforme o discurso de Unírio Machado, a morte violenta de Getúlio Vargas.

No decorrer da leitura do discurso vê-se que novamente as imbricações entre mártir e herói são constantes. Não há diferenciação entre os termos, conforme segue:

Verdadeiro mártir das classes trabalhadoras e dos infortunados, Getúlio Vargas será para sempre um farol que do alto iluminará os destinos da Pátria. Mais uma vez se constatará, que, efetivamente, ‘os vivos são cada vez mais governados pelos mortos’. Getúlio Vargas, após o legado de sua morte, será para sempre uma força inspiradora dos homens públicos, responsáveis pelos destinos da Nação.

É importante lembrar que este discurso foi proferido na Assembléia Legislativa, portanto, o deputado falava para seus pares. Daí advém a importância de ressaltar o legado de Vargas como uma inspiração para os homens públicos. Não somente o legado da morte, como citado, mas também, e fundamentalmente, o legado trabalhista. E, conforme o texto, este seria o motivo pelos quais os trabalhistas defenderiam a obra e as idéias de Vargas como uma forma de honrar a sua memória; e a carta deixada pelo ex-presidente seria “a chama que nos animará na busca de melhores destinos para o Brasil”. E já na parte final, Unírio Machado cita que o seu desejo é que aquele “sacrifício supremo de Getúlio Vargas sirva como um marco de união entre os brasileiros que efetivamente desejem melhores dias para a sua Pátria”.

Não é possível afirmar o porquê deste discurso ter sido publicado como “*A pedido*” pelo jornal. O que se pode constatar é que a publicação, provavelmente paga, parece ter sido colocada no jornal por algum admirador ou pelo próprio Unírio Machado, já que um dos principais objetivos era, exatamente, divulgar as palavras

---

<sup>144</sup> CAILLOIS, Roger. **O Homem e o Mito**. Tradução de José Calisto dos Santos. Lisboa: Edições 70, p. 24.

daquele deputado. Não obstante, outro objetivo poderia ser a publicização daquele discurso que sacramentava a morte de Vargas como um ato heróico. Sabe-se, porém, que o texto pode ter sofrido alguma modificação por parte da editoração do jornal.

Através da análise destas publicações é possível perceber que a denominação “*A Pedido*” não está presente em todas as mensagens e isso pode indicar algo. As posições do *Correio do Povo* quanto à manutenção da ordem podem coadunar-se às do governo do estado e por isso essas mensagens podem ter sido publicadas com o aval editorial do jornal, tendo privilégio nos lugares de editoração.

## **2.2 Repúdio:**

### **2.2.1 À atuação do governo do Estado**

Na edição do dia 26 de agosto, uma mensagem que se diferencia da maioria já apresentadas aqui, exatamente por carregar a denominação “*A pedido*”. Esse texto caracteriza-se por ser um protesto dos partidos de oposição ao governo do estado do Rio Grande do Sul. As legendas que assinam este protesto são as seguintes: Partido Social Democrático – PSD (representado por Perachi Barcelos); União Democrática Nacional – UDN (representada por Victor Graeff); Partido Libertador – PL (representado por Décio Martins Costa) e o Partido de Representação Popular – PRP (representado por Arno Arnt), partidos que desenham a coligação da Frente Democrática.

Estes partidos vinham a público protestar

...contra a atitude de indiferença e de inércia do Governo do Estado diante dos inqualificáveis atentados anteontem perpetrados contra o ‘Estado do Rio Grande do Sul’, o ‘Diário de Notícias’, o ‘Jornal do Dia’ e a ‘Tribuna Gaúcha’, as sedes dos partidos políticos (excetuado o PTB), os estúdios da ‘Rádio Farroupilha’ e da ‘Rádio Difusora’, e ainda inúmeras propriedades privadas, inclusive consultórios médicos e odontológicos.

Conforme o texto, por maior e mais justa que fosse a dor das pessoas naquele momento, nada justificava aqueles “atos de brutalidade” ocorridos, de modo que “de nenhuma forma se legitimam nem honram a memória do ilustre líder”. Os

partidos que assinavam o protesto responsabilizavam “o Governo do Estado pela consumação de tais atentados, que deveriam ter sido evitados...”

Esses partidos de oposição ao governo de Ernesto Dornelles, do PTB, atribuíam todas as “violências” ocorridas no dia 24 à falta de atitude por parte das autoridades estaduais. É importante lembrar que tanto a direita quanto a esquerda foram alvo de ataques naquelas manifestações pesarasas e raivosas.

Não se pode esquecer que, quando Vargas se suicida, ele está sendo simultaneamente atacado pela extrema esquerda e pela extrema direita, ou melhor, pela extrema esquerda e pelas direitas em geral, incluindo naturalmente a extrema direita. Depois do suicídio, no entanto, há uma virada, os trabalhadores, que estavam até então na defensiva política, vão às ruas, desesperados, aos prantos. As lideranças de direita e do Partido Comunista ficaram completamente chocadas. Não esperavam, não previam aquele luto nacional, particularmente entre os trabalhadores.<sup>145</sup>

Essas instituições desgostosas face às manifestações precisavam dirigir sua insatisfação àqueles que, por serem ligados ao PTB, representavam também a própria figura de Vargas. Quando se referem a Vargas-morto, tratam-no com o respeito que cabe àquela autoridade, porém, de maneira alguma fazem qualquer referência a ele como mártir, mito, ou analogias que possam remeter a seres sagrados. “Ilustre morto” é o suficiente naquele momento.

Este protesto tinha, portanto, um objetivo específico e óbvio: culpar e responsabilizar o governo do estado pelos “atentados e violências” dirigidos contra as instituições já mencionadas. Cabe agora atentarmos para a denominação “*A pedido*”. Inicialmente o que vem à mente é que provavelmente esta era uma mensagem paga. Ela possivelmente não representava as idéias do *Correio do Povo* que até agora, a notar pelos anúncios já analisados, não colocara a denominação “*A pedido*” nas mensagens com as quais parecia concordar.

Como já citamos no capítulo anterior, um importante trabalho para o entendimento da posição do *Correio do Povo* no mês de agosto de 1954 é o de Marcelo Hornos Steffens. Em sua pesquisa Steffens destaca que

O estudo sobre o tratamento dado pela imprensa à figura de Getúlio Vargas em seu segundo governo (31/01/1951 – 24/08/1954) não é uma tarefa fácil, uma vez que Getúlio Vargas não se coloca como um personagem de perfil bem definido. Pelo contrário, o Getúlio Vargas ‘real’, habilmente construído

---

<sup>145</sup> REIS, Daniel Aarão. Estado e Trabalhadores: O Populismo em questão. In: **Lócus**: revista de História, Juiz de Fora: UFJF, vol. 3, n.2, 2007 p. 98.

durante, principalmente, o Estado Novo, é um personagem com múltiplas faces, tão bem percebidas por Alcir Lenharo. Assim, quando se fala do tratamento dado pela imprensa a figura de Getúlio Vargas, significa considerar a imprensa não como a construtora dessa imagem, mas, como o veículo que explora algumas dessas faces.<sup>146</sup>

Steffens enfatiza o papel dado pela imprensa a Getúlio Vargas no seu segundo governo. Depois do seu suicídio, em contrapartida, muitos jornais mantiveram a posição que adotaram durante a crise de agosto de 1954. A posição do *Correio*, por exemplo, durante a crise de agosto direcionava-se “para a comprovação da inocência de Getúlio Vargas, da normalidade da situação do país, enfatizando, principalmente, a obediência à constituição pelas forças armadas [...] do bom rumo das investigações...”<sup>147</sup>

Na página sete da edição de 2 de setembro, uma nota “*A pedido*”, sem assinatura, leva o título de “Um Fato, Sua Significação e Seus Autores Materiais - Silêncio que Compromete”. A mensagem ocupa grande parte da página e chama bastante a atenção por estar antecedida por fotos das depredações e manifestações do dia 24, em Porto Alegre. O texto inicia falando sobre o justo pesar e a conseqüente onda emocional que tomou conta da população quando foi divulgada a morte de Getúlio Vargas. Conforme a mensagem, ninguém poderia “pôr em dúvida a sinceridade dos sentimentos de pesar e tristeza que dominaram os corações, traumatizados pelo golpe rude do falecimento do Sr. Getúlio Vargas, em circunstâncias tão deploráveis quanto ainda obscuras para a maioria dos observadores nacionais”.

Apenas por usar o termo “deplorável” para referir-se ao ato praticado por Vargas, o autor, ou os autores, desse texto não podem ser enquadrados como oposição. O texto trata com respeito a figura de Vargas, em nenhum momento há palavras de exaltação de Vargas-morto como um ser “divino”, mas isso não é evidência suficiente para apontar o texto como vindo da oposição. Mas adiante verificar-se-á que a principal crítica desse texto é aos “aproveitadores” que usaram daquele momento de dor e consternação geral da população como “pretexto para sanha criminosas de indivíduos recalcados e de instintos perversos”.

Segundo o texto, “diante da morte, todas as almas se inclinam aos sentimentos da solidariedade cristã, da piedade e do respeito à memória daqueles

---

<sup>146</sup> STEFFENS, M. H. **Op. Cit.**, p. 48.

<sup>147</sup> Idem, *ibidem*, p. 130.

que regressaram ao seio do Criador”, independentemente de partidos políticos ou crenças filosóficas. O(s) autor(es) do texto se solidarizam, com o devido respeito, ao sentimento pesaroso da população. Conforme Peter Berger e Thomas Luckmann, a morte é uma experiência traumática em quase todas as sociedades. Ela levanta questionamentos sobre a vida, sobre a organização da sociedade e sobre a própria morte.

A experiência da morte dos outros e, conseqüentemente, a antecipação da sua própria morte estabelece a situação limite por excelência para o indivíduo. Não é preciso entrar em pormenores, a morte estabelece também a mais aterrorizadora ameaça às realidades asseguradas da vida cotidiana. A integração da morte na realidade dominante da existência social tem portanto a maior importância para qualquer ordem institucional. Esta legitimação da morte é por conseguinte um dos frutos mais importantes dos universos simbólicos.<sup>148</sup>

Nos casos específicos de mortes de pessoas públicas ilustres como reis ou presidentes o caráter anômico da sociedade acentua-se e esta parece caminhar em direção ao caos:

O terror que acompanha a morte de um rei, especialmente se ocorre com súbita violência, exprime este terror. Acima e além das emoções de simpatia ou de preocupações políticas práticas, a morte de um rei em tais circunstâncias traz o terror o caos a uma proximidade consciente. A reação popular ao assassinio do presidente Kennedy é uma clara ilustração. Pode-se compreender facilmente por que estes acontecimentos têm de ser seguidos imediatamente das mais solenes reafirmações da permanente realidade dos símbolos protetores.<sup>149</sup>

Não sabemos de onde partiram as palavras do texto do *Correio do Povo*, mas podemos afirmar que eles não estavam satisfeitos com os rumos que aquelas manifestações tomaram:

Quem poderá dizer que as explosões populares não foram exploradas premeditadamente por alguns maus riograndenses? Quem poderá admitir que um sentimento de luto e tristeza pudesse derivar para a desordem e a discórdia, descambando para o desvario das depredações e dos atentados contra a vida humana?

Nos últimos dois parágrafos, porém, o texto iniciava os ataques ao governo do estado e às autoridades policiais pela “omissão e negligência dos seus deveres”

<sup>148</sup> BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973 [1966], p. 138.

<sup>149</sup> Idem, ibidem, p. 141.

de mantenedores da ordem pública. E, ironicamente, questiona se havia sido proposital aquela falta de posicionamento por parte das autoridades para se responsabilizarem pelos “atentados cometidos contra a propriedade privada e a vida dos cidadãos”. “Está é a angustiante interrogação de todo um povo que respeita as leis e zela pela integridade do regime constitucional”.

Os objetivos dessa mensagem era questionar o governo do estado sobre as providencias, ou a falta delas, frente às manifestações do dia 24; bem como tornar pública a sua indignação quanto às práticas “criminosas” de “pequenos bandos de agitadores e desordeiros” perpetradas naquele dia. Os encaminhamentos tomados já no final da mensagem, de críticas ao governo, podem indicar que talvez os autores desse texto não fossem adeptos do PTB, nem da política varguista; pois caso fossem não publicariam essa nota criticando a atuação do governo de Ernesto Dornelles.

### 2.2.2 Aos inimigos de Vargas

A página seis da edição do dia 28 de agosto trazia mais uma mensagem “*A pedido*”, assinada por Theodoro Hernani de Menezes Nunes. O autor apresenta-se, décadas mais tarde, na seção “Palavra do Leitor” do *Jornal do Comércio* de Porto Alegre, do dia 09 de julho de 2009:

Corria o ano de 1949. Eu tinha meus 20 anos e era repórter do hoje centenário jornal A Platéia, de Livramento. Para botar mais um dinheiro no bolso - jornalista era muito mal pago - fretava um ou dois vagões da linha e anunciava no jornal que haveria excursão à praia de Areias Brancas, em Rosário. A viagem transcorria entre coxilhas verdejantes e durava uma hora e meia. Dava, ainda, para as senhoras e moças da excursão assistir à missa na igreja central da cidade... (Theodoro Ernani Menezes Nunes, Campo Bom/RS).<sup>150</sup>

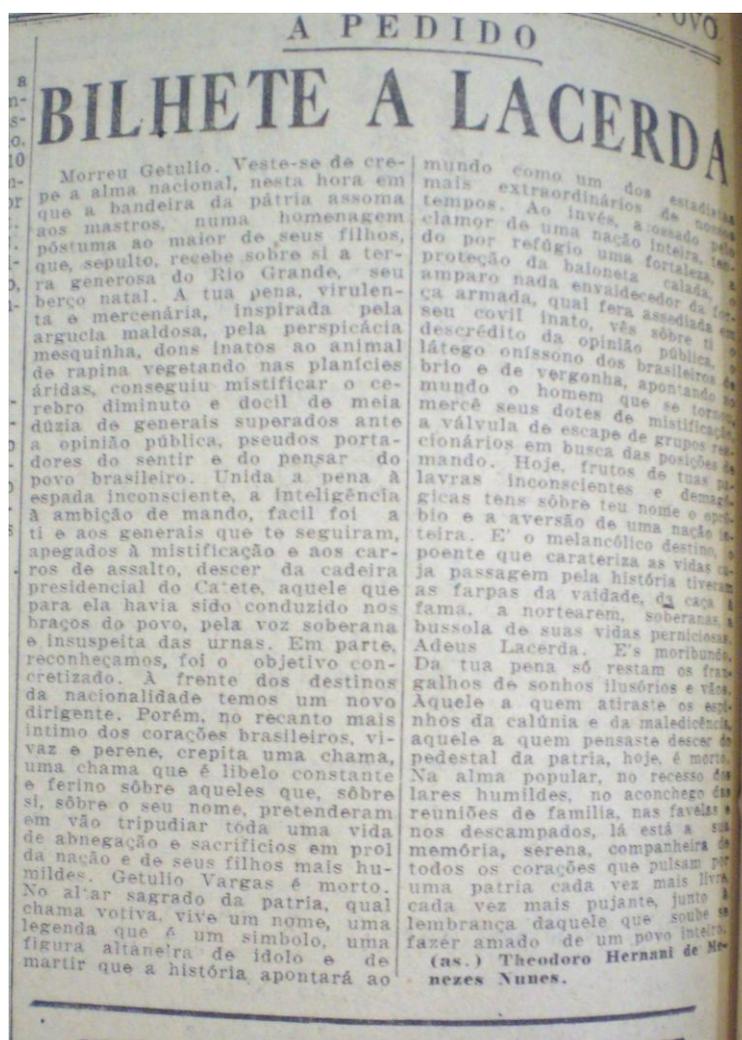
Não é possível afirmar com certeza que se trata da mesma pessoa, mas têm-se bons indícios. A mudança da grafia do nome Hernani pra Ernani e a omissão da preposição “de” entre os sobrenomes são um dos sintomas que dão a impressão de talvez não se tratar da mesma pessoa. Em contrapartida, as datas são totalmente

---

<sup>150</sup> Disponível em <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=2842>> (25/11/2009).

cabíveis, já que, conforme o texto de 2009, em 1949 ele contava com 20 anos. Em 1954 ano da publicação no *Correio do Povo* ele estaria, portanto, com 25 anos.

O texto “A pedido” levava o título de “Bilhete a Lacerda” e a partir dele não se tem mais nenhuma informação a respeito do autor, a não ser o seu nome no final da mensagem. Além da importante contribuição na configuração do processo de mitificação de Getúlio Vargas morto, tratava-se de um texto denso e cheio de insultos a Carlos Lacerda. O que interessa especificamente aqui é perceber os aspectos que contribuem neste processo, por isso o trabalho não se debruçará sobre as partes que tratam de Lacerda, quando elas não forem adequadas para essa análise.



*Correio do Povo*, Porto Alegre, ano 59, nº 273, 28 de ago., 1954, p. 06.

O autor começava o texto acusando Lacerda e “meia dúzia de generais” de fazerem “descer da cadeira presidencial do Catete aquele que para ela havia sido

conduzido nos braços do povo, pela voz soberana e insuspeita das urnas”. Esta é uma acusação clara de que eles eram os “assassinos” de Vargas. Apesar de Getúlio Vargas estar morto e dos destinos da nação estar nas mãos de outros governantes, conforme Theodoro Nunes,

...no recanto mais íntimo dos corações brasileiros, vivaz e perene, crepita uma chama, uma chama que é libelo constante e ferino sobre aqueles que, sobre si, sobre o seu nome, pretenderam em vão tripudiar toda uma vida de abnegação e sacrifícios em prol da nação e de seus filhos mais humildes. Getúlio Vargas é morto. No altar sagrado da pátria, qual chama votiva, vive um nome, uma legenda que é um símbolo, uma figura altaneira de ídolo e de mártir que a história apontará ao mundo como um dos estadistas mais extraordinários de nossos tempos.

Muitos são os elementos que enobrecem a figura de Vargas nesse trecho da mensagem. O autor cita que Vargas havia se transformado numa “chama”, fazendo alusão, mais uma vez, a Jesus Cristo e a Santíssima Trindade, pois o Espírito Santo na tradição católica é simbolizado, muitas vezes, como uma chama. Apesar de estar morto, ele estava, conforme o texto, vivo no “altar sagrado da pátria”. O uso deste termo também se refere claramente à pátria. E muito mais que uma “chama”, ele também era “uma figura altaneira de ídolo e de mártir”.

O texto parece ser um jogo para enaltecer a figura de Vargas-morto como um ser que ainda estaria vivo no “coração dos brasileiros”; e ao mesmo tempo, destruir a imagem de Carlos Lacerda, fazendo deste um “moribundo”. Com uma linguagem virulenta de denegrir Lacerda, o autor da mensagem terminava dizendo que

Na alma popular, no recesso dos lares humildes, no aconchego das reuniões de família, nas favelas e nos descampados, lá está a sua memória, serena, companheira de todos os corações que pulsam por uma pátria cada vez mais livre, cada vez mais pujante, junto à lembrança daquele que soube se fazer amado de um povo inteiro.

Esta mensagem tem um destinatário específico: Carlos Lacerda. Porém é sabido que talvez ele sequer viesse a ler aquela mensagem, que apesar de ser publicada no jornal de maior circulação do Rio Grande do Sul, não chegaria até o centro do país com a mesma força. O destinatário da mensagem, portanto, está subentendido serem as pessoas ligadas a Lacerda no Rio Grande do Sul, ou ligadas à UDN estadual. Ainda que o texto fosse destinado a Lacerda, o seu público alvo eram os adversários de Vargas no Rio Grande do Sul.

A mensagem da página sete do exemplar do dia 29 de agosto tinha um destinatário específico, a notar pelo título: “Ao ilustre general José Diogo Brochado da Rocha”, candidato ao governo do estado pelo Partido Social Progressista (PSP). A mensagem vinha a público pedir que o candidato renunciasse a sua candidatura em respeito ao PSP; a memória de Getúlio; e ao próprio candidato do PTB, Alberto Pasqualini.

A nota “*A pedido*” está assinada por “Um grupo de Adhemaristas”, correligionários e seguidores de Adhemar de Barros, político de São Paulo que fundou, em 1945, o Partido Republicano Progressista que um ano mais tarde tornou-se Partido Social Progressista (PSP).<sup>151</sup> Adhemar foi nomeado interventor do estado de São Paulo em 1934 por Getúlio Vargas, e no ano de 1954 foi candidato pelo PSP ao governo estadual.<sup>152</sup>

José Diogo Brochado da Rocha, ex-membro do PTB, era um político conhecido. Havia sido intendente de Viamão e São Pedro do Sul; deputado federal e estadual, mas em 1954 rompeu com o partido devido a disputas internas pelo uso do “legado trabalhista”. Com a morte de Vargas, conforme Igor Grill, Brochado da Rocha tornou-se um dos adversários internos de João Goulart e Leonel Brizola na concorrência por este “legado”.<sup>153</sup>

A escolha do nome de Alberto Pasqualini para disputar as eleições daquele ano pelo PTB foi a gota d’água para que Brochado da Rocha deixasse de vez o partido. Ele filiou-se então ao PSP para disputar as eleições ao governo do Estado. Villas-Boas Correa afirma que

José Diogo Brochado da Rocha, general reformado, nervoso, agitado, fumante inveterado, proibido pelos médicos de tragar a fumaça adaptou o vício à extravagância de cheirar o cigarro aceso, que balançava na frente do nariz. Foi líder da bancada, no governo constitucional Vargas. Rompeu com Jango e Brizola na campanha de 1954, filiando-se ao PSP, disputando na legenda ademarista o governo do Rio Grande do Sul, sendo derrotado por Ildo Meneghetti, do PSD.<sup>154</sup>

<sup>151</sup> Disponível em <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/7796\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7796_1.asp)> (30/11/2009).

<sup>152</sup> Disponível em <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/biografias/Ademar\\_de\\_Barros.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/Ademar_de_Barros.asp)> (30/11/2009).

<sup>153</sup> GRILL, Igor. A “Herança Trabalhista” no Rio Grande do Sul: Parentesco, carisma e Partidos. In: **Sociedade e Cultura – Revista de Ciências Sociais**. Universidade Federal de Goiás, julho-dezembro, vol 7, número 002, 2004, pp. 225 -236, p. 230.

<sup>154</sup> CORREA, Villas-Boas. **Conversa com a memória**. Rio de Janeiro: objetiva, 2002, p. 125-126.

Na mensagem publicada pelo “Grupo de Adhemaristas” no *Correio do Povo* vê-se claramente que essa candidatura não agradara a todos os correligionários e simpatizantes de Adhemar de Barros no Rio Grande do Sul. O texto iniciava falando sobre a identificação entre passado e presente: os exemplos dos homens públicos do passado que contribuíam para o fortalecimento do “povo do Rio Grande”. Passado não tão longínquo, como a Revolução de 1930, até os idos daqueles dias onde “o exemplo do gaúcho Getúlio Vargas constitui uma clarinada tão forte a reunir os riograndenses, que divergências outras passam a segundo plano”.

Por isso o grupo vinha a público apelar para que José Diogo Brochado da Rocha retirasse sua candidatura ao governo do estado. Essa tomada de posição partiu de uma declaração do próprio candidato que, conforme o texto, havia declarado que não era pessepista e sim “dissidente trabalhista”. Isso bastou para alterar os ânimos daquele “Grupo de Adhemaristas”. O texto dizia que a intenção de José Diogo Brochado da Rocha não era eleger-se governador do estado e sim fazer com que se dispersassem os votos do PTB. Conforme a mensagem, o intuito era “propiciar a derrota do candidato do partido que não vos preferiu na escolha e do qual, por isso mesmo dissentiu”. O grupo ainda citava que aquela candidatura era um constrangimento, pois teriam que deixar de “prestar a justa homenagem” a Getúlio Vargas, quando o desejo era homenageá-lo através da eleição do candidato apoiado por Adhemar de Barros no Rio Grande do Sul (do PTB). A mensagem afirmava que somente com a renúncia Brochado da Rocha daria à memória do ex-presidente “uma prova de gratidão e fidelidade, nesta hora de ingratidões e traições”. Já em sua parte final o texto conclamava, mais uma vez, o candidato do PSP a renunciar de sua candidatura “que neste momento já não tem base moral e marche conosco na luta pela boa causa”. A boa causa seria, neste caso, apoiar Alberto Pasqualini do PTB.

O principal objetivo dessa mensagem era publicar a insatisfação de uma parcela dos Adhemaristas do Rio Grande do Sul. Eles poderiam, ou não, ser membros do PSP, mas tudo indica que eram. Não há nenhum nome específico que confirme a autoria do texto. As razões da publicação são, portanto, o desagrado com a candidatura de José Diogo Brochado da Rocha; bem como a intenção de apoiar o candidato efetivamente trabalhista.

### 2.3 A pedido de dois influentes políticos gaúchos: as candidaturas ao governo do Estado e o ocultamento do mito

Na segunda página da edição de 27 de agosto de 1954, um quadro chama a atenção no centro da folha: uma mensagem “*A pedido*” assinada por Flores da Cunha. A relação tumultuada, desde 1937, entre Flores e Vargas destaca este texto dos demais, pois aquela era a manifestação de um dos mais importantes opositores do presidente suicida. A dissertação de Derocina Alves Sosa<sup>155</sup> versa sobre a relação entre esses dois eminentes políticos do Rio Grande do Sul.

O principal objetivo do trabalho de Sosa era entender os dois anos que antecederam a instauração do Estado Novo. Foi nessa época que a relação entre Flores e Vargas começou a entrar em crise, todavia o rompimento final deu-se efetivamente em 1937. Flores mostrava-se exímio defensor do federalismo, sistema onde os estados teriam maiores poderes; em contrapartida, Vargas desejava que o poder fosse concentrado nas mãos do Presidente da República, no caso, ele.

Essa relação de oposição entre eles, contudo, não foi uma constante em suas trajetórias. Os dois vinham da mesma tradição da Geração de 1907 e tinham muitas características que os assemelhavam. Conforme Sosa:

Grosseiramente, podemos dizer que Flores e Vargas eram farinha do mesmo saco. Ambos eram homens de fronteira, tinham um temperamento forte, com alguma variação em demonstrá-lo. Enquanto Vargas por vezes dissimulava suas reações, Flores explodia em ódio ou alegria de acordo com a situação, mas os dois acabavam seguindo invariavelmente as suas decisões, obedecendo a sua lógica interna. Foram formados e absorvidos pelo PRR, bacharéis em Direito, eleitos deputados estaduais e federais.<sup>156</sup>

Além disso, é importante destacar que durante alguns anos os dois estiveram do mesmo lado da trincheira, como foi o caso das Revoluções de 1930 e 1932. Flores foi o interventor colocado por Getúlio Vargas à frente do estado do Rio Grande do Sul após a Revolução de 1930. Nesse período em que foi interventor, entre 1930 e 1934, Flores foi um apoio importante na defesa do governo federal. Porém,

Quando a centralização tornou-se mais do que necessária, houve uma reavaliação por parte do interventor das atitudes de Vargas, que depois de

<sup>155</sup> SOSA, Derocina Alves Campos. **Flores da Cunha X Getúlio Vargas: da união ao rompimento**. Porto Alegre: dissertação de mestrado PUCRS, 1995.

<sup>156</sup> SOSA, D. A. C. **Op. Cit.**, p. 45 – 46.

1935 dá demonstrações de querer se perpetuar no poder além do período constitucional (1938), passando a agir assim, sistematicamente contra o presidente.<sup>157</sup>

Daí a importância dessa manifestação pública de Flores naquele momento delicado da vida nacional. Há que destacar aqui, como foi apresentado em outra parte desse trabalho, que a pintura de Flores foi poupada pelos manifestantes quando das depredações da sede da UDN naquele dia 24 de agosto. A mensagem publicada nesta edição agora analisada levantava, portanto, ao menos, grande curiosidade e expectativa, por parte dos leitores.

A mensagem tinha o título de “Ao Rio Grande do Sul”. Com tom intimidador, o texto versava sobre a falta de posicionamento do governo do estado frente aos tumultos e depredações dos dias anteriores. O autor começava seu texto dizendo que naquele “momento difícil que o País e o Rio Grande” passavam era seu dever proferir “uma palavra de serenidade e de ponderação”. Flores deixa claro que o motivo da sua visita ao estado, naquele momento, era contribuir para a campanha do seu candidato ao governo do estado, Ildo Meneghetti (candidato da Frente Democrática, coligação formada pelo PSD, a UDN e o Partido Libertador). Até esse momento do texto, Flores não faz referência à morte de Vargas. Na verdade, ao longo de todo o texto, ele sequer cita o nome de Getúlio. Fala sim, daquele “trágico desfecho do ato extremo do Sr. Presidente da República que sinceramente deploro”. Aqui o autor apresenta a sua visão dos fatos: “deploráveis”. E continua, num tom mais ameno dizendo que:

Profundamente comovido, voltei meu coração para Deus, pedindo-lhe assistisse aos brasileiros e desse aos homens responsáveis pelo destino da Pátria a energia necessária para salvar o Brasil e recompor e dignificar, sob o império da Constituição e das Leis os quadros da sua vida administrativa e política.

O Brasil, portanto, segundo Flores, deveria ser “salvo, recomposto e dignificado”, já que o governo da república estava “envolto em grave crise moral e política”. A partir desse momento, o texto segue fazendo críticas ao governo do estado que, conforme o autor da mensagem, foi ineficiente no exercício de conter aquelas manifestações e depredações. Ele cita que o governo tinha “pleno

---

<sup>157</sup> Idem, ibidem, p. 45.

conhecimento” da situação e a sua “inércia, visivelmente intencional” sujeitaria o poder público estadual às penas cabíveis e ao ressarcimento dos prejudicados.

Já na parte final a mensagem transforma-se num apelo para que todos “se mantenham sem paixões exacerbadas nem ódios incontidos”. Esse era o recado daquele ilustre deputado federal para a população de seu estado natal. As razões dessa publicação estão centradas na insatisfação da oposição frente às manifestações, depredações e empastelamentos. E o seu porta-voz não podia ser melhor: um ilustre representante do estado, homem respeitado por todos, inclusive pelos próprios manifestantes.

Na página cinco da edição de 28 de agosto, uma declaração do deputado Rui Ramos com a denominação “*A pedido*”, localizada na parte estratégica do folheio das páginas. “Agora um único alvo nos orienta: é a eleição livre”, é o título da declaração que fizera à imprensa gaúcha o deputado antes de voltar à rotina da Câmara no Rio de Janeiro. Dizia ele que cabia aos trabalhistas, naquele momento, um papel de extrema relevância para a manutenção dos ensinamentos que o presidente Vargas havia deixado: “Recebemos do Presidente Getúlio Vargas um patrimônio moral e ideológico de incalculável valor.”

Nesta mensagem, o objetivo de Ramos era não dar margem para que a oposição usasse daquele momento para usurpar a memória de Vargas ou ultrajar os trabalhistas, que no Rio Grande do Sul estavam bem representados pela candidatura de Alberto Pasqualini ao governo do estado. Em suas próprias palavras, conforme publicado no *Correio do Povo*: “Estamos diante de uma grande Hora e qualquer excesso, imprudência ou inconveniência de linguagem ou de gestos poderão comprometer ou arriscar as grandes soluções e servir de pretexto aos golpes dos que temem o povo.”

Conforme o texto, a idéia que Ramos desejava difundir era a de que o objetivo dos trabalhistas e dos adeptos de Vargas deveria ser somente o voto. “Contra as armas, que já estão na rua apontadas ao Povo, nós só temos a outra arma, muito mais poderosa na Democracia, que é o voto soberano do cidadão”. Ramos cita que as garantias constitucionais de ir e vir foram ameaçadas “até no sepultamento do Presidente, onde estivemos sob ameaça, com os aviões da FAB voando sobre as nossas cabeças”. Desde o atentado da Rua Toneleros a Força

Aérea Brasileira vinha pressionando fortemente o governo para solucionar a crise político-militar.<sup>158</sup>

A mensagem de Ramos parecia convidar a oposição para a batalha nas urnas. “Se é verdade que o País está no regime legal, se foi ‘restabelecida a ordem pública e a tranqüilidade nacional’, conforme a tese das forças reacionárias, então vamos para o Pleito, onde o Povo se reintegrará no Brasil e o Brasil no Povo”. E acrescenta ainda que o dono do Brasil era o povo e que este deveria exercer, através do voto, a “consciência democrática que recebeu como legado do Líder Getúlio Vargas”.

Esta publicação “*A pedido*” parecia ser uma reação àquela publicada por Flores da Cunha na edição do dia anterior do *Correio do Povo*. Cada um dos dois deputados federais clamava pelo seu candidato ao governo do estado, no caso de Flores muito mais explícito; Ramos em contrapartida, sequer citou o nome de seu candidato. A mensagem do petebista era muito mais uma convocação para que todos fossem exercer o seu direito de cidadãos no dia 3 de outubro do que fazer propaganda eleitoral, já que aquela era uma hora tão delicada para os simpatizantes e membros do PTB. Ramos não usou o momento da morte de seu “líder” como pretexto para alavancar a candidatura de Pasqualini.

---

<sup>158</sup> Antes do tiro que o presidente Vargas direcionou contra o próprio peito, outro tiro disparado naquele mesmo mês já preocupava o governo. Na madrugada do dia cinco de agosto um atentado na Rua Toneleros (RJ) atingiu aquele que deveria ser o alvo principal de raspão: Carlos Lacerda fora atingido no pé esquerdo, mas seu amigo e guarda-costas, o major aviador da Força Aérea Brasileira Rubens Florentino Vaz, havia sido morto. O governo, a partir do dia seis de agosto, sofreu uma campanha violenta pedindo o esclarecimento do fato. As acusações começaram a recair sobre o presidente, o que causou uma crise institucional e governamental. Salienta-se que o referido atentado não era contra a pessoa do Major Vaz, mas sim contra Lacerda, inimigo número um de Vargas. As notícias do crime da Rua Toneleros alcançaram grande repercussão na imprensa antigetulista. A UDN, indignada com o fato, multiplicava os ataques a Getúlio e tramava derrubá-lo. A partir daí se complica a situação de Getúlio Vargas, tanto pessoal como governamental. Os militares do Exército, Marinha e Aeronáutica solicitaram a renúncia do Presidente, devido ao seu possível envolvimento no atentado. Um inquérito policial militar (IPM) foi instalado na Base Aérea do Galeão no Rio de Janeiro, infringindo a Lei Constitucional. É referenciando essa violação que o deputado Rui Ramos cita em sua mensagem publicada no *Correio do Povo*: “Estamos contra as transgressões da Constituição, que já se verificaram”. Os militares e a oposição queriam a qualquer custo o afastamento do presidente. Mas Getúlio já havia deixado claro que não iria renunciar. Esse pequeno recorte da crise de agosto de 1954 é o suficiente para ilustrar qual era a posição da FAB naquele contexto. A partir daí a fala de Ramos sobre os aviões sobrevoando o enterro de Vargas pode ser compreendida, já que as Forças Armadas faziam, naquele momento, oposição aos seguidores de Vargas.

## 2.4 Homenagens ao presidente suicida: missas de sétimo dia e textos literários

Na capa da edição do dia 29 há uma “comunicação” do Partido Trabalhista Brasileiro, assinada por Aníbal di Primio Beck (o nome está grafado de forma diversa daquela da edição do dia 25). Intrigante foi notar também que nessa mensagem está escrito que Aníbal Beck era vice-presidente em exercício da “Comissão Executiva Regional do PTB”, o que difere do publicado na edição do dia 25 do *Correio do Povo*.<sup>159</sup> Esta nota não está designada como “*A pedido*”. O partido vinha a público solicitar ao “povo do Rio Grande” que fizessem suas orações pelo “transcurso do 7º dia da morte do inolvidável Presidente Getúlio Vargas... pelo descanso eterno de sua alma”. A nota é curta e em seu parágrafo final cita que, conforme “o critério estabelecido pela autoridade eclesiástica”, todas as igrejas da capital fariam missas pela “alma” de Vargas, sem nenhuma outra especificação.

Até aquele momento nenhuma mensagem com as opiniões da Igreja havia sido publicada no *Correio do Povo*. Antes mesmo da manifestação da “autoridade eclesiástica”, o PTB, de antemão, avisava que as missas pela “alma de Vargas” aconteceriam normalmente. Essa não era uma prática comum nas Igrejas, em se tratando de um suicida. Ao longo da mesma edição, na página 36, há a manifestação da Igreja sobre a celebração dessas missas. É importante salientar ainda, que no título desta mensagem está escrito “comunicação” e não, convite.

A nota publicada pela “Cúria Metropolitana de Porto Alegre” assinada pelo Vigário Geral do Arcebispado, Mons. André Pedro Frank, também não leva a denominação “*A pedido*” e tem a função de informar a população e o clero secular e regular sobre o caráter das missas que deveriam ser rezadas na ocasião do sétimo dia de morte de Getúlio Vargas. O texto dizia que o Arcebispo Metropolitano, Dom Vicente Scherer, celebraria “missa privada em sufrágio da alma do extinto Presidente da República”. Avisava e advertia ainda, que “em outras igrejas podem ser celebradas missas com o mesmo caráter estritamente particular, sem solenidade e sem convites”. Daí a importância do grifo feito na mensagem publicada pelo PTB: comunicação, não convite.

Seguindo a leitura, o texto informa as prescrições de como o clero secular e regular deveria proceder nas missas, promovendo “assíduas orações pela

---

<sup>159</sup> Na edição do dia 25/08/1954 Aníbal di Primio Beck assina a mensagem do PTB como seu presidente no Rio Grande do Sul.

pacificação dos espíritos e pela normalização da vida nacional” além de recomendar “piedosas orações por alma do Presidente desaparecido em circunstâncias lamentáveis”. Indica ainda quais eram as orações que deveriam ser proferidas durante a missa e o que deveriam pedir que seus fiéis rezassem naqueles dias. Como indica o texto de Daryle Williams e Barbara Weinstein, Getúlio Vargas não era um homem religioso, por isso a negação de um funeral católico não era particularmente insultante. Os autores estudam a reação popular na Igreja da Candelária no Rio de Janeiro no sétimo dia de morte do presidente. Segundo eles, como tantas vezes aconteceu na história dos rituais religiosos no Brasil, a posição oficial da igreja tinha sido subvertida pela vontade popular.<sup>160</sup>

As missas, conforme a Igreja Católica, deveriam ser de caráter particular, sem solenidades nem convites, já que se tratava de um suicida (apesar disso não estar escrito, subentende-se). O lugar em que se encontram as duas notas no jornal (uma na capa e a outra na página 36 da edição) pode revelar que a postura adotada pelo PTB era aquela que mais interessava para o *Correio do Povo*. A divulgação da mensagem em primeira página, apesar de não portar a palavra convite, era uma solicitação para que a população fosse até as Igrejas, ou mesmo em casa, e rezassem pela “alma” do ex-presidente. A escolha dos lugares dessas publicações dava mais divulgação e, talvez, até mesmo vendagem, ao *Correio do Povo*.

As razões destas publicações são informar, divulgar e convidar (por que não?) a população a participar dessas missas que seriam rezadas em ocasião do sétimo dia de morte de Vargas. A mensagem da Cúria Metropolitana parecia completar ou corrigir a mensagem do PTB, mas, acima de tudo, impor a sua verdade.

Como já foi mencionada neste trabalho, a carta testamento deixada por Getúlio Vargas, tem papel fundamental no processo de mitificação de Vargas morto e foi entendida como um elemento que selou toda a trajetória do presidente. Muitas vezes lida como “a última bandeira” levantada por Vargas, a carta possibilitou várias interpretações do suicídio<sup>161</sup>. Na página seis da edição do dia 1º de setembro há, “A *pedido*”, uma releitura dessa carta em forma de poema, feito por Natercia Cunha Veloso.

---

<sup>160</sup> WILLIAMS Daryle; WEINSTEIN, Barbara. "Vargas Morto: The Death and Life of a Brazilian Statesman," In: Johnson, L. **Op. Cit.**, p. 292.

<sup>161</sup> A importância da carta como condição para a configuração do processo de mitificação de Vargas morto será melhor trabalhada no último capítulo deste trabalho.

Antes de iniciar seu poema, baseado nas frases da carta suicida, a poetisa faz uma introdução sobre aquele último documento escrito por Vargas. Segundo ela, aquela carta fora escrita sem preocupações “de estilo ou de retórica”, e tinha o mesmo “tom literário” dos discursos de Vargas, ao longo de sua vida; discursos esses que, segundo a autora, “por si só justificariam a cadeira que lhe coube, por mérito, na Academia Brasileira de Letras”.

Narcisa Veloso afirma que transformar aquela carta em um poema não havia sido tarefa difícil já que ela, em várias partes, seguia uma métrica perfeita:

Nela se intercalam, em meio às declarações do estadista que tanto lutou pela expansão, pelo progresso, pela independência e pela dignidade do Brasil entre as potências do mundo, — versos de uma espontaneidade surpreendente, de metrificação perfeita, urdidos na singeleza poética que evidencia as grandes almas, os seres iluminados pelo fogo sagrado dos lídimos ideais.

A transformação da prosa em verso era, antes de tudo, uma homenagem póstuma...

... ao excelso patriota que se igualou a Caxias na coragem impávida e nos anseios de paz; que se compara a Rio Branco na atividade diplomática e na defesa da integridade nacional; que foi herói-mártir, como Tiradentes; — homenagem escrita ao desnorteio que nos avassala o espírito de olhos nublados pelas lágrimas da mais profunda consternação.

Aparecem nesse trecho alusões a Caxias e Rio Branco, o que não é comum nas outras mensagens. A menção a Tiradentes, entretanto, já foi evidenciada noutros textos. Cabe agora uma digressão um pouco mais densa dessa figura que foi considerada muitas vezes o herói-mártir da República. No texto, *Tiradentes: um Herói para a República*, José Murilo de Carvalho avalia como se deu a construção da heroicidade do inconfidente. Segundo ele, para que uma pessoa figure como um herói de uma nação é preciso, primeiramente, que haja uma necessidade ou uma aspiração da coletividade. Para que seja escolhido o herói é preciso haver uma simbiose entre esse desejo coletivo e “algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado”.<sup>162</sup>

---

<sup>162</sup> CARVALHO, José Murilo de. Tiradentes: um Herói para a República. In: **Op. Cit.**, p. 55.

Além de estudar a heroização de Tiradentes, especificamente, Carvalho faz alusões ao conceito de herói de maneira geral, o que pode, muito bem, ser transportado para o período que analisamos neste trabalho. Segundo ele

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumento eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos.<sup>163</sup>

Esse entendimento do conceito do herói se ajusta perfeitamente a Getúlio Vargas. Durante o Estado Novo, quando, segundo a teoria mais difundida, deu-se a criação do “mito Vargas” a serviço da legitimação de um regime que se auto-intitulava uma democracia autoritária.<sup>164</sup>

Conforme Carvalho, a escolha de Tiradentes para figurar como herói da república foi facilitada pelo próprio modo como foi proclamada a república no Brasil. Para ele “a pequena densidade histórica do 15 de novembro (uma passeata militar) não fornecia terreno adequado para a germinação de mitos.”<sup>165</sup> No artigo já mencionado da professora Angela de Castro Gomes, ela cita que inclusive os nomes de “Floriano Peixoto e José Bonifácio foram cogitados como possíveis candidatos a heróis nacionais, mas não seguiram adiante”.<sup>166</sup>

A história de luta pelos ideais da república e, especialmente, a morte trágica, foram fundamentais nessa construção da heroicidade de Tiradentes. E conforme indica a leitura do texto de José Murilo, o próprio inconfidente havia buscado aproximar-se do exemplo de Cristo:

O patriota virou místico. A coragem que demonstrou — era coraçudo, como dele disso o frade Penaforte — vinha, ao final, do fervor religioso e não do fervor cívico. Assumiu explicitamente a postura de mártir, identificou-se abertamente com Cristo. O cerimonial do enforcamento, o cadafalso, a forca erguida a altura incomum, os soldados em volta, a multidão expectante — tudo contribuía para aproximar os dois eventos e as duas figuras, a crucificação e o enforcamento, Cristo e Tiradentes. O esquartejamento posterior, o sangue derramado, a distribuição das partes pelos caminhos que antes percorrera também serviram ao simbolismo da semente do sangue do mártir, que, como dissera Tertuliano, era semente de cristãos.<sup>167</sup>

<sup>163</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>164</sup> GOMES, A. C. **Op. Cit.** (1997), p. 111.

<sup>165</sup> CARVALHO, José Murilo de. Tiradentes: um Herói para a República. In: **Op. Cit.**, p. 57.

<sup>166</sup> GOMES, A. C. **Op. Cit.** (1997), p. 123.

<sup>167</sup> CARVALHO, José Murilo de. Tiradentes: um Herói para a República. In: **Op. Cit.**, p. 68.

A partir disso muitas leituras podem ser feitas. A aproximação entre Tiradentes e Cristo; bem como a aproximação de Vargas aos dois, pode ser entendida em função da morte trágica. Claro que a morte de Vargas foi um ato executado pela própria vítima, conforme observou Durkheim sobre o suicídio, mas isso não descaracteriza as analogias entre os três. A morte na cruz em sacrifício à humanidade; a morte por enforcamento, em sacrifício aos ideais republicanos; e a morte suicida, em sacrifício ao “povo brasileiro”; puderam ser interpretadas como análogas.

A morte trágica, nestes casos, foi um fator decisivo para a formulação dos mitos de heróis. Angela de Castro Gomes, em seu artigo sobre a construção de mitos, analisa a obra de Azevedo Amaral, *Getúlio Vargas Estadista*, de 1941. Nesta obra o autor analisa os heróis do passado nacional, mas não cita Tiradentes. Essa ausência foi notada e inteligentemente destacada pela professora carioca, que questiona: “Haveria tal ausência se o biógrafo escrevesse após agosto de 1954, com o dado do suicídio? Vargas não replicaria Tiradentes, e Tancredo Neves, nos anos 80, não replicaria a ambos?”.<sup>168</sup>

Voltando ao *Correio do Povo*, a página cinco da edição do dia 2 de setembro apresenta um texto literário “*A pedido*”, transcrito do semanário “Hoje”<sup>169</sup>, escrito por Sérgio Jockyman, que é um dos documentos que mais acrescenta elementos para o entendimento do processo de mitificação de Vargas *post-mortem*. Jockyman é um importante jornalista gaúcho e seus textos são nacionalmente conhecidos. Com o título de “Há Um Homem Pelas Ruas...” o texto tem a forma narrativa e um estilo literário peculiar. Segue o texto na íntegra:

Há um homem pelas ruas. Muitos estiveram junto dele, e não o viram. Muitos tocaram suas mãos e não o sentiram. Muitos desejaram suas palavras, mas não a ouviram. Muitos juram que ele não existe, mas há um homem pelas ruas. Ele estava na frente do povo na terça-feira. Ele subiu também as escadas, comandando a revolta. Ele rompeu as portas, ele destruiu e queimou junto com o povo. Muitos falavam no seu nome, mas ninguém o viu. Quando muitos choravam eram dele as palavras de consolo. Só ele sabia que a revolta também era um pranto. Só ele sabia que aquele povo que depredou destruiu estava apenas a procura de justiça. Há um homem pelas ruas. Um homem que sabe que foi melhor trocar fogo e destruição por sangue e sacrifício. Onde estava ele? Andou pelas favelas de Recife, pelas ruas estreitas de São Luiz, pelo asfalto do Rio, pelos

<sup>168</sup> GOMES, A. C. *Op. Cit.* (1997), p. 128.

<sup>169</sup> O *Correio do Povo* não dá mais nenhuma indicação sobre o semanário *Hoje*. Não é possível afirmar que se trata do jornal Hoje de Porto Alegre, nem ao menos se se trata do semanário *Hoje*, órgão ligado ao partido comunista de São Paulo.

arranha-céus de São Paulo, pelas ruas de Porto Alegre. Quando o povo recuava diante dos fuzis e das baionetas, ele sorria. Há um homem pelas ruas que não teme metralhadoras, que não teme fuzis, que não teme baionetas.

Ele estava na mira de todas as armas, mas inatingível para todas elas. Passou com um sorriso pelos tanques, e com um sorriso tocou o cano das metralhadoras. Detiveram o povo com fileiras de soldados, mas ele passou incólume por elas. Há um homem pelas ruas, que não poderá mais ser detido com exércitos. Há um homem pelas ruas, que não poderá mais ser preso ou sacrificado. Cautela com ele. Ele deverá votar em todas as urnas do Brasil. Mesa por mesa, secção por secção. Seus votos se multiplicarão e são uma garantia de vitória. Há um homem pelas ruas que vai ser o mais votado do Brasil. Embora as leis eleitorais o proibam, ele será candidato milhares de vezes para milhares de postos. Seu nome figura na lista dos candidatos à Assembléia Legislativa, mas também nas listas de candidatos à Câmara Federal.

Ele é candidato a todas as cadeiras do Senado, a todos os governos estaduais do Brasil. Não há máquina política, nem publicidade ciclópica que o possa vencer. Há um homem pelas ruas que vai transformar as eleições de outubro. Os que o conhecem dizem seu nome com devoção e não há propaganda que possa mais que esse sentimento. Há um homem pelas ruas acima das leis, acima dos regulamentos. Ele vai despertar um por um daqueles que um dia ouviram seu nome. E muitos daqueles que desgostaram seu nome, passarão a venerar sua memória. Nenhum cabo eleitoral distribuirá tantas cédulas quanto ele. Entre ricos e pobres, entre homens e mulheres, entre jovens e velhos estará seu nome. Ainda existirá alguém que o persiga.

Mas por mais que procure, por mais que busque e investigue, não o encontrarão. Cerrarão as portas e assim mesmo ele entrará. Deixarão guardas, mas assim mesmo ele passará. Dirão e escreverão que ele não é bom, mas ninguém acreditará. E durante muitos anos, aqueles que veneram o seu nome terão o poder e a glória. Muitos baterão no peito e dirão: Eu fui seu amigo. Mas ele desvendará as intenções e todos os seus saberão que aqueles mentem. Embora ele sorria, os seus inimigos temerão. Ele deitou a confusão entre os que o procuravam e combatiam. E quando disseram: Ele não mais existe, ele os destruiu. Há um homem pelas ruas. Muitos poderão falar e aconselhar, pedir e admoestar, mas só ele poderá dar ou tirar a ordem e a tranqüilidade. Não há bala que o atinja, não há calúnia que o fira. Virão novos presidentes, mas ele será o único existente.

Muitas vidas passarão, mas ele não perecerá. Há um homem pelas ruas além da vida, além da morte, além do tempo. Há um homem que descerrará os portões dos quartéis e sem uma palavra desarmará as mãos que se erguem contra ele. Há um homem pelas ruas mais forte que exércitos, mais forte que leis, mais forte que partidos, mais forte que laços de sangue, que sentimentos de pátria. Chamava-se Getúlio Dornelles Vargas, hoje não se chama mais. Pode ter errado, pode ter caído não uma, mas várias vezes, pode ter feito tudo o que dizem, tudo o que ainda dirão, mas nada disso importa. Há um homem pelas ruas que se chamava Getúlio Dornelles Vargas, mas hoje não se chama mais. Os que procuram um nome poderão dizer que ele é: revolta, justiça, ideal, ação ou qualquer outra palavra. Mas, embora podendo ser tudo que dizem, na verdade não o é. Os que o adoram, os que simpatizam com ele, os que o lamentam, os que se apiadam dele não o vão recordar por ter sido Getúlio Dornelles Vargas, não por ter sido presidente do Brasil, não por ter sido chefe de partido, não por ter sido líder de qualquer coisa, mas simplesmente por ter sido um homem. Há um homem pelas ruas... mais forte que o tempo, mais forte que a vida. Um homem que se chamou Getúlio Dornelles Vargas, mas que hoje não se chama mais. Chama-se apenas: um homem.

Esse texto de estilo literário apresenta Vargas como imortal. Um ser, definitivamente, dotado de poderes sobrenaturais. Mas para o autor ele não era mais Getúlio Dornelles Vargas, e não seria lembrado por ter sido um líder, um estadista, mas por ter sido “apenas um homem”; estratégias do estilo da escrita. Não se pode afirmar “*A pedido*” de quem esse texto havia sido publicado no *Correio*, se por iniciativa do próprio autor, ou por um leitor que viu o texto no jornal *Hoje* e resolveu publicá-lo no jornal de maior tiragem do estado, o *Correio do Povo*. Muitos elementos que contribuem no processo de mitificação de Vargas morto, que o divinizam e idolatram, já foram trabalhados ao longo dessa análise, cabe aqui atentarmos, especialmente, para o estilo da escrita. Esse é o único texto literário em prosa dessas mensagens “*A pedido*”. Apenas a título de ilustração, cabe aqui ressaltar que este trabalho de Sérgio Jockyman foi citado pelo deputado federal Rui Ramos em sua manifestação na Câmara Federal no Rio de Janeiro, no dia 2 de setembro de 1954.<sup>170</sup>

Estas “vozes escritas”, publicadas pelo *Correio do Povo*, que analisamos ao longo deste capítulo, eram oriundas das mais diversas instituições e grupos. Podemos distinguir, principalmente, as mensagens em duas categorias básicas: a dos adeptos de Getúlio Vargas, que escreviam para sacramentar a memória do líder; e a da oposição, que vinha a público, geralmente, para criticar a postura adotada pelo governo do estado. É interessante perceber que nesse momento, onde os ânimos ainda estão quentes e exaltados, cheios de amores ou ódios, a oposição não faz, ao longo destas mensagens, ameaças à memória e a figura de Vargas. Veremos, porém, que em outros momentos, como nas manifestações dos deputados na Câmara Federal, as críticas à memória de Vargas são mais incisivas. A oposição parecia querer esperar mais tempo para que as ameaças aos descendentes políticos de Vargas e ao trabalhismo fossem mais contundentes. Como ocorreu dez anos mais tarde, no golpe militar, onde definitivamente, “o legado de Vargas”, através de João Goulart, foi efetivamente nocauteado, mas não extinto.

Nesta análise foi possível perceber que a postura adotada pelo *Correio do Povo* quanto à publicação destas “vozes escritas”, parecia ser consoante às dos varguistas, que tinham prioridade nos espaços de editoração. Além disso, a falta da denominação “*A pedido*” também pode sinalizar essa preferência editorial e política.

---

<sup>170</sup> RAMOS, Ruy. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989, p. 209.

Essas mensagens são, portanto, mais uma das vozes que utilizam o jornal como suporte para divulgar suas idéias; e assim impulsionam o processo de mitificação de Getúlio Vargas morto. Através da certa utilização de palavras carregadas de significados, que imbuíam à figura do presidente aspectos divinos, configura-se um momento específico na trajetória do “mito Vargas”. Momento de mitificação de um morto, de um morto “imortal”.

## Capítulo 3

### Vozes Faladas

---

*O sujeito só se torna autor da fala ao falar, só se torna sujeito daquele discurso ou pronunciamento ao emití-lo.*<sup>171</sup>

O corpo do presidente foi despachado para São Borja após curto velório na capital federal; juntamente com os familiares do morto, alguns eminentes políticos e ex-ministros do governo Vargas também voaram para aqueles confins. A cidade se encheu para velar o corpo de seu filho ilustre. Caravanas de todo o país, mas principalmente das cidades próximas, e também do exterior, chegavam para participar do evento e prestar sua homenagem ao suicida. O corpo foi velado na prefeitura, o lugar, porém, era pequeno e muitas pessoas sequer conseguiram chegar perto do esquife. Depois de dois dias, o corpo seria enfim enterrado na fria manhã do dia 26 de agosto.

O traslado da prefeitura até o cemitério foi feito a pé. Conforme consta nos jornais, a família Vargas dispensou qualquer caminhão ou carreta para este fim, e o ataúde foi levado nos braços daqueles que se sentiam capaz de fazê-lo. Muitos eram os populares que se alternavam nessa tarefa. O jazigo da família era simples, sem luxos ou ostentações, e encontrava-se logo na entrada do cemitério, como pude constatar pessoalmente em minha viagem a São Borja em agosto de 2008. Conforme artigo do enviado especial, Antonio Carlos Ribeiro, publicado no *Correio do Povo* do dia 27 de agosto, a aglomeração de pessoas era tanta que o módico lugar quase não suportava: “O acesso ao cemitério velho e modesto foi muito difícil até para a família e para as autoridades. O portão era pequeno demais e a multidão desejava assistir à última cerimônia e ouvir os oradores”.<sup>172</sup>

Pelo que se pode apreender das fotos da ocasião, as orações e homenagens começaram antes mesmo que o caixão descesse à sepultura. As informações a respeito de quem foram os oradores que se pronunciaram nesta ocasião são imprecisas, por isso serão analisados apenas os discursos de João Goulart e

---

<sup>171</sup> ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia Regina de (orgs). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p.235.

<sup>172</sup> RIBEIRO, Antônio Carlos. As Cerimônias Fúnebres. **Correio do Povo**, Porto Alegre, ano 59, nº 272, p.1-16, 27 de ago., 1954.

Oswaldo Aranha, publicados no jornal porto-alegrense. Há um pequeno registro do pronunciamento de Tancredo Neves no *Correio*, e sua manifestação confirma-se através das menções que Aranha faz, em sua fala, às palavras proferidas pelo mineiro. Conforme Boris Fausto, os três petebistas haviam discursado: “João Goulart, Tancredo Neves e por último o orador flamejante que era Oswaldo Aranha expressaram, cada qual a seu modo, o sentimento dominante de revolta e de profunda tristeza”.<sup>173</sup> Infelizmente o discurso de Tancredo Neves não foi encontrado na íntegra.



Oswaldo Aranha no momento de seu discurso no sepultamento do Presidente Getúlio Vargas.<sup>174</sup>

Nesta foto, publicada em vários sítios eletrônicos, dentre eles o portal da Câmara dos Deputados, é possível perceber que durante o discurso do ex-ministro o caixão de Vargas, tapado por uma bandeira (provavelmente do Brasil), encontrava-se ali disposto sobre a tumba. Também se vê na foto, Jango e Tancredo Neves que pareciam ouvir consternados e atentos a fala do embaixador.

As falas de Jango e Aranha têm particularidades importantes e não devem ser analisadas como outras proferidas na Câmara Federal, por exemplo. Elas foram pronunciadas em frente ao caixão, num momento de comoção geral, de tristeza e de

<sup>173</sup> FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas**: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 192.

<sup>174</sup>Disponível em <http://www2.camara.gov.br/conheca/historia/historia/camara180/materias/mat7.html>. (18/02/2010).

despedida. Muito provavelmente esses discursos foram de improviso, como já era de costume de alguns oradores, como Osvaldo Aranha e Rui Ramos; e foram transmitidos via rádio para todo o país. A contextualização dessas falas no seu respectivo lugar de enunciação revela o peso e a força emotiva que carregavam. Não quero dizer com isso que as palavras proferidas em outros momentos também não tivessem o seu respectivo peso ou importância, mas são definitivamente situações diferentes.

O jornal *Correio do Povo* publicou as falas dos ex-ministros gaúchos e apenas comentou sobre as demais. Na edição do dia posterior ao sepultamento, na última página, o texto já mencionado do enviado especial a São Borja apresentava rapidamente os oradores, mas dava destaque a João Goulart. Os demais discursos aos quais se refere o texto são de Tancredo Neves e Rui Ramos (ambos com alguns comentários e pequenos trechos transcritos); Aníbal Di Primio Beck (“em nome dos trabalhistas rio-grandenses”); do governador Ernesto Dornelles; do deputado federal que representava o estado do Paraná, Paraílho Borba; e do líder da bancada trabalhista, Unírio Machado; além de “outros representantes de delegações”.

Nos comentários a respeito da oração de Rui Ramos e na transcrição desta fala publicada pelo jornal, o autor do artigo faz menção à seguinte frase, que teria sido pronunciada pelo deputado: “Não somos superiores aos demais brasileiros, mas somos, indiscutivelmente superiores. O Brasil precisa de muita coisa, mas precisa principalmente, do Rio Grande”. A publicação da fala do deputado, desta maneira editada — equivocada ou propositalmente —, dava margens a interpretações diversas. Conforme o livro *Discursos Parlamentares – Ruy Ramos*, editado pela Câmara dos Deputados, em 1989:

A versão que chega aos jornais foi considerada, à época, muito confusa. Ruy, às pressas, dirige-se ao *Correio do Povo*, de Porto Alegre, para esclarecer trecho da matéria que, impropriamente, atribuiu a ele a afirmativa de que os gaúchos eram superiores aos demais brasileiros (28/08/54).<sup>175</sup>

A data que o livro da Câmara dos Deputados refere-se ao artigo publicado no *Correio do Povo*, todavia, também está equivocada. Essa versão do discurso de Ramos foi publicada na edição do dia 27 e não no dia 28 como aponta a citação. Este livro apresenta ainda a transcrição da fala de Ramos pronunciada em São

---

<sup>175</sup> RAMOS, Ruy. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989, p. 199.

Borja, que pôde ser recuperada graças a uma gravação radiofônica. Esta oração, porém, não foi publicada pelo *Correio do Povo*, nem mesmo mencionada por Boris Fausto. Conforme o livro, o trecho do discurso teria sido o seguinte:

Getúlio Vargas morreu como um gaúcho. Nós, rio-grandenses, não somos superiores aos demais brasileiros, mas somos, indiscutivelmente, diferentes.  
Fenômenos especiais de geografia e de história deram tons sociológicos particulares aos homens do Rio Grande.  
As planuras rasgadas e as lutas campais ampliaram o panorama do gaúcho.  
Enquanto outros irmãos se reduziram no litoral, e outros se estreitaram nos vales ou se acanharam na floresta e na montanha, nós sofremos o horizonte infinito do pampa e dele recebemos o determinismo dos gestos.  
A atitude do grande brasileiro é tipicamente rio-grandense: é um gesto de drama ou de tragédia que tantos gaúchos já praticaram, ao longo da História, na grandeza dos horizontes morais de nossa raça.<sup>176</sup>

Antes das manifestações proferidas em São Borja, outras, no entanto, já ilustravam as páginas do periódico de Caldas Júnior. A mensagem de João Goulart lida na Câmara Federal, e o inflamado discurso de Rui Ramos proferido na mesma casa, ambos no dia 24 de agosto, foram as primeiras mensagens publicadas pelo *Correio do Povo*. Passaremos, agora, à análise das duas mensagens de João Belchior Marques Goulart: à supramencionada e àquela proferida diante do esquife de Vargas.

### 3.1 João Goulart, o herdeiro evidencia o mito

*A morte do presidente o deixou desolado. Ele perdera o amigo que amava como se ama um pai.*<sup>177</sup>

Podemos afirmar que a edição do dia 25 de agosto do *Correio do Povo* foi muito aguardada entre a população da capital e do interior, já que a edição anterior não teve tempo hábil de publicar as notícias sobre o suicídio, ocorrido nas primeiras horas daquela manhã. O *Correio* iria publicar o que até então só se ouvira através das ondas do rádio. Como já citamos nos capítulos anteriores, o acontecimento era

<sup>176</sup> Discurso do Deputado Federal pelo PTB/RS Ruy Ramos em ocasião do enterro do Presidente Vargas em São Borja. In: RAMOS, R. **Op. Cit**, p. 199.

<sup>177</sup> FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 516.

construído também através da mídia. A publicização do fato, através da materialidade impressa do jornal, pode ter feito do acontecimento algo ainda mais real na mente dos gaúchos.

A capa da edição trazia uma mensagem de João Goulart. Conforme o *Correio*, o ex-ministro e então presidente do Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, havia dirigido uma mensagem aos brasileiros que fora lida na sessão do dia anterior na Câmara Federal pelo deputado trabalhista Azior Maron. O nome do deputado estava grafado desta maneira no jornal, mas conforme informações coletadas no sítio da Assembléia Legislativa do estado da Bahia, o deputado Maron tinha como primeiro nome “Aziz”. Conforme as informações do sítio, trata-se da mesma pessoa, pois o baiano nascido em Itabuna, jornalista e advogado, teve seu mandato como deputado Federal pelo PTB entre os anos de 1951-1955.<sup>178</sup> No texto de Thomas D. Rogers que consta no livro *Vargas and Brazil: New Perspectives*<sup>179</sup>, esta informação é confirmada. O autor cita que no dia posterior ao suicídio de Vargas, o deputado federal Aziz Maron, vice-presidente da casa, lera uma mensagem que homenageava o presidente morto.

“Mensagem patética do Sr. João Goulart” — “Esse povo de quem ele foi escravo não mais será escravo de ninguém!” era o título que o jornal dera àquela mensagem. Segue alguns trechos:

Com os olhos em lágrimas, perfilados ante o corpo de seu chefe imortal, os membros do Partido Trabalhista Brasileiro cumprem o dever de se dirigir ao povo para, verberando o procedimento dos caluniadores cujas mãos ficarão na história tintas de sangue, manifestarem sua determinação inquebrantável de continuar a resistência em prol da emancipação econômica e social do Brasil.

Na segunda parte, uma coluna curta, na extrema direita superior do jornal, o texto segue:

...continuaremos (...) defendendo com mais ardor e mais idealismo a memória inolvidável do maior dos brasileiros, sacrificado em holocausto à ordem e à tranqüilidade pública. (...) porque o sangue inocente de Getúlio Vargas foi a comunhão que nos uniu para sempre sob a mesma fé, abrindo-nos de par em par o coração do povo brasileiro, que jamais conheceu em toda sua gloriosa história, exemplo tão dignificante de renúncia e página tão

<sup>178</sup> Disponível em < <http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=512>>. (02/03/2010).

<sup>179</sup> ROGERS, Thomas D. “I Choose This Means To Be With You Always”: Getúlio Vargas’s Carta Testamento. In: HENTSCHKE, Jens R. (Ed). **Vargas and Brazil: new perspectives**. New York: Palgrave McMillan, 2006, p. 2443

formosa de amor à pátria. Cada gota de sangue do nosso grande chefe será de fato a chama imortal a viver para sempre em nossos corações. Nós a transmitiremos às gerações porvindouras para que completem e aperfeiçoem a obra iniciada. Os trabalhadores estão órfãos. (...) nós juramos com as mãos postas sobre o corpo hirto do nosso grande chefe — cujo espírito nos guiará até a morte — fazermos do seu ideal, nosso ideal, das suas declarações, nosso programa...

A mensagem está carregada de elementos que evidenciam a escolha de Jango em imortalizar a figura de Vargas. Ele parece colocar-se na posição de sacerdote-herdeiro do culto ao grande chefe e assegurar-se como seu legítimo sucessor. O trecho, impregnado de noções místico-religiosas, apresenta Getúlio Vargas como um ser que, além de transcendental, é também sagrado. Este texto também foi publicado como anexo do livro *“1954: um tiro no coração”* de Hélio Silva.<sup>180</sup> O texto publicado no livro foi retirado do jornal *O Radical* de 28/08/1954, e tem o título de “Nota Oficial do Partido Trabalhista Brasileiro”. Essa informação não é corroborada pelo jornal porto-alegrense, que não intitula as palavras de Jango como uma nota oficial do PTB. Esta mensagem era, sem dúvida, um importante alento à população, pois, além de representar o PTB, o são-borjense era considerado como o herdeiro político de Vargas. Desde 1953, quando Vargas o nomeou Ministro do Trabalho, ele já era visto como o preferido do presidente. Conforme atesta Angela de Castro Gomes:

Durante todo o segundo semestre de 1953, ele fora sistematicamente responsabilizado pelos movimentos grevistas e, o que era muito preocupante, pela idéia da sindicalização rural. Agravando ainda mais o quadro, havia o sistemático e evidente apoio de Vargas a seu ministro. Um momento especial da história do PTB e do trabalhismo, uma vez que tem sido interpretado como o da escolha, por Vargas, de seu herdeiro político. Dito de outra forma, ensaiava-se a rotinização do carisma do presidente. Vargas, antes de sua morte, delegava ao PTB e, especialmente, a Jango, o poder de falar em seu nome e em nome do trabalhismo, que até então encarnara de forma privilegiada. Por essa razão, Jango passaria a deter uma posição muito especial dentro do PTB, permanecendo vinculado, ao longo do tempo, à figura de Vargas, como a melhor expressão de sua herança política.<sup>181</sup>

Desta ligação umbilical entre Jango, Vargas e o PTB pode advir o fato da interpretação de seu discurso ser entendida como uma manifestação do próprio partido. O político e a instituição que ele representava estavam tão intimamente

<sup>180</sup> SILVA, Hélio. **1954: um tiro no Coração** – O ciclo de Vargas. Porto Alegre: L&PM, 2004, p. 322.

<sup>181</sup> GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945 – 1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, J.; REIS, D. **Op. Cit.**, p. 70.

interligados que talvez fossem vistos como um só. Pode-se entender este poder delegado a Goulart de acordo com a teorização de Pierre Bourdieu a respeito da representação dos grupos. Utilizando-se da expressão o “mistério do ministério” o sociólogo francês afirma que o representante do grupo recebe do próprio grupo o direito de falar em seu nome:

O mistério do ministério é um desses casos de magia social em que uma coisa ou uma pessoa se torna uma coisa diferente daquilo que ela é, um homem (ministro, bispo, delegado, deputado, secretário-geral, etc.) que pode identificar-se e ser identificado com um conjunto de homens, o Povo, os Trabalhadores, etc. ou com uma entidade social, a Nação, o Estado, a Igreja, o Partido. O mistério do ministério chega ao cúmulo quando o grupo só pode existir falando por ele, quer dizer, a favor dele e no lugar dele. O círculo fica então fechado: o grupo é feito por aquele que fala em nome dele, aparecendo assim como o princípio do poder que ele exerce sobre aqueles que são o verdadeiro princípio dele.<sup>182</sup>

Além de falar em seu próprio nome, Jango, através de um ato simbólico de nomeação<sup>183</sup> implícito, falava também em nome do PTB. Ele estava, neste caso, atuando como representante de um partido, que estava comprometido na investidura de papéis assim como também era produto dela. Depois da morte de Vargas, o PTB ficou-se sem a sua principal referência pessoal, e seus membros e simpatizantes pareceram desorientados.<sup>184</sup>

A violência e a rapidez com que se desencadearam os acontecimentos que culminaram com o suicídio de Vargas davam força às ações daqueles que pretendiam ser os legítimos herdeiros de sua memória política. Algumas reestruturações seriam imediatas e não passariam por qualquer crivo ou eleição, seriam automáticas. Esta tomada de papel assumida por Jango já tinha uma trajetória e uma herança e por isso pôde ser quase automática. Conforme Gomes:

A morte física de Vargas, se por um lado revitalizava seu carisma, por outro transformava as características e a força do getulismo, que perdia a dimensão de movimento social, tendo que ser incorporado pelos diversos partidos e, em especial, pelos que com ele se vinculavam de forma positiva.<sup>185</sup>

<sup>182</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p. 158.

<sup>183</sup> “O porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, ao falar em lugar de um grupo, põe, sub-repticiamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo, pela operação de magia que é inerente a todo o ato de nomeação” In: BOURDIEU, P. **Op. Cit.**, p. 159.

<sup>184</sup> GOMES, A. C. In: FERREIRA, J.; REIS, D. **Op. Cit.**, p. 72.

<sup>185</sup> Idem, *ibidem*.

É importante atentar para o termo utilizado pela autora: “morte física”. Não se pode categorizar essa morte como uma morte efetiva. Vargas seguia (se não segue?) como um presença real, e a morte era apenas interpretada com algo físico. O espírito, as idéias, o legado (de todos os matizes, dentre eles o trabalhismo) seguiam (seguem?) vivos. Mas a morte física foi decisiva e definidora quanto aos futuros caminhos do trabalhismo e do PTB, mas principalmente do getulismo. José Murilo de Carvalho destaca a morte de Vargas como dupla, a do homem Getúlio e a do presidente Vargas:

A morte voluntária e solitária, fruto de uma personalidade que não admitia derrota e humilhação frente ao inimigo, acabou sendo o ingrediente que forneceu à morte política seu tremendo poder para mobilizar o sentimento coletivo e redirecionar a história. A bandeira da carta-testamento não teria a força que teve sem o *patos* embutido na carta-despedida. A soma das duas mortes, a do homem Getúlio e a do presidente Vargas é que gravou na memória coletiva a presença de Vargas.<sup>186</sup>

Entendendo-se a morte como dupla, o personagem que sofre o processo de mitificação *post-mortem* não é Getúlio (que fisicamente está morto), mas sim Vargas (ou Getúlio Vargas, usando o nome completo) que levantou a bandeira mais importante para seu próprio processo de mitificação, a carta-testamento.

Conforme Robert Levine, o grande impacto da morte de Vargas foi sentido dentro do Partido Trabalhista, que foi seriamente abalado pela morte repentina e pareceu ficar estacionado sem o seu maior representante:

Sua morte decerto freou o getulismo, que se enraizava na aura pessoal do presidente. De certo modo, o suicídio e o extenso período de luto que se seguiu à exposição pública do corpo e ao funeral revitalizaram o movimento, o que deu aos partidos políticos de todas as cores a oportunidade de tomá-lo por empréstimo para variados fins. O maior impacto institucional do getulismo deu-se, é claro, no partido Trabalhista Brasileiro. O PTB abalou-se com a partida repentina de Vargas, o que deixou os militantes desorientados, sem saber para onde ir. O partido nunca evoluiu a ponto de se transformar numa agremiação nacional que atraísse todos os trabalhadores; ao contrário, permaneceu um veículo pessoal de Vargas. A primeira indicação da inadequação do PTB surgiu nas eleições legislativas de outubro de 1954, quando seus líderes fizeram uma campanha baseada na memória de Vargas, mas só conseguiram eleger dois deputados. No Rio Grande do Sul, onde se haveria de esperar que a memória de Vargas tivesse mais força, o partido perdeu dois postos decisivos. João Goulart, o ex-ministro do Trabalho e presidente do diretório nacional do PTB, perdeu a eleição para o senado; Alberto Pasqualini, considerado o principal ideólogo por trás do movimento trabalhista em nível nacional, e um político estadual

<sup>186</sup> CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, p. 412

poderoso, perdeu a eleição para governador para um candidato apoiado por uma aliança PSD e UDN.<sup>187</sup>

Conforme Angela de Castro Gomes, o getulismo se transformou, com a morte de Vargas, num movimento acéfalo. A importância da figura carismática era central ao movimento e essa liderança não era facilmente transferível, mesmo que fosse a Goulart.<sup>188</sup> Mesmo assim, Jango, naquele momento funesto para o país e principalmente para ele, que perdia seu grande amigo e mentor, era a figura mais aguardada, pois as suas manifestações poderiam ser o consolo daqueles que se sentiam órfãos, assim como ele. Ao investir-se do papel de representante trabalhista escolhido por Vargas, Jango retirava a força política de suas ações e palavras da confiança que o partido e os trabalhadores investiam nele. Conforme Bourdieu, esse é o movimento que o homem político faz: “Ele retira o seu poder propriamente mágico sobre o grupo da fé na representação que ele dá ao grupo e que é uma representação do próprio grupo e da sua relação com os outros grupos”.<sup>189</sup>

Para Maria Celina Soares D’Araújo, o getulismo, mesmo acéfalo, saiu fortalecido da crise de agosto de 1954. Conforme a autora, com o suicídio o getulismo se fortaleceu, revigorou-se e readaptou-se. A reação popular quando foi divulgada a notícia da morte do presidente reavivou o legado político de Vargas. Em suma, depois do suicídio Getúlio Vargas estaria mais forte do que nunca.<sup>190</sup> Com base nessas leituras, a idéia que parece mais pertinente é a de que com a morte de Vargas o getulismo tornou-se destituído de líder e a transferência do carisma e da liderança de Vargas para Jango não eram prerrogativas suficientes para a sobrevivência do movimento, que teve de readaptar-se. Conforme atesta Alexandre Fortes em uma entrevista ao jornal Zero Hora: o suicídio do Presidente Vargas “foi certamente o gesto individual de maior impacto na história da política brasileira. Getúlio nunca foi tão fraco quanto no dia 23 de agosto de 1954. No dia seguinte, era um mito inatacável”.<sup>191</sup>

---

<sup>187</sup> LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** O Brasil e a era Vargas. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 138 -139.

<sup>188</sup> GOMES, A. C. In: FERREIRA, J.; REIS, D. **Op. Cit.**, p. 73.

<sup>189</sup> BOURDIEU, P. **Op. Cit.**, p 188.

<sup>190</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. **O Segundo governo Vargas 1951 – 1954:** Democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982, p. 166.

<sup>191</sup> FORTES, Alexandre; SANTOS, Klécio . A imagem de Getúlio foi santificada. **Zero Hora**, Porto Alegre, v. 2, p. 8 - 8, 21 ago. 2004.

Convém aqui darmos atenção a utilização desses termos, para que os conceitos de mito político e de ideologia não se confundam. Conforme Angela de Castro Gomes e Maria Celina Soares D'Araujo,

A pregação estadonovista fundará, como sua ideologia, o trabalhismo e criará um movimento de opinião favorável, até **mítico**, à figura de Getúlio Vargas: o getulismo. Trabalhismo e getulismo são termos que se complementam durante a ditadura, à medida que a defesa e as conquistas do trabalho são diretamente associadas à imagem do chefe do governo.<sup>192</sup>

Esta leitura parece indicar que getulismo é uma nomenclatura usada para referir-se ao mito político Getúlio Vargas, o que é perfeitamente cabível e facilitador; enquanto que o trabalhismo refere-se imediatamente à ideologia partidária. Conforme Tiziano Bonazzi, os problemas na definição de “mito político” estão exatamente na dificuldade de distingui-lo do conceito de ideologia; bem como entender suas relações com a mitologia tradicional e finalmente ser o foco das discussões sobre racionalismo o irracionalismo.<sup>193</sup>

Portanto, o que era possível ser transferido a Jango não era de modo algum a herança do getulismo, mas sim a herança do trabalhismo enquanto ideologia. Angela de Castro Gomes afirma ao falar do momento pré-candidatura em 1950, que “partido, ideologia e líder se associavam e, ao mesmo tempo, se distinguiam, mantendo fortes áreas de tensão entre si”.<sup>194</sup> O partido era o PTB, a ideologia era o trabalhismo, e o líder era Getúlio Vargas, ou neste caso, o getulismo. Jango era o representante daquele líder morto e um herdeiro de sua ideologia político-partidária. O “capital pessoal” de Vargas desapareceu com a sua morte, enquanto que o “capital delegado da autoridade política” foi passível de sofrer algum tipo de transferência, conforme Bourdieu:

Ao contrário do capital pessoal, que desaparece com a pessoa do seu portador (embora possa originar querelas de herança), o capital delegado da autoridade política é, como o do sacerdote, do professor e, mais geralmente, do *funcionário*, produto da transferência limitada e provisória (apesar de renovável, por vezes vitaliciamente) de um capital detido e controlado pela instituição e só por ela...<sup>195</sup>

\* Grifo meu.

<sup>192</sup> GOMES, Angela Maria de Castro & D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e Trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1987, p. 03.

<sup>193</sup> BONAZZI, Tiziano. "Mito Político". In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 4a. ed., Brasília: Edunb, 1992, volume 2, p.754.

<sup>194</sup> GOMES, A. C. In: FERREIRA, J.; REIS, D. **Op. Cit.**, p. 67.

<sup>195</sup> BOURDIEU, P. **Op. Cit.**, p 191.

Com base nessas leituras, que corroboram a idéia anteriormente levantada, percebemos que Jango era o herdeiro da ideologia trabalhista e que o getulismo — que também pode ser lido como mito político Getúlio Vargas — sofreu um processo revigorante com o episódio da morte trágica

Essa função assumida por Jango, segundo Bourdieu, pode ser chamada de “capital de função” e pode não ter nenhuma outra utilidade além daquela outorgada pela instituição que lhe conferiu esse cargo. Neste caso, o mencionado capital é ser o representante do trabalhismo, investidura outorgada, subjetivamente, pelo próprio Vargas e pelo PTB. Vargas aqui também pode ser entendido como a instituição que outorga, já que ele mesmo, enquanto vivo, pareceu escolher Goulart como seu sucessor político. Portanto, este depositário do capital de função e o PTB, enquanto instituição partidária que conferiu esse capital eram os representantes do “capital pessoal” de Vargas que, agora desaparecido, precisava ser lembrado para permanecer vivo. Foram eles que tornaram possível a permanência de Getúlio Vargas como uma “presença real na experiência de indivíduos vivos”.<sup>196</sup>

Getúlio Vargas era um representante de papéis institucionais ao mesmo tempo em que também podia ser quem outorgava esses papéis. Conforme Berger e Luckmann, alguns papéis têm “grande importância estratégica numa sociedade, uma vez que representam não somente esta ou aquela instituição, mas a integração de todas as instituições em um mundo dotado de sentido”.<sup>197</sup> A maioria das vezes esse tipo de tomada de papel que representa a ordem institucional total está nas instituições religiosas ou, neste caso, políticas. Por isso utilizo-me da idéia de que depois de morto Vargas tornou-se um “lugar” de lutas políticas e representativas caracterizando-se como uma instituição propriamente dita. A própria idéia de mito político também está vinculada a esse “lugar” ocupado por Vargas: um ser onipresente que regula as instituições políticas e sociais ligadas a ele.

No discurso de João Goulart são levantados pontos que influenciam no processo de mitificação de Vargas morto, já que o ex-ministro era um importante meio para que este fim fosse atingido com êxito. As passagens citadas evidenciam a imortalidade da figura de Getúlio Vargas, a sacralização daquilo que ele representou e continuaria representando para o povo, pois, segundo Jango, o espírito de Vargas

---

<sup>196</sup> BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973 [1966], p 104.

<sup>197</sup> Idem, ibidem, p. 106.

continuar a guiá-los. Jango utiliza-se de expressões da carta testamento para acentuar esses aspectos apoteóticos de Getúlio Vargas.

Aproveito este momento para dar atenção a um elemento que venho apontando desde o primeiro capítulo deste trabalho: a carta testamento. Cabe salientar que a utilização deste documento como determinante no processo de mitificação de Vargas morto daria uma pesquisa inteira, diversa desta.

A inspiração para a utilização de termos como, sacrifício, holocausto, sangue e chama imortal; está estritamente vinculada à carta testamento deixada por Vargas.<sup>198</sup> Conforme Boris Fausto ela teve importância fundamental na construção do mito *Vargas post-mortem*.<sup>199</sup> É a partir das palavras ali gravadas que parece advir, ou pelo menos aumentar, a incidência de termos que glorificam o presidente morto:

Para efeitos práticos e simbólicos, a carta-testamento é um legado autêntico do presidente morto, uma referência básica do trabalhismo, a ponto de ter sido incorporada ao programa do PTB. Não é por acaso que ela teve esse alcance, pois combina todos os elementos do mito Getúlio, com grande dramaticidade, deitando raízes no mito fundador do cristianismo. No discurso sacro-profano, surge a figura do herói salvador, que tudo fez no interesse do povo mas foi impedido pelos inimigos de prosseguir na sua obra, restando-lhe oferecer ao povo seu sangue.<sup>200</sup>

A carta testamento, como um documento que autoriza e até mesmo outorga a sacralização de Vargas morto, pode ser entendida como uma condição para a mitificação *post-mortem*. Analisar a carta testamento como autêntica, ou não, não é um objetivo deste trabalho. Inclusive, ela por si só já daria margens a outro trabalho de pesquisa, que não é o nosso. Mas é impossível não relacioná-la ao suicídio: o documento parece exercer o papel de um catalisador no processo de mitificação do próprio Getúlio Vargas. Conforme Thomas D. Rogers, “separar a carta do suicídio seria como separar o pessoal do político no mundo de Vargas; ambos os esforços seriam condenados ao fracasso”.<sup>201</sup> É nela que estão muitos dos termos que depois seriam utilizados pelos simpatizantes do morto para a glorificação e mitificação do

<sup>198</sup> Não cabe aqui discutir a autenticidade da carta, nem suas variantes. A versão que aqui faço alusão é a amplamente divulgada pela mídia e pela imprensa.

<sup>199</sup> FAUSTO, B. **Op. Cit.**, p. 193.

<sup>200</sup> Idem, ibidem, p. 194-195.

<sup>201</sup> “To separate the letter from the suicide would be like separating the personal from the political in Vargas's world; both efforts would be doomed to fail”. In: ROGERS, T. **Op. Cit.**, p. 239.

mesmo (como os termos amplamente utilizados nas publicações do *Correio do Povo*, como vimos ao longo deste trabalho).

Além desses termos provenientes da carta testamento já apresentados na Câmara dos Deputados no dia 24, o discurso de Jango no sepultamento de Getúlio Vargas foi todo baseado e modulado pela mesma carta. O jornal *Correio do Povo* publicou o discurso do são-borjense na íntegra na edição do dia 27 de agosto através do artigo do enviado especial Antonio Carlos Ribeiro, intitulado “As Cerimônias Fúnebres”. Conforme o texto, o primeiro orador daquela manhã foi João Goulart, seguido por Tancredo Neves. A fala de Jango parecia uma leitura comentada da carta testamento, ele usava inclusive vários trechos e depois tecia o seu comentário como se corroborasse, com isso, as “últimas palavras” de Getúlio Vargas. Jango dizia que aquela carta testamento seria a bandeira de luta dos trabalhadores — como disse o próprio Vargas: “meu nome será a vossa bandeira de luta” — que ele julgava representar naquele momento:

Esta carta será a bandeira, o lema e o catecismo de todos os trabalhadores do Brasil que, tenho certeza, represento neste instante e que choram como chora todo o povo brasileiro a tua morte. Há de ser, também, o hino do povo, deste povo que recebe com lágrimas o sangue que deste por ele.

Segundo a fala de Jango, a solidariedade do povo para com Vargas, desde a campanha de 1950, o levaria agora à “suprema glorificação”. Cita também que os inimigos aos quais Vargas referiu-se na carta testamento estariam agora com as mãos “tintas de sangue”. Esses inimigos “não destruíram Getúlio Vargas nem seus ideais” os quais brilharão agora mais do que nunca “na alma e no coração dos brasileiros”.

Ao longo de sua fala, Jango alude a Vargas como um mártir, um estadista que soube viver e morrer e que com dignidade conduziu a vida do povo brasileiro até o momento da sua morte. Na parte final, o orador fala de Vargas como se falasse de um messias, aquele que um dia voltará para cumprir com o seu destino:

Até a volta, dr. Getúlio. Vai como foram os grandes homens. Tu que soubeste morrer, levas neste momento o abraço do povo brasileiro, levas especialmente o abraço dos humildes, levas o abraço daqueles que de mãos calosas (calmas)<sup>202</sup> e honradas constroem a grandeza da nossa Pátria. Nós estamos contigo e contigo está todo o povo brasileiro.

<sup>202</sup> Nos anexos do livro de Hélio Silva, este discurso foi transcrito do jornal *O Radical* de 28/8/1954 e a palavra usada é “calmas”. Todavia na versão pesquisada do *Correio do Povo* do dia 27 a palavra está

Palavras e frases de efeito bem entoadas emocionavam e davam mais intensidade àquele momento. Jango não era um exímio orador como Rui Ramos ou Osvaldo Aranha, mas como representante do PTB e já, de certo modo, coroado sucessor e legítimo herdeiro do trabalhismo, suas palavras davam mais emoção ao momento. O enaltecimento da figura de Vargas, a glorificação de sua trajetória e a confirmação do seu legado trabalhista eram fundamentais para que Jango se consolidasse como aquele que seria, a partir dali, o representante do trabalhismo na política nacional.

A ambigüidade era uma característica da personalidade de Vargas e foi importante até mesmo para a construção do mito em torno de sua figura durante o Estado Novo. A ambigüidade é também uma característica fundamental dos mitos: “A ambigüidade é, sem dúvida, própria também da esfera simbólica; não se pode dizer, porém, que o mito é ambíguo porque é simbólico, mas que, ao contrário, se serve da linguagem simbólica – tão intensa quanto aberta – porque é fundamentalmente ambíguo”.<sup>203</sup> E neste momento, mais uma vez, a ambigüidade aparecia com força, pois mesmo depois de morto, Vargas era forte. Como cita Fausto: “A história de Getúlio não termina com sua morte. É preciso ampliá-la numa breve seqüência, pois se há exagero em dizer que os mortos governam os vivos, nem por isso eles deixam de projetar sua presença em dias futuros”.<sup>204</sup> E era essa presença tranquilizadora e forte de Vargas, que Jango, com a sua fala, precisava assegurar que estaria ao seu lado e ao lado dos trabalhadores a partir dali.

### 3.2 A Igreja e a UDN: nem todos que morrem transformam-se em santos

Getúlio Vargas foi amado e odiado, por diferentes grupos, em diferentes situações, ao longo de sua vida e ao longo de sua morte. Segundo Thomas Skidmore, tanto na morte quanto na vida os atos de Getúlio sempre foram cuidadosamente calculados para produzir o máximo de efeito político.<sup>205</sup> O ato suicida praticado por Vargas possibilitou uma diversidade de interpretações e

---

borrada e não se pode ver com clareza, mas ao que parece, a palavra é “calosas”. SILVA, H. **Op. Cit.**, p. 328.

<sup>203</sup> BONAZZI, T. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N. & PASQUINO, G. **Op. Cit.**, p. 760.

<sup>204</sup> FAUSTO, B. **Op. Cit.**, p. 196.

<sup>205</sup> SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo** (1930 -1964). Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 13ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p.180.

representações do ocorrido. Ao significar muitas coisas para muitas pessoas a mensagem de Vargas foi passível de ser interpretada de várias maneiras.

Em contraposição às opiniões dos trabalhistas, que dignificavam o ato suicida como uma ação altruísta do grande estadista, encontram-se as opiniões dos adversários de Vargas. Os udenistas, em sua maioria adversários políticos — e alguns pessoais —, entendiam o suicídio como um ato de covardia encontrado pelo presidente para fugir dos problemas de seu governo. Importante salientar que, na leitura das edições da semana do dia 25 de agosto ao dia 2 de setembro de 1954 não encontramos no *Correio do Povo* muitas menções aos discursos ou manifestações dos membros da UDN sobre o suicídio.

Na edição do dia 25 de agosto, página dez, na seção consagrada a falar sobre os acontecimentos ocorridos “Na Câmara e no Senado”, tem-se a descrição da fala do deputado udenista Afonso Arinos. O texto habitualmente longo desta parte do jornal está dividido em duas partes e transcreve o andamento das sessões do dia anterior nas duas casas. Com o título de “Reverenciada a memória do Sr. Getúlio Vargas em ambas as casas do Congresso Nacional”, o texto começa rapidamente com as saudações do senado à memória de Getúlio Vargas. Logo em seguida se dedica as palavras proferidas na Câmara dos deputados, a começar por Gustavo Capanema (PTB), líder da maioria que inicia seu discurso falando sobre a personalidade de Vargas.

Segundo o jornal, o seguinte deputado que tomou a palavra foi Afonso Arinos, líder da UDN; porém, “nesta ocasião, todos os componentes da bancada trabalhista, abandonaram o recinto...”, pois declaravam que “a presença do orador na tribuna era uma afronta à memória do Sr. Getúlio Vargas”. Segue algumas partes do discurso do udenista:

O drama com que se encerram os acontecimentos políticos que tanto sacudiram o país, pertence à história. À história, também, já pertence a personalidade do presidente Getúlio Vargas. Nunca a expressão corrente de que só a perspectiva do tempo, dá a medida necessária para o julgamento dos homens, encontrará mais legítima explicação do que no caso presente. [...]

Todos os homens vivos e mortos têm o seu quinhão de erros e acertos, de malefícios e de boas ações; mas somente Deus, em quem humildemente creio e firmemente confio, é capaz, na sua justiça de infinita misericórdia, de punir ou premiar, afinal.

O discurso do deputado Afonso Arinos parece colocar a figura de Vargas em um lugar bastante distinto daquele que os petebistas colocavam. Não há nenhuma menção mal-educada ou que degrade a imagem de Vargas, e tampouco uma idéia de glorificar o ilustre morto. O texto parece tratar de Vargas no seu aspecto real e literalmente humano, ser imperfeito, passível de erros e acertos, e abre mão de qualquer julgamento, o qual é deixado para Deus, como em qualquer outro caso. O deputado aponta ainda a fé em Deus como um novo elemento para essa análise. Deus é entendido aqui como o único juiz que poderá julgar os atos dos seres humanos.

A trajetória do deputado mineiro, a exemplo da trajetória de Flores da Cunha, tem as suas aproximações e afastamentos de Getúlio Vargas. De 1930 a 1934, Arinos apoiou Vargas e a Aliança Liberal. Em 1934 rompeu esses laços e mais tarde tornou-se um crítico tenaz do Estado Novo. Em 1945 foi um dos colaboradores no lançamento da União Democrática Nacional e

Com a volta de Vargas ao poder, em janeiro de 1951, passou mover intensa oposição ao governo. Tornou-se então líder da UDN na Câmara e um dos integrantes da ala mais exaltada do partido, conhecida como Banda de Música. Na crise deflagrada em 1954, que culminaria no suicídio de Vargas, propôs a renúncia do presidente e a intervenção das Forças Armadas.<sup>206</sup>

A posição adotada pelos petebistas no começo da fala do deputado da UDN era, portanto, não uma manifestação contra a pessoa do deputado Arinos, particularmente, mas contra a instituição que este representava. Inclusive no começo da próxima fala, o orador Rui Ramos faz um adendo em relação à posição tomada pelos seus colegas de partido no momento da fala do deputado mineiro, explicando que não era nenhuma posição contra a pessoa do deputado udenista em particular, mas sim àquilo que ele representava enquanto instituição.

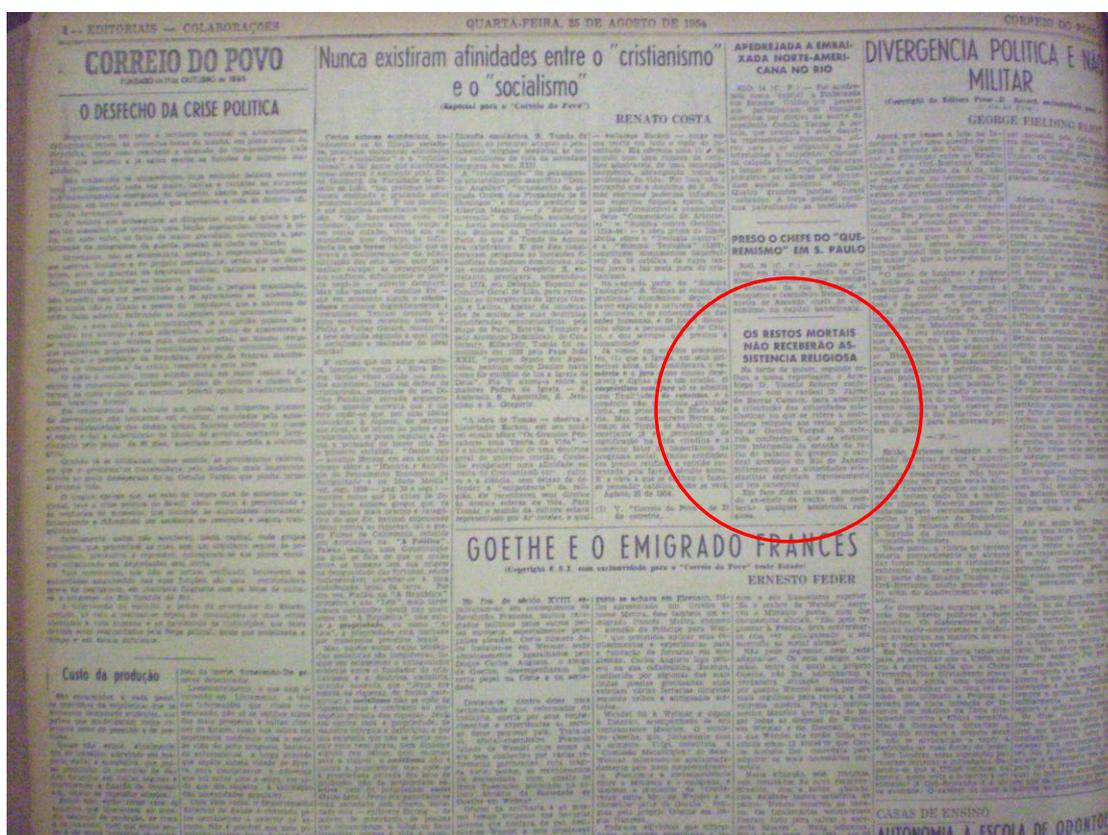
Por se tratar de alguém da ala mais exaltada da UDN, o discurso parecia leve, mas carregava um grande peso moral e tradicional, quase institucional. A fala do deputado parecia apontar que, além de udenista, ele era também cristão, pois colocava a humanidade numa posição submissa aos desígnios divinos. Além de se coadunar às opiniões dos adversários políticos, o discurso de Arinos ia ao encontro das opiniões de outra importante instituição: a Igreja Católica.

---

<sup>206</sup> Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/afonso\\_arinos](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/afonso_arinos)> (24/03/2010).

Na leitura da mesma edição do dia 25 de agosto encontra-se a posição da igreja frente a um dos atos mais abominados pela instituição que, desde 1563, no Concílio de Trento, condena de modo irrestrito o suicídio.<sup>207</sup> Na capa, uma pequena nota merece destaque: “Missas em memória do presidente”. Na íntegra o pequeno texto, vindo do Rio de Janeiro: “As autoridades religiosas acabam de recomendar que todas as missas de amanhã sejam rezadas em memória do sr. Getúlio Vargas”. Parece haver divergência entre as posições eclesiásticas já que a igreja não pode encomendar missas a um suicida. Mas se atentarmos ao pequeno texto, percebe-se que as missas são em *memória* de Getúlio Vargas e não indicam a encomendação do corpo.

Na mesma edição, página quatro, consta um pequeno artigo que tem o título bastante elucidativo: “Os restos mortais não receberão assistência Religiosa”, um pequeno anúncio de cerca de 20 linhas, no meio da página. O leitor deve estar muito atento, pois é bem provável que a pequena nota passasse despercebida, apesar de estar centralizada na página.



Correio do Povo, Porto Alegre, ano 59, nº 270, 25 de ago., 1954, p. 04.

<sup>207</sup> PUENTE, Fernando Rey (Org.). **Os filósofos e o suicídio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 32.

A pequena notícia diz que as autoridades eclesiásticas “seguiriam rigorosamente as leis canônicas” e por isso não recomendariam “os restos mortais do ex-chefe da nação”. Pode-se pensar então que a igreja não abriria exceção por se tratar de um ex-presidente do Brasil, ratificando o caráter terreno e absolutamente comum que essa instituição dava a Getúlio Vargas. Ela continuaria seguindo suas “leis canônicas” de negação e repúdio aos suicidas. Conforme Michael Gilseman, citado por Peter Burke, “a santidade, talvez mais que qualquer outra coisa na vida social, está no olhar do observador”.<sup>208</sup> E a igreja não estava disposta a ver em Vargas seu aspecto sagrado.

Ainda no tocante às posições da igreja, na página nove da mesma edição, há outro artigo que desperta interesse: “Participa o Arcebispo D. Vicente Scherer do Luto Nacional” que está localizado na parte inferior central da mesma página e ocupa um pequeno quadro. O jornal cita que esteve à procura do arcebispo na Cúria Metropolitana e que ele teria dito as seguintes palavras sobre a morte de Getúlio Vargas:

Sem aprovar a trágica decisão do Sr. Getúlio Vargas, de pôr termo à própria existência, participo do luto nacional que esse doloroso acontecimento provocou, e recorro com profunda emoção as palavras que pronunciou o bispo Massilon ao fazer o elogio fúnebre do Rei-Sol, Luiz XIV, rei da França: “Só Deus é grande”.

Ao falar em nome da igreja, o arcebispo, mais uma vez coloca Getúlio Vargas em seu lugar terreno, desconsiderando, portanto, qualquer intenção de mitificá-lo. Com a declaração de que “Só Deus é grande” o arcebispo estaria querendo dizer que Getúlio não merecia o caráter grandioso que os populares e partidários lhe conferiam e que só Deus, e talvez os santos, sobrevivem ao tempo. Mesmo assim o representante da igreja compara Vargas a Luiz XIV, o que de certa forma faz dele um ser mais poderoso que os demais cidadãos. Mais uma vez a ambigüidade das expressões facilita a construção de uma “aura” mítica em torno de Vargas morto.

Na leitura do clássico “Os reis Taumaturgos”, de Marc Bloch, no prefácio à edição francesa escrito pelo também célebre Jacques Le Goff, fica claro que “Marc Bloch não compara o poder de curar dos reis da França e da Inglaterra na Idade Média ao dos chefes carismáticos de outras sociedades, pois já percebe os limites

---

<sup>208</sup> BURKE, Peter. **O que é história cultural?** São Paulo: Jorge Zahar, 2005, p. 85.

de um método comparatista ao qual, no entanto, é levado”.<sup>209</sup> É importante, porém, fazer alusão a este texto exemplar no que tange ao comportamento dos reis taumaturgos frente à igreja: “A luta dos reis para adquirir um poder miraculoso desenvolve-se menos no terreno sacerdotal do que na área do sagrado que se situa na terceira função. O adversário do rei é sempre a Igreja”.<sup>210</sup> Evitando o anacronismo — sempre o mal mais temido pelos historiadores —, é interessante pensar na inversão de papéis desses dois atores em questão e analisar que talvez o adversário da igreja seja normalmente aquele que tenta tomar o seu papel de detentora do poder sagrado e divino. Daí decorre a pertinência da afirmação do arcebispo enquanto um representante desta instituição secular que teme quem parece ser mais forte que ela.

As posições eclesiásticas estão intrinsecamente ligadas com as questões rotineiras e cotidianas da contingência humana. Segundo Max Weber “A ação ou o pensamento religioso ou ‘mágico’ não pode ser apartado, portanto, do círculo das ações cotidianas ligadas a um fim, uma vez que também seus próprios fins são, em sua grande maioria, de natureza econômica”.<sup>211</sup> Assim, quando algo *extracotidiano* (segundo Weber a dominação carismática é de caráter *extracotidiano*) a desestabiliza, as divergências afloram.

Conforme Max Weber há três tipos de dominação legítima nas sociedades, são elas:

1. de caráter racional: baseada na crença na legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal), ou
2. de caráter tradicional: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtude dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional), ou, por fim,
3. de caráter carismático: baseada na veneração extracotidiana da santidade, do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática).<sup>212</sup>

O importante sociólogo aponta que nenhum dos três tipos existe de maneira pura e isolada nas sociedades, o que não impede “em ocasião alguma a fixação do

<sup>209</sup> LE GOFF, Jacques. Prefácio a edição francesa. In: BLOCH, Marc. **Os reis Taumaturgos**. São Paulo: Cia das Letras, 1993 [1924], p. 25.

<sup>210</sup> BLOCH, M. **Op. Cit.**, p. 33.

<sup>211</sup> WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3 ed. Brasília: Editora da UnB, 1994, Vol 1, p. 279.

<sup>212</sup> Idem, *ibidem*, p. 141.

conceito na forma mais pura possível”.<sup>213</sup> O enquadramento de Vargas como um líder carismático, segue, assim essas premissas. Muitas vezes ao longo de sua trajetória política ele pôde ser identificado mais como tipo racional ou tradicional (nem tanto) e outras, e na sua maioria, como do tipo de dominação carismática.

Segundo Weber, o poder que o herói irradia após a morte é análogo ao divino.<sup>214</sup> Ele cita ainda que a dominação carismática, como no caso de Vargas, obedece a critérios muitas vezes irracionais: “A dominação burocrática é especificamente racional no sentido da vinculação a regras discursivamente analisáveis; a carismática é especificamente irracional no sentido de não conhecer regras”.<sup>215</sup>

As posições da Igreja podem ser entendidas, portanto, como uma tentativa de apaziguar e diminuir as manifestações de desespero. Pretendiam apresentar critérios para que o suicídio de Vargas não desencadeasse um novo processo de mitificação que seria muito mais nocivo aos preceitos da igreja, já que se tratava de um processo de mitificação de um morto, quase um processo de divinização. Também pode ser uma tentativa da igreja interferir na elaboração de “representações”, manifestando, assim, seu desejo de ter autoridade na definição da imagem de Getúlio Vargas morto.

Na edição do dia 31 de agosto, página sete, foi publicado o sermão do arcebispo metropolitano Dom Vicente Scherer em razão da missa de sétimo dia de morte de Vargas. Nessa fala fica clara a posição da igreja sobre o suicídio:

A filosofia cristã considera o suicídio um atentado aos direitos soberanos de Deus, senhor supremo e exclusivo da vida que nele tem a sua origem. Por mais dura e aparentemente inútil que seja ou pareça uma existência, conserva ela sempre sua principal finalidade, que é a de encaminhar à glória celeste. A morte voluntária, escolhida para resolver situações aflitivas e martirizantes, opõe-se também, na concepção cristã do universo, à sujeição incondicional aos próprios deveres à custa de qualquer sacrifício. O heroísmo de suportar a adversidade, quiçá a injustiça humana, é maior, também à luz dos princípios da razão natural, que o heroísmo da ação mesmo quando esta fosse de autodestruição.

Sintomático ou não as semelhanças entre os discursos da igreja e do deputado udenista Afonso Arinos são evidentes. O suicídio é entendido como uma prática discriminada e o único que pode julgar e perdoar o ato do suicida é Deus, em

---

<sup>213</sup> WEBER, M. **Op. Cit**, p. 141 nota 2.

<sup>214</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 281.

<sup>215</sup> *Idem*, p. 160.

toda sua glória e misericórdia. Enquanto que a posição dos petebistas, dos trabalhistas e dos simpáticos à Vargas resultava no imediato contrário, como já foi visto ao longo deste trabalho, nos capítulos anteriores e neste mesmo. A escolha em tratar o suicídio como um ato de renúncia, com base nas próprias palavras de Vargas na carta testamento, aproxima o presidente a Cristo, próprio filho de Deus. A opção em glorificar Vargas, como aquele que seria o chefe imortal e guia dos trabalhadores, desautoriza qualquer outro ser transcendental. No entendimento daqueles que mitificavam Vargas morto, não seria Deus quem iria julgar o ato suicida, pois, Vargas, de antemão, já estaria perdoado quando renunciou a sua própria vida em favor dos humildes — conforme ficou gravado na carta testamento — assim como Jesus Cristo morrera crucificado pela humanidade.

Na continuação do discurso, o arcebispo salientava os atos sociais de Getúlio Vargas ao longo de anos no governo, os quais a igreja tanto prezava. E finalizava, mais uma vez, evocando a piedade divina, de Deus, neste caso.

Unindo, pois, as nossas orações à oferta do sacrifício do Corpo e do Sangue de Cristo, que se imola no altar, fiados na infinita misericórdia de Deus 'que quer que todos os homens se salvem' (1 Tim. 2,4), confiamos em que a alma do falecido Presidente, a quem a Igreja e a Pátria, devem assinalados benefícios, nos últimos instantes de vida e de agonia, se tenha voltado para Deus num ato de fé, de esperança, de contrição e de amor, para alcançar a vida eterna.

Esta é uma das raras vezes que as palavras sangue e sacrifício estão vinculadas diretamente a Cristo e não a Vargas. A utilização de termos consagrados pelo uso religioso estão presentes nas mais distintas publicações no *Correio do Povo*, como foi visto ao longo deste trabalho, mas aqui é a primeira vez que eles aparecem no lugar comumente usado pela igreja, já que se tratava de uma manifestação desta instituição.

### 3.3 Rui Ramos, pelo Rio Grande e pelo Brasil

*Ruy Ramos poderia ser definido do mesmo modo que Susan Sontag, em sua obra *Sob o Signo de Saturno*, o fez com Antonin Artaud — “carne com palavras”. Em verdade, todos os que o conheceram pessoalmente e os que o viram discursar, recordam ter sido sua palavra mais que som — era gesto, postura, olhar, músculos, troca de energias com o ouvinte (quanto maior a multidão mais elétrico este intercâmbio). Em suma, tratava-se de uma representação dramática.<sup>216</sup>*

As manifestações de Rui Ramos publicadas no *Correio do Povo* na semana do suicídio de Getúlio Vargas foram todas proferidas na Câmara Federal. Aqui trataremos do discurso publicado na edição do dia 25 de agosto que estava na mesma seção citada anteriormente de “Na Câmara e no Senado”. O jornal dá o subtítulo de “Na tribuna o Sr. Rui Ramos” à fala do deputado alegretense, que começa com o pedido de desculpas pela posição dos seus colegas de partido, como já exposto. O discurso publicado no *Correio* não está na íntegra, conforme foi possível constatar a partir da leitura do livro “Perfis Parlamentares”. Os trechos publicados pelo jornal serão aqui apontados como tal.

É importante grifar que este discurso foi pronunciado no mesmo dia do suicídio e, portanto, estava emoldurado pelo calor da hora. Cabe também atentar para o lugar de enunciação desta preleção, pois mesmo que não tenha sido proferida em frente ao esquife, no enterro de Vargas, faz referência a um momento de total exaltação de ânimos. A capital federal estava fervilhando. Manifestações e depredações dividiam o palco dos acontecimentos com o corpo do presidente exposto à visitação no Catete. Talvez os discursos proferidos em São Borja tivessem até mais tempo de serem pensados do que este pronunciado ainda em meio aos tumultos do Rio de Janeiro. Por se tratar de um exímio orador, reconhecido pela facilidade da oratória, o improvisado e o momento podem ter contribuído para que este fosse um dos discursos mais aplaudidos na vida política de Rui Ramos. Conforme o livro “Perfis Parlamentares” este discurso pronunciado na Câmara Federal foi “o maior momento de Ruy Ramos, como orador, no Parlamento brasileiro”.<sup>217</sup>

---

<sup>216</sup> RAMOS, R. *Op. Cit.*, p. 24.

<sup>217</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 193.

Depois das saudações pesarosas aos seus colegas de bancada e do pedido de desculpas, o deputado fala de sua viagem do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro naquela madrugada, a bordo de um avião cargueiro. Conforme o discurso, quando desembarcou na capital federal Ramos soube do infortúnio e encaminhou-se imediatamente ao Catete. Lá o ex-ministro, seu conterrâneo Osvaldo Aranha, lhe colocaria a par dos últimos acontecimentos. Depois dessa explanação inicial, o alegretense fala sobre os bilhetes deixados por Getúlio Vargas e de como, em sua opinião, o ato praticado pelo presidente era de força e coragem:

Vou ler à Câmara esses documentos, que desejo passem a fazer parte integrante do meu discurso. Além deste documento formal, em que o presidente tanto se agigantou, escreveu à mão num outro papel outras palavras. Desejei, Srs. Deputados, fixar estes aspectos pela grandeza, pelo heroísmo, pela nobreza, pela superioridade moral com que morreu o presidente Getúlio Vargas. Os suicídios têm sido objeto, através da história, da filosofia, literatura e ciência, de debates inúmeros. Há quem considere o suicídio uma manifestação de desespero e fraqueza. Houve, porém, um filósofo que estabeleceu a conceituação mais exata, mais feliz dessa tragédia do ser humano. Este pensador classificou os suicídios em suicídios de fraqueza e em suicídios de força, e mostra como em oportunidades diferentes, essas manifestações dos impulsos do ser humano, se diversificam perfeitamente.

Como o próprio deputado cita em sua fala, muitos são os que já se dedicaram a pesquisar sobre o suicídio. O filósofo Albert Camus, em *O mito de Sísifo*, de 1942, já citava que "só há um problema filosófico verdadeiramente sério: o suicídio".<sup>218</sup> Infelizmente o deputado não nomeia, nesta fala, o autor ao qual faz referência, mas o leque de estudiosos do tema é vasto:

Argumentos contrários ao suicídio e favoráveis a ele (na maioria das vezes favoráveis em circunstâncias específicas) foram bem explicitados desde a Antiguidade. Se a vida não nos pertence, se não escolhemos o momento de nascer, o que nos autorizaria então a deixá-la quando assim deliberássemos? A metáfora da sentinela que se encontra em seu posto e não pode abandoná-lo sem uma autorização da divindade (presente em Platão, mas de procedência pitagórica), bem como o argumento complementar, igualmente presente no *Fédon*, segundo o qual a vida não nos pertence, mas sim à divindade que no-la concedeu, perfez uma longa trajetória durante a qual se cristianizou.<sup>219</sup>

A metáfora usada no discurso de Rui Ramos é a de um comandante de barco frente a um naufrágio, metáfora comum desde a antiguidade grega para fazer

<sup>218</sup> PUENTE, F. R. **Op. Cit.**, p. 9.

<sup>219</sup> Idem, *ibidem*, p. 10.

analogias ao governo de um país. Para ele o suicídio do presidente Getúlio Vargas foi um suicídio de força, como o de um comandante que permanece na sua embarcação que naufraga.

O discurso publicado pela Câmara dos Deputados no livro “Perfis Parlamentares” tem algumas discrepâncias daquele publicado no *Correio do Povo*, nada, porém, que transforme o significado geral do texto. Por isso a partir daqui apontaremos quais os trechos foram publicados no jornal e quais foram publicados no livro para que as diferenças sejam percebidas também pelo leitor. No jornal, o discurso continuava da seguinte forma:

Eu o vi estendido na cama, vestido de preto, com a fisionomia pálida, mas serena e tranqüila. Estava numa atitude de quem morre, porque precisava morrer, assim como uma lição, como um exemplo do simbolismo histórico de seu país, sem lutas sociais.

No livro “Perfis Parlamentares” o discurso está publicado de outra forma, mas o que mais chama atenção é a diferença numa simples palavras que muda totalmente o sentido da preleção:

Eu o vi, logo ao chegar, estendido na cama. Ninguém diria que Getúlio Vargas estava morto. Vestido de preto, com a gravata bem atada, os sapatos bem lustrados, fisionomia pálida, mas serena e tranqüila. Normalmente estendido, um pouco oblíquo do travesseiro aos pés da cama. Essa era a atitude de quem morria, porque precisava morrer, assim, como uma reação, como um exemplo,<sup>220</sup> como um simbolismo na História de seu país e de suas lutas sociais.

Parece que o jornal fez um resumo do discurso que anos depois foi publicado na íntegra pela Câmara Federal. Mas o principal neste trecho está na última frase. No texto publicado no jornal, é dito que Vargas era um “exemplo do simbolismo histórico de seu país, *sem lutas sociais*”; enquanto que no livro está publicado que Vargas era um exemplo “na História de seu país e de *suas lutas sociais*”. Provavelmente um erro de digitação, que prejudica o entendimento da frase. Rui Ramos, um petebista, não faria uma afirmação que colocaria em cheque todo o trabalho do próprio Vargas frente às mudanças sociais implantadas principalmente a favor dos trabalhadores. Afinal, o deputado parecia fazer referência exatamente a Vargas como o exemplo dessas lutas.

---

<sup>220</sup> RAMOS, R. *Op. Cit.*, p. 194.

Na continuação de seu discurso, o deputado dá um tom mais sentimental às suas palavras. Aqui é mais uma vez importante lembrar que ele falava para seus colegas deputados e como um bom cristão protestante<sup>221</sup> que era não perderia a oportunidade de fazer referência à Bíblia e a Cristo (conforme o *Correio*):

Nós precisamos de líderes que vivam. Nós precisamos de líderes que saibam viver, que tenham dignidade de viver. Mas estes líderes, que vivem, não são os que permanecem. Há os líderes que vivem, mas não ficam com o coração na história.

Um líder, para se caracterizar como líder, precisa saber morrer. O grande líder é aquele que morre e permanece líder no futuro. É aquele que na hora extrema, ainda sabe pensar alto para transmitir sua mensagem na estrada do porvir. Há uma similaridade entre a morte heróica do presidente Getúlio Vargas e a morte evangélica do nazareno na Cruz. Nesse documento, deixado pelo grande presidente, há várias passagens de uma admirável concordância, Cristo dizia, vendo aquela massa ululante que lhe cuspia no rosto: “Pai perdoai-lhes, eles não sabem o que fazem”.

Getúlio Vargas disse: “Ao ódio respondo com perdão”. Até no ponto fraco desse documento, Getúlio Vargas se identifica com a grandeza evangélica de Cristo. Ponto que me parece fraco, no teor do documento, é este em que ele afirma: “Tudo suportando em silêncio, tudo esquecendo, renunciando a mim mesmo, para defender o povo que agora se queda desamparado”. Pensou o presidente, quando só em seu quarto, cercado e acudado de todos os lados, que o povo, o seu povo, especialmente os humildes que o elegeram sempre, que esse povo estava desamparado.

Também Cristo teve esta mesma fraqueza, quando sofrendo dores tremendas, fez passar por ele o cálice das amarguras, e declarou: “Pai, por que me abandonaste?” Cristo falando a Deus, na hora de sua tragédia se sentiu abandonado. Getúlio Vargas também nesta hora trágica de sua vida, nesse solilóquio, que tem feito a glória de poetas e filósofos, Getúlio Vargas também admitiu que ele e seu povo estariam abandonados.

As palavras de Ramos têm o mesmo teor cristão nas duas publicações, no livro, entretanto, outros elementos são também apresentados: “Cristo, o Filho de Deus, na hora de sua tragédia, naquele dualismo terrível de ser, ao mesmo tempo, Homem e Deus, Cristo se sentiu abandonado”.<sup>222</sup> O *Correio* não apresenta esse trecho. Ou por simples recurso para resumir a fala do deputado, ou propositalmente para não levantar possíveis questionamentos a respeito da crença ou religião que o jornal pudesse adotar.

<sup>221</sup> “Apesar de aluno, como vimos, de colégio metodista, é, somente já casado e pai, que ele se vai converter, perante a comunidade evangélica de Alegrete, em membro da Igreja. No modesto templo, atuou, durante longos anos, como guia leigo (o guia leigo era quem fazia os sermões nos cultos do meio da semana, às quartas-féias, e substituíu o pastor em suas ausências). Foi também professor da Escola Dominical, para as classes de jovens e homens. Deu cursos de liderança e eficiência cristãs, sempre retirando do convívio com os mais humildes, exemplos e inspiração para a sua vida política. Só os esquemas de seus sermões mereceriam uma publicação, pela firmeza da fé e a inspiração da palavra”. In: RAMOS, R. **Op. Cit.**, p. 93.

<sup>222</sup> Idem, *ibidem*, p.195.

O discurso do deputado, conforme o *Correio do Povo*, apresentava em seguida novos elementos que davam continuidade ao pensamento exposto:

Bem sabia ele que não estaria desamparado, porque as leis sociais que só Vargas começou no Brasil, é que transformaram a massa popular em povo. E hoje no Brasil, já há, graças à sua ação, um povo que o seguirá pelos tempos em tempos. Isto que ele disse em seu documento, e segundo o qual seu nome se transformará numa bandeira, há de ser um fato no caminho da nossa história.

No discurso publicado anos mais tarde, a frase sobre a transformação da “massa popular” em “povo” tem uma continuação que não é apresentada no jornal:

Bem sabia ele que não ficaria desamparado, porque aí estão as leis sociais e, especialmente, a consideração, afinal, dada aos trabalhadores do Brasil, a essa massa popular que só Getúlio Vargas começou a transformar em povo, pela consciência de seus direitos e de suas responsabilidades.<sup>223</sup>

Foi durante o Estado Novo que a idéia de povo — com direitos e deveres — começou a ser formulada e manipulada pelo estado. Essa formulação está intimamente ligada à construção do mito Getúlio Vargas. Os ideólogos do Estado Novo, como Francisco Campos, atuaram na construção da figura de Vargas como a encarnação do próprio Estado-Nação. Conforme Angela de Castro Gomes:

A identificação entre Estado e nação, bem como a concentração da autoridade do Estado na figura do presidente, nessa proposta, eliminava a necessidade de ‘corpos intermediários’ entre o povo e o governante, segundo o modelo de partidos e assembleias que traduziam interesses particulares e desagregadores.<sup>224</sup>

A massa trabalhadora devia estar corporativamente sindicalizada para que pudesse ser chamada de povo. Deveriam cumprir seus deveres para o estado poder também cumprir com o seu e oferecer ao povo a cidadania. A frase que falta na publicação do *Correio* é significativa por isso. O povo se inseria dessa forma no cenário político nacional, como afirma Castro Gomes:

O par de interlocutores legítimos estava formado: de um lado o povo, a quem se apelava como fonte e base do governo e que era identificado na população de trabalhadores corporativamente hierarquizada; de outro, o

<sup>223</sup> RAMOS, R. *Op. Cit.*, p.195.

<sup>224</sup> GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org. do volume). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, vol. 4, 1998, p. 498 – 558, p. 516-517.

Estado, corporificado funcional e pessoalmente na figura do presidente Getúlio Vargas. A relação direta líder-massa tinha, nesses termos, a dupla feição da representação de interesses e da representação simbólica, e Vargas transformava-se no terminal adequado para ambas. O projeto permitia, enfim, a inserção do povo no cenário político, sob controle ao mesmo tempo científico e pessoal do Estado-presidente.<sup>225</sup>

Vargas fez, pela primeira vez, com que o Estado se aproximasse do povo e o povo se aproximasse do Estado. Isso foi uma inovação na política nacional já que o funcionamento político antes da Revolução de 1930, a chamada República Velha, desprezava qualquer interação com o povo. Com a implementação do DIP que tinha a frente o ministro Lourival Fontes a voz de Vargas chegou a todos os cantos do país e essa interação foi inevitável.

Foi idéia de Fontes retratar o afável chefe de Estado como ‘pai dos pobres’, cobrindo a nação de propaganda, popularizando um novo vocabulário de veneração ao herói (a ‘voz’, como em ‘a voz do povo’, era uma das palavras sagradas; ‘povo’, outra). Vargas trabalhou com afinco para aperfeiçoar os maneirismos e o jeito de falar que contribuíram para sua imagem de líder competente e paternalista. Suas falas eram sempre curtas e simples: desviavam-se dos floreios retóricos dos políticos tradicionais e evitavam palavras pomposas.<sup>226</sup>

Daí advém a pertinência e a importância do termo usado inteligentemente por Ramos em seu discurso. Mesmo com a utilização de recursos por parte do *Correio do Povo* para resumir a fala do deputado, a idéia central deste trecho não foi alterada. Na íntegra, entretanto, vê-se que o deputado salienta e dá ênfase ao termo buscando valorizar a importância de Vargas na formatação do “povo”, os “trabalhadores do Brasil”.

Encaminhando-se para a parte final do discurso, Ramos destaca o papel importante da oposição no desencadeamento da crise que culminara com o suicídio do presidente. Antes de criticar duramente Carlos Lacerda, ele cita que a UDN poderia ter escolhido bons nomes para fazer oposição a Vargas, “homens da envergadura de Afonso Arinos, de um Raul Pila, de um Flores da Cunha ou outra figura desse mesmo quilate e grandeza moral, nós teríamos respeitado essa oposição.” Mas para desgosto de Ramos e dos getulistas,

<sup>225</sup> GOMES, A. C.. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, L. M. (org. do volume). Op. Cit., p. 525.

<sup>226</sup> LEVINE, R. Op. Cit., p. 95.

As oposições tomaram para sua bandeira um moço meio paranóico, meio iluminado; meio demagogo, meio psicopata, de talento invulgar e, por isso mesmo, de periculosidade extraordinária; um homem que tem sido o vento de todas as tempestades que, ultimamente, abalam o Brasil; homem que tem usado a arma mais perigosa, que é a arma verbal, porque é uma arma irresponsável, é uma arma incontível, é uma arma cujos efeitos e cujos golpes ninguém pode prever, nem conter, nem deter.<sup>227</sup>

Lacerda, feroz adversário de Vargas, vinha fazendo oposição ativa ao governo desde 1953 quando “fundou no Rio de Janeiro o Clube da Lanterna, congregando diversos parlamentares, principalmente udenistas, no combate ao governo Vargas”.<sup>228</sup> Ele esteve envolvido nos acontecimentos do mês de agosto de 1954, no atentado da Rua Toneleros, e a partir dali parece que havia se resignado a destituir e destruir Getúlio Vargas.

Rui Ramos indica em seu discurso que Lacerda conquistou vários seguidores. Também diz que as suas idéias ou ele próprio, o jornalista, adentraram até mesmo nas portas da igreja. Segue a fala do alegretense, conforme o *Correio do Povo*:

E houve até um senador, líder católico, que declarou que esse era realmente sua bandeira, seu guia e seu pensamento para suas atitudes políticas. De modo que isto nos dói, porque nós não nos podíamos conformar com a enxurrada de desaforos, infâmias e difamações que se derramou como onda de veneno, contaminando todas as classes. Envenenou a mocidade, intoxicou as forças armadas, transformou a oposição num fogo de animosidades e ódios, e chegou ao cúmulo de penetrar no seio da própria igreja, de cujos púlpitos aquelas mesmas ofensas era ditas, no mesmo tom de irresponsabilidade e ultraje com que aquela bandeira fora acesa em toda a campanha.

A fala de Ramos aponta para o que foi anteriormente citado: as aproximações da UDN com a igreja. Já nas saudações finais, o deputado diz que os trabalhistas haviam perdido a bandeira de seus ideais “que nós esperávamos levar pelo futuro até a concretização daquele sonho de justiça social no Brasil”.

O *Correio do Povo* faz um rápido resumo das últimas palavras de Ramos, o texto já parecia o suficientemente longo e talvez daí a escolha em resumir rapidamente essas últimas frases. A publicação resume dessa forma o final do discurso:

Volta a se referir o orador, em seguida, aos dois documentos deixados pelo presidente Getúlio Vargas, que passarão, definitivamente, à história e

<sup>227</sup> RAMOS, R. *Op. Cit.*, p. 196.

<sup>228</sup> Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos\\_lacerda](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos_lacerda)>. (14/04/2010).

amanhã os filhos e netos de seus ferrenhos adversários, inimigos de hoje, estarão a cultuar o homem tão vilipendiado, tão caluniado.

As palavras de Rui Ramos haviam sido as seguintes, conforme o livro “Perfis Parlamentares”:

Assim, os grandes homens, de fato, precisam de História. Isso que Getúlio disse, que a História falará por ele, é uma tremenda verdade. Sobre os grandes homens só há uma palavra que deve ser ouvida no tempo: é a palavra da História. Getúlio Vargas precisa dessa palavra da História. Com o tempo, ele ressuscitará para as novas gerações e, desaparecido o ódio e extintas as paixões e a demagogia, então o grande brasileiro será o símbolo de uma época neste País e mais um dos patriarcas da nossa nacionalidade.<sup>229</sup>

Ramos parece delegar à história a consagração do processo de mitificação, ou, de outro modo, o encerramento deste processo. Para Ramos, quando a história falar, Getúlio Vargas deixará de ser um mito, envolto em paixões ou ódios, para se tornar um importante governante que marcara a história política do país.

As palavras do deputado alegretense foram, em São Borja, reforçadas, num tom ainda mais sentimental. Conforme Luciana Heymann

A morte tem um papel importante na construção da idéia de um legado, na medida em que ela é, ao mesmo tempo, fim de um percurso e condição de consolidação de uma finalidade, um sentido, para esse percurso. Com a morte, especialmente a morte heróica, os homens públicos fazem a passagem de uma forma de existência dominada pelas vicissitudes conjunturais, pelas disputas que caracterizam o tempo da política, àquela marcada pela noção de continuidade, de superação da própria morte, que caracteriza o tempo histórico. O suicídio de Getúlio é emblemático do ponto de vista de uma morte a qual associou-se o atributo da heroicidade, já que a interpretação do gesto aproximou-o do sacrifício pessoal perpetrado para solucionar a crise que assolava o país.<sup>230</sup>

Neste trabalho a professora do CPDOC — Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil — mostra, em contrapartida, que não foi, para ela, o ato suicida de Vargas o definidor de um destino singular para sua memória. Sem desmerecer a importância deste ato final, a professora, numa leitura de Renato Lessa, entende que com o suicídio Getúlio Vargas perdera a propriedade sobre o seu significado enquanto ator.

<sup>229</sup> RAMOS, R. *Op. Cit.*, p. 197.

<sup>230</sup> HEYMANN, Luciana. **Cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um "legado"**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004, p. 3-4. Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arg/1611.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/1611.pdf)> (26/11/2009).

A fala de Ramos, por seu turno, consagra a Vargas um lugar mais “real” que os demais oradores lhe dedicam. Ao citar que ele ficará na história política do país, reafirmando as palavras do próprio morto na carta testamento, — “Serenamente dou o primeiro passo no caminho da eternidade e saio da vida para entrar na história” — o orador confere a eternidade ao ilustre morto. Não a eternidade que pode ser efêmera dos mitos, mas a eternidade na história política do Brasil.

### 3.4 O discurso de Osvaldo Aranha: um diálogo entre mortos e vivos

*Superdotado de inteligência, sem ser culto, era capaz de tratar de qualquer assunto com qualquer pessoa em qualquer lugar; sua capacidade de improvisação era legendária e sua intuição capaz de dar-lhe o rumo certo em meio à bruma do desconhecido; a simpatia, que esbanjava, chegava a ser perigosa, tal a capacidade de envolver e agradar e conquistar; valente, a coragem atingia as raias da temeridade; escrevia com elegância, dono de frases lapidares, e falava com eloquência, quer dizer, com espontaneidade; o instinto à flor da pele, lembrava um animal, melhor diria, um potro, músculos de aço, narinas dilatadas, olhos vivos, pronto para correr, saltar, vencer, como herói.<sup>231</sup>*

O último orador que usou da palavra naquela manhã do dia 26 foi Osvaldo Aranha. Visivelmente comovido o ex-ministro fez um discurso de improviso, como de costume, que ficou marcado como um dos mais emocionados de sua carreira. As trajetórias políticas de Aranha e Vargas têm grandes pontos de encontros, interseções, aproximações; mas também têm entraves, divergências, afastamentos e desacordos. A manifestação fúnebre do embaixador alegretense evidencia alguns desses pontos.

O *Correio do Povo* apresenta a fala de Aranha de dois modos, e em duas edições diferentes. No dia 27, o jornal publica o comentário de Antonio Carlos Ribeiro sobre o discurso. É, portanto, a apreensão do enviado o primeiro modo através do qual os leitores do periódico têm acesso ao discurso e não diretamente à

---

<sup>231</sup> BROSSARD, Paulo. Introdução. In: ARANHA, Osvaldo. **Parlamentares Gaúchos**. Osvaldo Aranha: discursos (1916 – 1931). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999, p. 19.

fala do ex-ministro. O discurso de Aranha seria publicado na íntegra, sem comentários, apenas na edição do dia 28.

“O adeus comovido do ex-ministro”, na página 16 daquela edição, é o título do artigo do repórter. O texto é um resumo da fala de Osvaldo Aranha e inicia citando que a manifestação do alegretense além de ser uma oração de adeus a Vargas era também um “pronunciamento político”. Ao longo do artigo, o autor faz um resumo das palavras pronunciadas na fronteira, transcrevendo alguns trechos que seriam publicados na íntegra no dia seguinte, que será sobre o qual nos debruçaremos.

No prefácio do livro “Perfis Parlamentares — Osvaldo Aranha”, Pedro Simon, hoje senador da república, dedica algumas palavras ao grande orador daquela manhã de agosto de 1954:

Vi Osvaldo Aranha pela primeira vez em 1954, em São Borja. Jovem, peguei uma carona em Porto Alegre e fui até lá para assistir ao enterro de Getúlio Vargas, o maior político gaúcho de todos os tempos. Naquela ocasião, grandes oradores discursaram à beira do túmulo de Vargas, entre eles Tancredo Neves, Jango e Osvaldo Aranha. Muitos deles me impressionaram, mas o que mais me emocionou foi o pronunciamento de Osvaldo Aranha, reconhecidamente um dos maiores tribunos brasileiros.<sup>232</sup>

Oswaldo Aranha e Getúlio Vargas faziam parte de uma mesma geração de políticos gaúchos, denominada por Joseph Love de “geração de 1907”. Conforme Luciano Aronne de Abreu, faziam parte deste grupo Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Paim Filho, Flores da Cunha, Maurício Cardoso e Osvaldo Aranha.<sup>233</sup> O que possibilitou o aparecimento deste grupo de destacados políticos no cenário político do Rio Grande do Sul foi, conforme o autor, a decadência da dominação de Borges de Medeiros, “que era extremamente centralizadora e limitava o aparecimento de novas lideranças”.<sup>234</sup>

É neste contexto que as ações políticas de Vargas e do seu grupo configuram o que Luciano de Abreu chama de “construção do mito Vargas” no contexto regional. O ápice desta construção deu-se com a eleição à presidência do estado do Rio Grande do Sul em 1928. Conforme Abreu, ele “era, realmente, o membro mais

<sup>232</sup> SIMON, Pedro. Prefácio. In: ARANHA, Osvaldo. **Op. Cit.**, p. 17.

<sup>233</sup> ABREU, Luciano Aronne de. **Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-1930**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 26.

<sup>234</sup> Idem, *ibidem*, p. 53.

destacado entre os políticos de sua geração”<sup>235</sup> e carregava desde cedo a fama de conciliador e bom estrategista político.

O nome de Vargas, como veremos, era o único capaz de congregar em torno de si um maior número de apoios políticos. Assim, dadas as circunstâncias, sua indicação para a Presidência do Estado passa a ser a solução para os problemas então existentes, o que assinala mais um momento importante no processo de construção de seu mito.<sup>236</sup>

Oswaldo Aranha foi o Secretário do Interior e Exterior do governo Vargas e teve papel fundamental na organização e deflagração do movimento revolucionário de 1930. Ainda em 1929, organizou o primeiro Congresso das Municipalidades, que resultou na formação da Frente Única Gaúcha. A importância de Aranha na idealização deste congresso demonstra a ampla visão política do alegretense. Conforme Luciano de Abreu:

A construção do mito Vargas passa, necessariamente, por esse evento. A partir do Congresso, como já foi dito, dá-se o primeiro passo para a formação da Frente Única Gaúcha (FUG), que vai sustentar a candidatura de Vargas à Presidência da República, como candidato de oposição ao Catete.<sup>237</sup>

Dois homens distintos, Vargas e Aranha, e com personalidades peculiares. Conforme descreveu João Neves da Fontoura, vice-presidente do Rio Grande do Sul em 1928, em suas *Memórias*:

Os temperamentos de Vargas e Aranha contrastavam por completo. Talvez por isso se houvessem entendido no meio de suas separações, reservas e profundas desarmonias, como acontece comumente em certos casais. Na política, como no amor, não raro se processa o acordo dos contrários. Aranha — homem—multidão — vivia sempre cercado, a casa cheia, falando sem cessar. Os amigos acampados dia e noite em volta dele, constituíam, embevecidos, sua permanente platéia. Vargas, ao oposto, apesar de comunicativo, muito atraente no trato pessoal, acolhedor, de uma grande simpatia física, gracioso nas palavras, era um individualista fechado no seu eu. Não se abria com ninguém. Chegou mesmo a dizer que preferia ser interpretado a interpretar-se. Fazia-se forte nos seus silêncios, nas reticências, nas meias palavras, sem embargo de ser orador brilhante nos improvisos. Aranha dava-se por inteiro. Vargas mantinha indevassáveis seus territórios íntimos mesmo para os amigos. Ao homem, que não faz confidências, sobra a facilidade para recuar ou avançar na forma que lhe for ditada pelas conveniências da sua política.

<sup>235</sup> ABREU, L. A. **Op. Cit.**, p. 49-50.

<sup>236</sup> Idem, *ibidem*, p. 62.

<sup>237</sup> Idem, p. 90.

Em resumo: ao redor de Aranha lavrava um círculo de fogo, dardejando ação, incêndio que ele mesmo às vezes não conseguia ou não sabia apagar. Vargas protegia seu isolamento interior por uma couraça de gelo e pelo senso da medida na convivência com os semelhantes.<sup>238</sup>

A homenagem póstuma daquele exímio orador poderia ser para alguns a fala mais esperada daquela funesta manhã de 1954. A edição do *Correio do Povo* do dia 28 publica a manifestação de Aranha na íntegra com a seguinte manchete: “À beira do túmulo de Getúlio Vargas, o Sr. O. Aranha pronunciou comovente oração”. Na leitura do discurso tem-se a impressão de que ele falava diretamente a Vargas, dialogando com o presidente morto.

A importância da palavra nesta ocasião indica ser o verbo um poderoso componente na confirmação do processo de mitificação de Vargas. O momento das homenagens em frete ao esquife, antes que descesse à sepultura, pode ser percebido como uma importante contribuição neste processo. Segundo Raoul Girardet: “É pelo poder específico do Verbo que se opera, com efeito, essa estranha comunhão que faz com que, dirigindo-se o chefe político à multidão, seja igualmente a multidão que se exprima nele, com ele”.<sup>239</sup> O chefe profético deixa de ser o representante da vontade geral, e passa a ser, através do verbo, a encarnação da totalidade, no sentido mais religioso que o termo permite:

Encarna-a na totalidade de suas dimensões sociais, encarna-a também na totalidade de seu destino histórico, em seu passado, em seu presente e em seu futuro. Perder-se nele é, sem dúvida, renunciar à identidade individual; mas é reencontrar, ao mesmo tempo, a integralidade da identidade coletiva, a fusão íntima e indissolúvel com a comunidade mãe.<sup>240</sup>

Vargas morto não podia mais ser o “intérprete profético de sua história”<sup>241</sup>, os oradores que mostramos ao longo deste trabalho desempenham, pois, este papel: “Oradores de caráter quase sagrado, é em primeiro lugar pelo Verbo que agem, é pela palavra que pretendem decidir o curso da história”.<sup>242</sup> Não é, portanto, apenas o momento histórico específico, no caso a morte trágica de Vargas, que configura o processo de mitificação *post-mortem*. É sim a conjunção dos três elementos já

<sup>238</sup> FONTOURA, João Neves da. **Memórias**. A Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Porto Alegre: Ed. Globo. Volume II, p. 9.

<sup>239</sup> GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1987, p. 79.

<sup>240</sup> Idem, ibidem, p. 79-80.

<sup>241</sup> Idem.

<sup>242</sup> Idem.

citados que destacam a importância do verbo e da identificação, como também contribuintes neste processo. Passemos, pois, às importantes palavras de Aranha.

Usando o recurso do diálogo como uma estratégia retórica, Osvaldo Aranha inicia seu discurso como se falasse com o presidente morto, de maneira serena, já anunciando que aquela manifestação seria uma conversa:

Não era possível os teus restos serem recolhidos ao seio maternal da tua terra, sem que antes, tendo contigo vivido os últimos dias de tua vida, eu procurasse, ante a eternidade que nos vai separar, conversar contigo, como costumávamos conversar nos nossos despachos, sobre a vida, as criaturas e os destinos do Brasil.

O estilo da fala do embaixador alegretense transmitia a impressão que se tratava de uma conversa. Quase uma conversa fraternal. Mas essa aparente amizade não foi constante ao longo da vida de Vargas. Maria Celina D'Araújo deixa claro que para ele “amizade não era sinônimo de intimidade. Vargas era formal e mantinha uma distância física e moral em relação a seus interlocutores”<sup>243</sup>, mesmo se tratando de Aranha. Há menções, inclusive, sobre uma possível inveja de Vargas pelo “amigo”.

Conforme o livro publicado em 1955 por Cláudio de Araújo Lima, *Mito e realidade de Vargas*, o são-borjense apresentava um drama pessoal, “sua inferioridade corporal”.<sup>244</sup> Para o autor este seria o principal ingrediente da inveja que Vargas nutria por Aranha. Segundo a opinião do autor, as pernas do presidente seriam o seu principal problema:

Através de sua existência inteira, o drama de Vargas terá sido sempre o mesmo. Aquelas pernas excessivamente curtas, que os jornais cinematográficos realçavam, quase sadicamente, ao focalizar certas cenas da entrega de credenciais, onde ele surgia ao lado de algum embaixador corpulento, numa atitude em que seus pés, incapazes de tocar o chão, provocavam sempre uma invencível hilaridade.<sup>245</sup>

Aranha em contrapartida era alto, elegante e charmoso, rodeados de amigos, como assinalou João Neves da Fontoura:

<sup>243</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997, p. 45.

<sup>244</sup> LIMA, Cláudio de Araújo. **Mito e realidade de Vargas**. Segunda Edição. São Paulo: Editora Civilização Brasileira S/A, 1955, p. 70.

<sup>245</sup> Idem.

Em Aranha, os predicados de liderança saltavam à vista: talento, bravura, flexibilidade, argúcia, imaginação não raro excessiva e dispersiva, capacidade de recrutar adeptos. Nenhum político brasileiro poderia gabar-se de tamanha quantidade de amigos, alguns vitalícios, outros flutuantes, todos girando em torno dele como satélites deslumbrados; amigos que ele conduzia, à maneira de Francisco I, atrás de seu penacho, e que algumas vezes o arrastaram a caminhos difíceis.<sup>246</sup>

Em sua homenagem póstuma, Aranha, em momento algum deixa transparecer qualquer animosidade entre ele e o ilustre morto. Muito pelo contrário. O discurso apresenta um Osvaldo Aranha talvez mais amigo de Vargas na morte do que fora na vida, já que as circunstâncias assim o permitiam. Cláudio Lima assevera que “o chefe do Estado Novo sempre demonstrou em relação ao ‘amigo fraternal’ uma tamanha hostilidade, que só uma gauchesca amizade — ou outros motivos mais práticos — podia fazer que um homem tão inteligente não a enxergasse”.<sup>247</sup>

Na continuação de sua fala, numa analogia ao discurso de Pereira da Cunha na ocasião da morte de Castilhos, o alegretense cita:

Eu te diria que se houvesse esse processo para a cristalização da lágrima, tu não te enterrarias no fundo da terra de São Borja e do Rio Grande, mas na mais alta montanha da geografia política do Brasil, porque nunca se chorou tanto, nunca se sofreu tanto, nunca um povo foi tão dominado pela dor, ao perder um filho, como neste instante o povo brasileiro diante de tua morte.

Conforme Raoul Girardet, essas analogias são freqüentemente associadas aos processos de mitificação do “homem providencial”, do “salvador”. As imagens as quais fazem referência são sempre as mesmas: “o mais alto dos carvalhos”, “a tocha que arde e ilumina, o farol, a coluna, o sol ascendente...”<sup>248</sup> e neste caso “a mais alta montanha da geografia política do Brasil”. Aranha atribui a Vargas, através do verbo, características de um mito político, o que é essencial no processo de mitificação do morto.

Aranha segue afirmando uma forte amizade entre ele e Vargas:

Conheci o teu íntimo, como talvez poucos homens puderam conhecer, porque entre os grandes títulos da minha vida, um dos maiores era a confiança do teu pensamento e dos teus sentimentos, a honra da tua amizade que acidentes políticos nunca modificaram antes estreitaram e engrandeceram entre nós.

<sup>246</sup> FONTOURA, J. N. **Op. Cit.**, p. 8.

<sup>247</sup> LIMA, C. A. **Op. Cit.**, p. 84.

<sup>248</sup> GIRARDET, R. **Op. Cit.**, p. 81.

A relação entre Vargas e Aranha era forte, indiscutivelmente. Não se pode afirmar, entretanto, de que tipo ela era: se uma relação de respeito, de medo, de inveja, de amizade, de admiração ou de ódio. O laço entre eles era certamente o que os mantinha juntos. Como afirmou João Neves da Fontoura, o grande contraste entre os dois e a forte relação que mantinham assemelhava-se com a relação de alguns casais, entre amor e ódio.

No livro *Parlamentares Gaúcho — Getúlio Vargas*, na introdução do discurso de Aranha pela morte de Vargas, diz o seguinte:

Entre os oradores que desfilaram à beira do túmulo de Vargas, por ocasião do seu sepultamento, estava, como não podia faltar, o Sr. Oswaldo Aranha, fiel amigo(!) do Presidente. Num improviso onde não escondeu suas mais fundas emoções, sua grande tristeza, sua grande mágoa pela perda do velho companheiro.<sup>249</sup>

É, portanto, muito delicado fazer qualquer tipo de afirmação sobre essa relação intrincada. Os desacordos entre eles são constantes. A importante atuação de Aranha na Revolução de 1930, no apoio incondicional a Vargas, teve seu contraponto no protesto do embaixador contra a instauração do Estado Novo em 1937: “Oswaldo foi o primeiro a enviar o seu protesto a Getúlio Vargas, partindo de Washington, como demissionário, em 12 de dezembro do mesmo ano”.<sup>250</sup> Em 1938 assume o cargo de Ministro das Relações Exteriores do governo Vargas, “aceitando a pasta sob a condição de se envolver apenas com os assuntos relativos à política exterior do Brasil, trabalhando para fortalecer a União Pan-Americana”.<sup>251</sup> Idas e vindas marcam essa relação. Em 1945, Aranha apóia a candidatura de Eduardo Gomes da UDN como candidato à presidência da república.<sup>252</sup> E, depois de tantos desentendimentos, em 1953, Getúlio o nomeia para Ministro da Fazenda. Conforme o discurso fúnebre, Aranha parecia estar ao lado do presidente durante a crise dos últimos dias de governo:

Saímos daqui, há vinte e poucos anos. Voltamos juntos e tenho consciência de que se tu voltas, neste momento, para a terra de São Borja, para um túmulo e eu não volto para a cidade de Alegrete, ainda é por causa do teu amor, da tua generosidade e do teu desprendimento, porque sei, tenho

<sup>249</sup> VARGAS, Getúlio. **Parlamentares Gaúchos**. Getúlio Vargas: discursos (1903 – 1929). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999, 2ª edição, p. 571.

<sup>250</sup> ARANHA, Oswaldo. **Op. Cit.**, p. 115.

<sup>251</sup> Idem.

<sup>252</sup> Idem, *ibidem*, p. 116.

consciência e devo dizer a todos e todo País, que tu morreste para que nós, os que te assistiam, os teus amigos, não morressem contigo.

Mais uma vez o caráter mítico é aqui acentuado através da utilização do que Girardet chama de “manipulação voluntária”. O processo de heroificação está em saber como se dá a passagem “do histórico ao mítico”, “que resulta na transmutação do real e em sua absorção no imaginário”.<sup>253</sup> O autor propõe que as parcelas do real e do imaginário sejam distinguidas para assim entender o processo de heroificação. Este processo pode estar organizado em períodos:

Há o tempo da espera e do apelo: aquele em que se forma e se difunde a imagem de um Salvador desejado, cristalizando-se em torno dela a expressão coletiva de um conjunto (...)

.....  
 Há o tempo da presença, do Salvador enfim surgido, aquele, sem dúvida, em que o curso da história está prestes a se realizar, mas aquele também em que a parte de manipulação voluntária recai com maior peso no processo de elaboração mítica. E há ainda o tempo da lembrança: aquele em que a figura do Salvador, lançada de novo no passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória, de seus mecanismos seletivos, de seus rechaços e de suas amplificações.<sup>254</sup>

Os arquétipos propostos por Girardet podem ser aqui pensados da seguinte forma: o **tempo da espera e do apelo** dá-se com a emergência de Vargas no cenário político nacional. Este momento, já destacado pelo estudo de Luciano de Abreu, pode ser entendido como o momento da construção do mito político Getúlio Vargas no contexto regional e também um momento de espera da instauração de uma nova república no Brasil. A revolução de 1930 vem corroborar essa espera e a imagem de Vargas aparece como “homem Providencial”<sup>255</sup>, ou conforme Abreu, “homem certo no lugar certo”<sup>256</sup>:

como o homem certo no lugar certo, como um político acima das facções partidárias e como o único capaz de resolver os problemas político-econômicos do Rio Grande, no final da República Velha; por outro lado, este mesmo mito tem um componente explicativo bastante importante a respeito do contexto histórico em que foi criado, sendo Vargas uma figura representativa da ascensão de uma geração política – a de 1907, que marcou o fim da era Borges e a introdução de novos pressupostos políticos e econômicos na gerência do Estado. Além disso, o mito Vargas representa a ação contra uma velha e corroída ordem, que precisava ser transformada, sendo ele visto como o líder e o condutor desse processo de ruptura e de mudanças no contexto gaúcho e brasileiro.<sup>257</sup>

<sup>253</sup> GIRARDET, R. *Op. Cit.*, p. 71.

<sup>254</sup> Idem, *ibidem*, p. 72.

<sup>255</sup> Idem, p. 77.

<sup>256</sup> ABREU, L. A. *Op. Cit.*, p. 119.

<sup>257</sup> ABREU, L. A. *Op. Cit.*, p. 14-15.

O **momento da presença** pode ser percebido no Estado Novo e na consolidação da imagem de Vargas como um mito político, agora nacional. Neste momento o processo de mitificação é mais forte e institucionalizado. Os estudos guiados por Angela de Castro Gomes evidenciam este período como o da construção do mito Getúlio Vargas, como já discutimos. O **momento da lembrança** é o que a fala de Aranha apresenta, não se inicia com a morte de Vargas. Antes disso, já na campanha de 1950 a “manipulação voluntária” do real, apresenta um Getúlio Vargas modificado, usa-se da memória seletiva para desenhar uma nova figura do estadista.

O discurso de Aranha confirma o processo de mitificação quando faz a “transmutação do real”<sup>258</sup>, do histórico em mítico, para que desta forma seja absorvido no imaginário coletivo. Ao falar de Vargas, Aranha oferece um novo modelo de apreensão de Vargas vivo. Um Vargas bom e generoso, que morrera em holocausto pelos seus amigos (neste trecho apresentado). Esse é o momento em que a figura do Salvador “lançada de novo no passado, vai modificar-se ao capricho dos jogos ambíguos da memória”.<sup>259</sup>

A figura de Vargas, lançada de volta ao passado através das falas aqui analisadas, é a de um ídolo que agora morto é ainda mais forte. Aranha cita: “Se ele tivesse querido, nesta hora, meus senhores, seria mais forte do que nunca, em vida: mas não mais forte do que é agora na morte, porque a morte é eterna e a vida é passageira”. A permissão da “transmutação do real” é claramente percebida quando Aranha fala dos inimigos de Vargas: “... porque se é verdade que sabias ser bom com teus amigos, eu que testemunhei a tua vida, posso dizer que não houve no Brasil homem melhor para os seus inimigos”.

O último orador daquela manhã conclui sua fala dizendo que os dias que se aproximavam seriam incertos e intranquilos. Diz que defenderiam a memória de Vargas porque a vida do estadista era a maior lição que o Brasil já teria recebido. “A tua morte é apenas um episódio da tua vida, não chega nem a interromper o teu destino”. A parte final do discurso é bastante sintomática, pois apresenta elementos importantes sobre a relação entre os dois:

---

<sup>258</sup> GIRARDET, R. **Op. Cit.**, p. 71.

<sup>259</sup> Idem, *ibidem*, p. 72.

Não te trouxe o meu abraço, que separa para sempre, nem o meu abraço que une ainda mais, nem o beijo com que nos aproximamos dos mortos queridos, mas aquele aperto de mão amigo de todos os dias para que continuemos, tu na eternidade e eu nesta vida, o diálogo de dois irmãos ligados pela terra, pela raça, pelo serviço e pelo amor ao Brasil.

Oswaldo Aranha despedia-se do “amigo” com um aperto de mão. Homem simples que convencia a todos com a sua palavra

sempre capaz de deslumbrar, de comover, de prender a atenção de qualquer público que o escutasse em atitude de quase devoção. O grande líder e extraordinário orador, ao comentar qualquer tema, transmitia a impressão de conhecê-lo em profundidade.<sup>260</sup>

Mas havia ele conseguido desvendar aquela esfinge que era Getúlio Vargas? Não importa. O que interessa aqui é destacar o importante papel de Aranha que, usando como estratégia a sua principal arma, a oratória, influiu ativamente no processo de mitificação de Vargas morto. Como vimos nesta etapa do trabalho, a “manipulação voluntária” do real, através dos discursos aqui apresentados, mostrou as faces de um novo Vargas que, remodelado, foi heroificado e mitificado e assim devolvido à realidade social de onde ele mesmo surgiu<sup>261</sup>, como um retorno, para desta forma ser re-absorvido pelo imaginário coletivo brasileiro.

---

<sup>260</sup> MARIANTE, João Gomes. **Os Três Ases de 30**: um estudo psicanalítico. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2007, p. 40.

<sup>261</sup> “O mito político aparece assim, do ponto de vista da observação sociológica, como tão determinante quanto determinado: saído da realidade social, é igualmente criador de realidade social. Surgido ali onde a trama do tecido social se rompe ou se desfaz, ele pode ser considerado como um dos elementos mais eficazes de sua reconstituição. Testemunho de uma crise que afeta o grupo inteiro ao mesmo tempo que cada um dos indivíduos que o compõem, é nos dois planos, o da reinserção social do indivíduo ‘anomizado’ e o da reestruturação do grupo, que ele tende a trazer-lhe um certo tipo de resposta”. In: GIRARDET, R. **Op. Cit.**, p. 184.

## Considerações Finais...

---

Ao término deste trabalho é possível fazer uma retrospectiva para analisarmos os caminhos que percorremos até aqui. Primeiramente, volto a mencionar sobre a importância desta dissertação para a minha carreira profissional e pessoal. Depois de olhar para trás e ver este caminho percorrido, vejo que foi penoso, tive dificuldades, às vezes até vontade de desistir, mas vejo que valeu a pena o esforço.

Na introdução fizemos uma revisão bibliográfica a respeito do conceito de mito político Getúlio Vargas. Começamos apresentando a abordagem de Luciano de Abreu que em seu trabalho, destaca a construção do mito regionalmente na década de 1920. Depois enfocamos o Estado Novo, destacando principalmente os estudos da professora Angela de Castro Gomes, e a expansão do mito nacionalmente através dos métodos empregados pelo DIP.

Qual a diferença, portanto, entre o mito político Getúlio Vargas já estudado pela historiografia e o mito político Getúlio Vargas morto que apresentamos neste trabalho? Quais são as singularidades deste mito *post-mortem*? Conforme buscamos mostrar ao longo desta dissertação o mito político morto tem suas características específicas, a mais importante dela é o que chamamos aqui de “morte trágica”. Com a morte, temos um drama, um novo elemento no processo de mitificação de Getúlio Vargas. Não podemos afirmar que o elemento de divinização da figura de Vargas tenha advindo com o episódio da morte trágica, pois ainda no Estado Novo o presidente era divinizado e idolatrado. O elemento que inova o processo de mitificação é, conforme essa análise, a tragédia, o “sangue derramado”. O mito político Getúlio Vargas, antes do suicídio, não era um mito trágico.

Buscamos, ao longo deste trabalho, deixar todos esses pontos bastante claros e evidenciados, esclarecendo, pois, que não se trata de um novo mito, mas sim de um novo elemento no mesmo processo de mitificação. Entendemos o processo de mitificação de Getúlio Vargas como um único processo com diferentes etapas. O momento que estudamos aqui é o imediato *post-mortem*, nas páginas do *Correio do Povo*, mas ele não é o último. Este mito se cria e se recria, depois da morte de Vargas até os dias de hoje.

Por que, então, destacamos no título desta dissertação o “processo de mitificação *post-mortem*”? Conforme apresentamos, o processo de mitificação neste momento tem suas características específicas, que destacamos ao longo deste estudo. O momento específico da morte trágica; a palavra como impulsionadora da mitificação (o jornal *Correio do Povo*) e a identificação do destino do morto ao destino coletivo da nação, bem como a identificação a outros vultos nacionais, mais especificamente a Jesus Cristo (“morto em sacrifício”).

Este trabalho buscou perceber como se deu a repercussão da notícia do suicídio de Getúlio Vargas no jornal *Correio do Povo*, ressaltando a importância da imprensa e a relação do periódico gaúcho com o presidente, seus afastamentos e aproximações. Selecionamos para análise os editoriais, as matérias assinadas e aquelas vindas das sucursais. No primeiro capítulo desta dissertação buscamos “ouvir a voz” do próprio jornal porto-alegrense e como ele também influenciou no processo de mitificação de Vargas morto. As reportagens publicadas nas folhas interiores, nas capas ou nas contracapas, destacavam a importância que o hebdomadário dava à divulgação daquela notícia. Destacamos ainda, a importância da imagem na construção da notícia e a influência da mídia na construção do acontecimento.

Demos destaque também a outras vozes. Variadas. Que tiveram espaço no *Correio do Povo*. Mensagens pagas ou não, “*A Pedido*”, avisos, comunicados e manifestações, foram neste capítulo analisadas. Buscamos entender essas mensagens dentro do contexto em que foram publicadas. Essas mensagens não faziam parte do corpo editorial do *Correio*, mas não podiam ser dele desvinculadas, já que estavam impressas em suas páginas. Foi partindo deste princípio que o segundo capítulo foi desenhado. Atentando para essas vozes dissonantes que algumas vezes eram contra Getúlio e outras a favor, umas carregadas de simbolismos que evidenciavam o processo de mitificação do morto; outras especulando sobre a atuação do governo do estado frente às manifestações do dia 24 de agosto. O capítulo apresentou ainda as importantes mensagens de dois influentes políticos gaúchos: Flores da Cunha e Osvaldo Aranha, e como aquele momento pós-suicídio foi também usado como um trampolim para as eleições do mês de outubro daquele ano.

No último capítulo, enfocamos os pronunciamentos fúnebres. Demos vez às “Vozes faladas” — título do capítulo — pronunciadas por diversos oradores, em

especial João Goulart e Osvaldo Aranha, em ocasião do enterro do presidente em São Borja. Além destas, destacamos a fala de Rui Ramos na Câmara Federal, no fatídico dia 24 de agosto. A oposição também falou nesta dissertação: a Igreja e a UDN tiveram voz. Enfocando princípios parecidos, essas duas instituições pareciam condenar o ato de Vargas e não viam neste ato qualquer semelhança com Jesus Cristo, diferentemente do que acontecia com os adeptos de Vargas.

Também demos destaque à carta testamento. Este documento é peça fundamental no processo de mitificação *post-mortem*. Este elemento é ímpar e destaca este momento como diverso dos demais momentos do processo de mitificação de Getúlio Vargas. O morto transforma-se na própria carta, ela se torna uma bíblia para os adeptos do são-borjense. Ocorre um processo único e este elemento é a peça fundamental. Com a perda do líder a carta trona-se a grande guia. Ocorre um processo de consubstanciação entre a carta o morto e a morte.

Entendemos o processo de mitificação de Getúlio Vargas como algo em movimento, um processo de criar e de recriar. Analisamos aqui este processo no seu momento *post-mortem*, nas páginas do *Correio do Povo*, mas sabemos que muitos outros aspectos no que tange ao processo de mitificação poderiam ser analisados, como por exemplo, a importância dos escritos de Alzira Vargas. Fez-se aqui uma opção metodológica em analisar o jornal porto-alegrense e as variadas vozes que dele falavam para o Rio Grande. A idéia não é colocar um ponto final nesta pesquisa. Muito pelo contrário. Aqui entrego um recorte.

## Fontes e Referências

---

ABREU, Alzira Alves; WELTMAN-LATTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ABREU, Luciano Aronne de. **Getúlio Vargas: a construção de um mito: 1928-1930**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Vitória na derrota: a morte de Getúlio Vargas: quem levou Getúlio ao suicídio?** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. A dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tânia Regina de (orgs). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

ARANHA, Oswaldo. **Parlamentares Gaúchos**. Oswaldo Aranha: discursos (1916 – 1931). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999.

ARENDETT, Hannah. **A vida do espírito. O pensar. O querer. O julgar**. V.1 – O pensar. Rio de Janeiro: UFRJ; Relume Dumará, 1992, p. 58-59

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa nacional/Casa da Moeda, 1985, vol. 5.

BARTHES, Roland. A escrita do acontecimento. In: BARTHES, Roland. **O Rumor da Língua**. Tradução de Mário Laranjeira. Editora brasiliense: 1988.

BAUMWORCEL, Ana. Introdução. In: BAUM, Ana (org). **Vargas, agosto de 54: a história contada pelas ondas do rádio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BECKER, Jean-Jaques. A opinião pública. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma História Política**. Tradução Dora Rocha. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 196.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1973 [1966].

BLOCH, Marc. **Os reis Taumaturgos**. São Paulo: Cia das Letras, 1993 [1924], p. 25.

BONAZZI, Tiziano. "Mito Político". In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 4a. ed., Brasília: Edunb, 1992, volume 2.

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, Michel J. M. **Crítica metodológica, investigação social & enquête operária**. São Paulo, Pólis, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei**. A construção da imagem pública de Luis XIV. Tradução de Maria Luiza X. De A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** São Paulo: Jorge Zahar, 2005, p. 85.

CAILLOIS, Roger. **O Homem e o Mito**. Tradução de José Calisto dos Santos. Lisboa: Edições 70.

CANCELLI, Elisabeth. **O Mundo da violência: A polícia da Era Vargas**. Brasília: EDUnB, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena**: propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas: Papyrus, 1998.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O Bravo Matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Editora Alfa - Omega, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados**: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Tiradentes: um Herói para a República. In: **A formação das Almas**: O Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Luiz Maklouf. **Cobras criadas**: David Nasser e O Cruzeiro. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. São Paulo. Martins Fontes, 1995.

COLUSSI, Eliane Lucia. **Plantando Ramas de Acácia**: a maçonaria gaúcha no século XIX. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 1998.

CORRÊA, Villas-Boas. **Conversa com a memória**. Rio de Janeiro: objetiva, 2002.

CORRÊA, Villas-Bôas. Eu vi. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

D'ARAUJO, Maria Celina. **A era Vargas**. São Paulo: Moderna, 1997.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **O Segundo governo Vargas 1951 – 1954**: Democracia, partidos e crise política. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Sindicatos, carisma & poder: o PTB de 1945-65.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30.** Rio de Janeiro/ Belo Horizonte: UFRJ/UFMG, 1998.

Disponível em <[http://www.economiabr.defesabr.com/Eco/Eco\\_pre-sal.htm](http://www.economiabr.defesabr.com/Eco/Eco_pre-sal.htm)> (03/03/2010).

Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos\\_lacerda](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/carlos_lacerda)> (14/04/2010).

Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/afonso\\_arinos](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/afonso_arinos)> (24/03/2010).

Disponível em <<http://www.al.ba.gov.br/v2/biografia.cfm?varCodigo=512>> (02/03/2010).

Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/conheca/historia/historia/camara180/materias/mat7.html>> (18/02/2010).

Disponível em <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=2842>> (25/11/2009).

Disponível em <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/7796\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7796_1.asp)> (30/11/2009).

Disponível em <[http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jgoulart/htm/biografias/Ademar\\_de\\_Barros.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/Ademar_de_Barros.asp)> (30/11/2009).

Disponível em <<http://pessoal.netwizard.com.br/museu/GENEALOGIA.htm>> (26/11/2009).

Disponível em <<http://www.diariocarioca.com.br/>> (28/06/2010).

Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/uniao\\_democratica\\_naciona](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/uniao_democratica_naciona)> (19/05/2010).

DURKHEIM, Émile. **O suicídio.** Livro II, cap. V. São Paulo, Martin Claret, 2008.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade.** 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ELMIR, Claudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: **Cadernos do PPG em História da UFRGS.** Porto Alegre, n.13, dez. 1995, p. 19-29.

ELMIR, Cláudio Pereira. **O crime da Última Hora: Porto Alegre na passagem dos anos 50**. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 1996.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branco e Vermelho: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do jornal *Correio do Povo* (1936 – 1939)**. Dissertação de Mestrado, UFRGS: POA, 2004.

FÉLIX, Loiva Otero. A Fabricação do Carisma: a construção mítico-heróica na memória republicana gaúcha. In: FELIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (org). **Mitos e Heróis: Construção de Imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

FERREIRA, Jorge. Entre a história e a memória: João Goulart. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge Luis. O Carnaval da Tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Getulio Vargas: uma memória em disputa**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006.

FERREIRA, Nilda Teves. O imaginário na configuração da realidade social. In: FERREIRA, N. T. (Org.). **Imaginário Social e Educação**. Rio de Janeiro: Gryphus, 1992.

FIGUEIREDO, Joaquim Gervásio de (33<sup>o</sup>). **Dicionário de Maçonaria: Seus Mistérios, Ritos, Filosofia, História**. 4<sup>a</sup> edição. São Paulo: Editora Pensamento, 1988/1989.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias**. A Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Porto Alegre: Ed. Globo. Volume II.

FORTES, Alexandre; SANTOS, Klécio. A imagem de Getúlio foi santificada. **Zero Hora**, Porto Alegre, v. 2, p. 8 - 8, 21 ago. 2004.

GALVANI, Walter. **Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior**. 2.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

GERTZ, René Ernaini. Como é possível continuar escrevendo história política? **Anos 90** (UFRGS), v. 13, p. 105-131, 2007.

GOMES, Angela de Castro. A construção de mitos e os usos do passado nacional: Vargas e Perón. **Revista de História** (UNESP), SP, v. 16, 1997.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2005.

GOMES, Angela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org. do volume). **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia das Letras, vol. 4, 1998, p. 498 – 558.

GOMES, Angela Maria de Castro & D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **Getulismo e Trabalhismo**: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **O mito Vargas**. Em < [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br) > acesso em 11/09/2007.

GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945 – 1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Nacionalismo e reformismo radical** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias políticas**. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 1987

GRILL, Igor. A “Herança Trabalhista” no Rio Grande do Sul: Parentesco, carisma e Partidos. In: **Sociedade e Cultura – Revista de Ciências Sociais**. Universidade Federal de Goiás, julho-dezembro, vol 7, número 002, 2004, pp. 225 -236.

HEYMANN, Luciana. **Cinquenta anos sem Vargas: reflexões acerca da construção de um "legado"**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2004, p. 3-4. Disponível em <[http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1611.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1611.pdf)> (26/11/2009).

JARDIM, Paulo Sergio Fioravanti. **Vozes e notícias das ruas de Porto Alegre do início dos anos cinquenta**. Porto Alegre. Dissertação de mestrado, PUCRS, 2004, p. 40.

JOHNSON, Lyman L. Why Dead Bodies Talk: An Introduction. In: JOHNSON, Lyman L. (ed.). **Death, Dismemberment and Memory**: Body Politics in Latin America. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.

KIRK, G. S. **El Mito**. Su significado y funciones en la Antigüedad y otras culturas. Paidós: Barcelona-Buenos Aires, 1985.

KORNIS, Mônica Almeida. Agosto e agostos: a história na mídia. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Vargas e a crise dos anos 50**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LAMOUNIER, Bolívar. A Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. (org.). **História Geral da**

**Civilização Brasileira** - Tomo III: O Brasil Republicano - Volume 2: Sociedade e Instituições. 5ª ed. São Paulo: Difel, 1985.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (org). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

LE GOFF, Jacques. Prefácio a edição francesa. In: BLOCH, Marc. **Os reis Taumaturgos**. São Paulo: Cia das Letras, 1993 [1924].

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** O Brasil e a era Vargas. Tradução de Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LIMA, Cláudio de Araújo. **Mito e realidade de Vargas**. Segunda Edição. São Paulo: Editora Civilização Brasileira S/A, 1955.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MACIEL, Maria Eunice. Procurando o Imaginário Social: apontamentos para uma discussão. In: FELIX, Loiva Otero; ELMIR, Cláudio P. (org). **Mitos e Heróis: Construção de Imaginários**. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 1998.

MARIANTE, João Gomes. **Os Três Ases de 30**: um estudo psicanalítico. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2007.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (org). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUCH, Cláudia. **Ordem Pública e Moralidade**: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004, p. 61.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARANHOS, Adalberto. O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil. In: **Coleção Mundo do Trabalho**. 2. ed. São Paulo: Boitempo editorial, 2007.

PEREIRA, Rodney de Souza. **Mitologia política**: Getúlio Vargas; carisma, poder e imaginário social. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFMG, 1996.

PUENTE, Fernando Rey (Org.). **Os filósofos e o suicídio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RAMOS, Ruy. **Discursos Parlamentares**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989.

REIS, Daniel Aarão. Estado e Trabalhadores: O Populismo em questão. In: **Lócus**: revista de História, Juiz de Fora: UFJF, vol. 3, n.2, 2007.

ROGERS, Thomas D. "I Choose This Means To Be With You Always": Getúlio Vargas's Carta Testamento. In: HENTSCHKE, Jens R. (Ed). **Vargas and Brazil**: new perspectives. New York: Palgrave McMillan, 2006.

RONDELLI, Elizabeth; HERSCHMANN, M. Os *media* e a construção do biográfico: a morte em cena. In: SCHMIDT, Benito. (Org.). **O biográfico**: perspectivas interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. 3ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Francisco Campos; um ideólogo para o Estado Novo. In: **Lócus**: revista de História, Juiz de Fora: UFJF, vol. 3, n.2, 2007.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo** (1930 -1964). Tradução coordenada por Ismênia Tunes Dantas. 13º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOSA, Derocina Alves Campos. **Flores da Cunha X Getúlio Vargas**: da união ao rompimento. Porto Alegre: dissertação de mestrado PUCRS, 1995.

SILVA, Hélio. **1954**: um tiro no Coração – O ciclo de Vargas. Porto Alegre: L&PM, 2004.

STEFFENS, Marcelo Hornos. **O Correio do Povo e o Diário de Notícias e as estratégias de utilização das imagens de Getúlio Vargas (1950 – 1954)**. Porto Alegre. (Mestrado em História) - PUCRS, Inst. de Filosofia e Ciências Humana, 1998.

TRUSZ, Alice Dubina. **A publicidade nas revistas ilustradas**: o informativo cotidiano da modernidade. Porto Alegre – Anos 1920. Dissertação de mestrado, UFRGS, 2002.

VARGAS, Getúlio. **Parlamentares Gaúchos**. Getúlio Vargas: discursos (1903 – 1929). Porto Alegre: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1999, 2ª edição.

VELLOSO, Monica Pimenta. Cultura e Poder Político: uma configuração do campo intelectual. In.: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo**: ideologia poder. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: CPDOC- FGV, 1987.

WAINBERG, Jacques Alkalai. **Império das palavras**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

WASSERMAM, Claudia. **Palavra de presidente**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 2002.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. 3 ed. Brasília: Editora da UnB, 1994, Vol 1,

WILLIAMS Daryle; WEINSTEIN, Barbara. "Vargas Morto: The Death and Life of a Brazilian Statesman," In: JOHNSON, Lyman L. (ed.). **Death, Dismemberment and Memory: Body Politics in Latin America**. Albuquerque: University of New Mexico Press, 2004.